

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	164
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	166
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	99.680
Preferenciais	163.368
Total	263.048
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	232
Total	232

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2012	Dividendo	20/06/2012	Preferencial		0,11000
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2012	Dividendo	20/06/2012	Ordinária		0,10000
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2012	Dividendo	26/06/2012	Ordinária		0,37295
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2012	Dividendo	26/06/2012	Preferencial		0,41025

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	18.733.814	17.752.180
1.01	Ativo Circulante	5.404.220	5.550.707
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.688.426	2.328.783
1.01.03	Contas a Receber	640.535	825.083
1.01.03.01	Clientes	617.584	791.538
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.951	33.545
1.01.04	Estoques	1.768.419	1.914.938
1.01.06	Tributos a Recuperar	205.191	413.721
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	205.191	413.721
1.01.07	Despesas Antecipadas	75.341	50.404
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	26.308	17.778
1.01.08.03	Outros	26.308	17.778
1.02	Ativo Não Circulante	13.329.594	12.201.473
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.692.449	1.985.287
1.02.01.03	Contas a Receber	47.390	30.800
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	47.390	30.800
1.02.01.06	Tributos Diferidos	211.690	225.010
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	211.690	225.010
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	37.040	31.979
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.610.881	1.139.687
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.552.953	1.074.517
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	829	829
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	57.099	64.341
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	785.448	557.811
1.02.01.09.03	Fundo de Securitização de Recebíveis	127.651	124.276
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	200.596	24.526
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	457.201	409.009
1.02.02	Investimentos	4.526.628	4.301.137
1.02.02.01	Participações Societárias	4.526.628	4.301.137
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.526.628	4.301.137
1.02.03	Imobilizado	5.252.619	5.074.613
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.967.081	4.751.371
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	57.263	64.077
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	228.275	259.165
1.02.04	Intangível	857.898	840.436
1.02.04.01	Intangíveis	857.898	840.436
1.02.04.01.02	Intangíveis	857.898	840.436

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	18.733.814	17.752.180
2.01	Passivo Circulante	4.490.782	4.245.814
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	279.754	297.300
2.01.01.01	Obrigações Sociais	39.138	43.360
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	240.616	253.940
2.01.02	Fornecedores	1.855.912	2.526.912
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.787.096	2.498.452
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	68.816	28.460
2.01.03	Obrigações Fiscais	59.521	69.102
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	59.521	69.102
2.01.03.01.02	Outros (Pis, COFINS, IOF, INSS, Funrural)	59.521	69.102
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.768.051	712.678
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.035.310	155.034
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	467.352	139.983
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	567.958	15.051
2.01.04.02	Debêntures	678.559	501.844
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	54.182	55.800
2.01.05	Outras Obrigações	356.914	463.651
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	180.990	184.928
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	4.162	4.556
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	164.876	161.772
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	11.952	15.256
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	3.344
2.01.05.02	Outros	175.924	278.723
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	575	103.387
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	5.997	2.968
2.01.05.02.05	Aluguéis	24.362	24.929
2.01.05.02.06	Propaganda	39.743	29.253
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	7.999	6.784
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	83.037	97.191
2.01.06	Provisões	170.630	176.171
2.01.06.02	Outras Provisões	170.630	176.171
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	9.413	12.957
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	161.217	163.214
2.02	Passivo Não Circulante	6.191.991	5.881.093
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.757.649	4.429.542
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.615.723	2.139.680
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.454.431	1.449.917
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	161.292	689.763
2.02.01.02	Debêntures	3.012.343	2.137.518
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	129.583	152.344
2.02.02	Outras Obrigações	1.185.586	1.214.629
2.02.02.02	Outros	1.185.586	1.214.629
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.155.279	1.202.667
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	30.307	11.962

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04	Provisões	248.756	236.922
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	248.756	236.922
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	91.393	90.426
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	85.332	75.543
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	33.046	36.072
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	38.985	34.881
2.03	Patrimônio Líquido	8.051.041	7.625.273
2.03.01	Capital Social Realizado	6.701.571	6.129.405
2.03.02	Reservas de Capital	202.124	384.342
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	38.023	238.930
2.03.02.04	Opções Outorgadas	156.703	138.014
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	753.919	1.111.526
2.03.04.01	Reserva Legal	248.249	248.249
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	45.112	80.147
2.03.04.10	Reserva para Expansão	460.558	783.130
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	393.427	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.560.301	9.140.379	4.331.752	8.529.545
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.382.413	-6.773.662	-3.233.237	-6.353.015
3.03	Resultado Bruto	1.177.888	2.366.717	1.098.515	2.176.530
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-761.504	-1.627.079	-910.684	-1.700.049
3.04.01	Despesas com Vendas	-688.093	-1.369.159	-653.054	-1.256.077
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-138.228	-288.385	-130.307	-273.250
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-14.114	-16.367	-71.115	-76.393
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	-12.601	-14.856	-936	-422
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	0	2	5.826	0
3.04.04.03	Resultado Não Corrente	-1.513	-1.513	-76.005	-75.971
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-91.879	-177.166	-69.538	-144.319
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-91.923	-176.006	-68.352	-139.484
3.04.05.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	98	-1.106	-1.154	-4.835
3.04.05.03	Outras despesas Operacionais	-54	-54	-32	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	170.810	223.998	13.330	49.990
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	416.384	739.638	187.831	476.481
3.06	Resultado Financeiro	-107.035	-223.529	-106.610	-230.383
3.06.01	Receitas Financeiras	92.019	174.344	85.778	163.819
3.06.02	Despesas Financeiras	-199.054	-397.873	-192.388	-394.202
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	309.349	516.109	81.221	246.098
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-54.700	-94.868	9.821	-22.656
3.08.01	Corrente	-47.982	-81.548	889	0
3.08.02	Diferido	-6.718	-13.320	8.932	-22.656
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	254.649	421.241	91.042	223.442
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	254.649	421.241	91.042	223.442
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,92000	1,52000	0,33000	0,82000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.01.02	PN	1,01000	1,67000	0,36000	0,89000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,92000	1,52000	0,33000	0,82000
3.99.02.02	PN	1,00000	1,66000	0,36000	0,89000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	254.649	421.241	91.042	223.442
4.03	Resultado Abrangente do Período	254.649	421.241	91.042	223.442

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-257.576	-328.741
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	742.564	467.422
6.01.01.01	Lucro líquido do período	421.241	223.442
6.01.01.02	Imposto de renda diferido	13.320	-2.113
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	14.856	431
6.01.01.04	Depreciação / Amortização	176.006	139.484
6.01.01.05	Juros e variações monetária	306.458	137.130
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente	-3.162	-17.756
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-223.998	-49.990
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	25.050	27.163
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas do imobilizado	-3.304	0
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	18.688	12.787
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e quebras	-2.599	-3.156
6.01.01.12	Ganhos (perda) líquidos por diluição de part.societária	8	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.000.140	-796.163
6.01.02.01	Contas a receber	168.891	430.784
6.01.02.02	Estoques	149.255	-7.429
6.01.02.03	Impostos a recuperar	34.551	3.799
6.01.02.04	Outros ativos	-38.528	-45.278
6.01.02.05	Partes Relacionadas	-497.466	-626.171
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-58.661	-29.030
6.01.02.07	Fornecedores	-671.000	-509.818
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-17.546	-13.794
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	-56.970	132.756
6.01.02.10	Demais contas a pagar	-12.666	-131.982
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-376.202	-34.260
6.02.01	Aumento de capital em controladas	0	282.211
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-377.485	-309.306
6.02.03	Aumento do ativo intangível	-3.473	-22.899
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	4.756	15.734
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	993.421	259.446
6.03.01	Aumento de capital	12.847	11.797
6.03.02	Captações e refinanciamentos	1.522.006	1.464.303
6.03.03	Pagamentos	-357.564	-682.611
6.03.04	Juros pagos	-53.243	-398.752
6.03.05	Pagamento de dividendos	-130.625	-135.291
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	359.643	-103.555
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.328.783	1.757.576
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.688.426	1.654.021

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.129.405	384.342	1.111.526	0	0	7.625.273
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.129.405	384.342	1.111.526	0	0	7.625.273
5.04	Transações de Capital com os Sócios	572.166	-182.218	-358.413	-27.814	0	3.721
5.04.01	Aumentos de Capital	12.847	0	0	0	0	12.847
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18.688	0	0	0	18.688
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-27.814	0	-27.814
5.04.08	Capitalização de Reservas	559.319	-200.906	-358.413	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	421.241	0	421.241
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	421.241	0	421.241
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	806	0	0	806
5.06.04	Ganho ou perda na participação societária	0	0	806	0	0	806
5.07	Saldos Finais	6.701.571	202.124	753.919	393.427	0	8.051.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.04	Transações de Capital com os Sócios	538.973	-92.888	-421.501	-22.485	0	2.099
5.04.01	Aumentos de Capital	11.797	0	0	0	0	11.797
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12.787	0	0	0	12.787
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-22.485	0	-22.485
5.04.08	Capitalização de Reserva	527.176	-105.675	-421.501	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	223.442	0	223.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	223.442	0	223.442
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.468	0	0	3.468
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.468	0	0	3.468
5.07	Saldos Finais	6.118.232	370.260	638.149	200.957	0	7.327.598

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	9.337.744	8.661.702
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.296.943	8.701.023
7.01.02	Outras Receitas	41.907	-34.486
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.106	-4.835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.282.594	-6.855.221
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.528.008	-6.131.307
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-754.586	-723.914
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.055.150	1.806.481
7.04	Retenções	-176.006	-139.484
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-176.006	-139.484
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.879.144	1.666.997
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	398.342	213.809
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	223.998	49.990
7.06.02	Receitas Financeiras	174.344	163.819
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.277.486	1.880.806
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.277.486	1.880.806
7.08.01	Pessoal	849.141	711.272
7.08.01.01	Remuneração Direta	588.850	492.491
7.08.01.02	Benefícios	193.268	164.333
7.08.01.03	F.G.T.S.	52.442	40.075
7.08.01.04	Outros	14.581	14.373
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	425.441	384.890
7.08.02.01	Federais	296.090	213.781
7.08.02.02	Estaduais	81.235	128.682
7.08.02.03	Municipais	48.116	42.427
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	581.663	561.202
7.08.03.01	Juros	397.873	394.200
7.08.03.02	Aluguéis	183.790	167.002
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	421.241	223.442
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	421.241	223.442

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	33.955.039	33.769.005
1.01	Ativo Circulante	16.757.631	17.267.393
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.473.383	4.969.955
1.01.03	Contas a Receber	5.269.323	5.708.122
1.01.03.01	Clientes	5.023.011	5.437.500
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	246.312	270.622
1.01.04	Estoques	4.939.249	5.552.769
1.01.06	Tributos a Recuperar	889.880	907.702
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	889.880	907.702
1.01.07	Despesas Antecipadas	140.940	105.794
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	44.856	23.051
1.01.08.03	Outros	44.856	23.051
1.02	Ativo Não Circulante	17.197.408	16.501.612
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.341.650	3.863.879
1.02.01.03	Contas a Receber	636.310	621.267
1.02.01.03.01	Clientes	556.062	555.841
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	80.248	65.426
1.02.01.04	Estoques	110.810	14.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.185.012	1.249.687
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.185.012	1.249.687
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	43.114	36.898
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	146.351	133.584
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	84.102	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	62.249	133.584
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.220.053	1.808.443
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	965.950	729.998
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	898.716	774.106
1.02.01.09.07	Instrumento financeiro - Opção de compra e venda	355.387	304.339
1.02.02	Investimentos	269.450	253.250
1.02.02.01	Participações Societárias	269.450	253.250
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	268.991	252.790
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	459	460
1.02.03	Imobilizado	7.554.011	7.358.250
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.105.841	6.831.678
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	168.095	185.025
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	280.075	341.547
1.02.04	Intangível	5.032.297	5.026.233
1.02.04.01	Intangíveis	5.032.297	5.026.233
1.02.04.01.02	Intangíveis	5.032.297	5.026.233

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	33.955.039	33.769.005
2.01	Passivo Circulante	11.297.303	13.501.202
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	836.817	758.663
2.01.01.01	Obrigações Sociais	75.529	96.376
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	761.288	662.287
2.01.02	Fornecedores	4.569.706	6.220.599
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.481.842	6.171.638
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	87.864	48.961
2.01.03	Obrigações Fiscais	180.175	332.416
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	171.564	324.826
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.053	151.052
2.01.03.01.02	Outros (Pis, COFINS, IOF, INSS, Funrural)	136.511	173.774
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.611	7.590
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.600.168	4.917.498
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.734.110	4.334.011
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.038.196	3.778.186
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	695.914	555.825
2.01.04.02	Debêntures	792.251	501.844
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	73.807	81.643
2.01.05	Outras Obrigações	854.649	1.005.942
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	52.145	86.036
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	39.829	11.764
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	12.316	15.772
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	58.500
2.01.05.02	Outros	802.504	919.906
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	585	103.396
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	19.313	18.917
2.01.05.02.05	Aluguéis	43.595	48.991
2.01.05.02.06	Propaganda	85.255	89.682
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	164.936	158.134
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	416.851	431.746
2.01.05.02.10	Aquisição de Sociedades	57.758	54.829
2.01.06	Provisões	255.788	266.084
2.01.06.02	Outras Provisões	255.788	266.084
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	9.413	12.957
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	169.147	171.212
2.01.06.02.06	Receitas Antecipadas	77.228	81.915
2.02	Passivo Não Circulante	12.150.958	10.173.378
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.210.852	6.240.900
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.234.696	3.908.594
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.033.492	3.097.465
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	201.204	811.129
2.02.01.02	Debêntures	3.813.692	2.137.518
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	162.464	194.788
2.02.02	Outras Obrigações	1.740.588	1.756.076

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02	Outros	1.740.588	1.756.076
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.243.629	1.291.810
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	298.137	275.664
2.02.02.02.05	Aquisições de Sociedades	198.822	188.602
2.02.03	Tributos Diferidos	1.103.607	1.114.873
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.103.607	1.114.873
2.02.04	Provisões	721.071	680.123
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	721.071	680.123
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	394.165	375.510
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	157.774	132.853
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	43.573	48.669
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	125.559	123.091
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	374.840	381.406
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	374.840	381.406
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.506.778	10.094.425
2.03.01	Capital Social Realizado	6.701.571	6.129.405
2.03.02	Reservas de Capital	202.124	384.342
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	38.023	238.930
2.03.02.04	Opções Outorgadas	156.703	138.014
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	753.919	1.111.526
2.03.04.01	Reserva Legal	248.249	248.249
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	45.112	80.147
2.03.04.10	Reserva para Expansão	460.558	783.130
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	393.427	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.455.737	2.469.152

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.037.419	24.184.870	11.269.779	22.138.573
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.779.217	-17.688.157	-8.282.678	-16.303.468
3.03	Resultado Bruto	3.258.202	6.496.713	2.987.101	5.835.105
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.655.476	-5.312.384	-2.556.372	-4.981.195
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.957.008	-3.966.374	-1.878.406	-3.726.664
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-416.296	-853.632	-431.119	-809.197
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.726	31.482	-43.750	-41.396
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	-9.694	-2.967	760	1.246
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	31.932	35.961	4.881	6.715
3.04.04.03	Resultado Não Corrente	-1.512	-1.512	-49.391	-49.357
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-300.231	-526.045	-205.781	-417.169
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-206.274	-375.020	-149.600	-307.357
3.04.05.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-79.995	-131.257	-36.759	-76.005
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-13.962	-19.768	-19.422	-33.807
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.667	2.185	2.684	13.231
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	602.726	1.184.329	430.729	853.910
3.06	Resultado Financeiro	-284.728	-620.478	-336.012	-661.737
3.06.01	Receitas Financeiras	151.013	296.637	138.801	272.173
3.06.02	Despesas Financeiras	-435.741	-917.115	-474.813	-933.910
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	317.998	563.851	94.717	192.173
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-72.714	-156.396	-8.586	4.808
3.08.01	Corrente	-50.905	-102.986	-17.779	-35.938
3.08.02	Diferido	-21.809	-53.410	9.193	40.746
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	245.284	407.455	86.131	196.981
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	245.284	407.455	86.131	196.981
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	254.649	421.241	91.042	223.442
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.365	-13.786	-4.911	-26.461
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,92000	1,52000	0,33000	0,82000
3.99.01.02	PN	1,01000	1,67000	0,36000	0,89000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,92000	1,52000	0,33000	0,82000
3.99.02.02	PN	1,00000	1,66000	0,36000	0,89000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	245.284	407.455	86.131	196.981
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	245.284	407.455	86.131	196.981
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	254.649	421.241	91.042	223.442
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.365	-13.786	-4.911	-26.461

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	60.609	-310.399
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.574.969	863.099
6.01.01.01	Lucro líquido do período	407.455	196.981
6.01.01.02	Imposto de renda diferido	53.410	-40.746
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	2.957	-28.643
6.01.01.04	Depreciação / amortização	392.170	308.148
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	562.522	250.120
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	-587	-11.616
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-2.185	-13.231
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	66.745	62.466
6.01.01.09	Provisão baixas e perdas de imobilizado	-308	36.158
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	18.688	12.787
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e quebras	195.050	90.675
6.01.01.12	Ganhos líquidos por diluição de part.societária	-24.138	0
6.01.01.13	Receita com permuta	-96.810	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.514.360	-1.173.498
6.01.02.01	Contas a receber	298.569	-863.099
6.01.02.02	Estoques	545.089	-2.376
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-214.935	-443.569
6.01.02.04	Instrumento financeiro	-51.048	0
6.01.02.05	Outros ativos	-82.327	293.066
6.01.02.06	Partes relacionadas	-59.356	-203.152
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-96.203	-87.409
6.01.02.08	Fornecedores	-1.652.536	-831.264
6.01.02.09	Salários e encargos sociais	77.728	56.241
6.01.02.10	Impostos e contr. sociais a recolher	-200.422	381.522
6.01.02.11	Demais contas a pagar	-78.919	-132.236
6.01.02.12	Aplicações Financeiras	0	658.778
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-546.781	-584.220
6.02.01	Aquisição de empresas	3.149	0
6.02.02	Aumento de capital em controladas	52	0
6.02.03	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-557.329	-531.733
6.02.04	Aumento do ativo intangível	-30.301	-81.512
6.02.05	Venda de bens do imobilizado	37.477	29.025
6.02.06	Caixa líquido de aquisições	171	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	989.600	1.039.692
6.03.01	Aumento de capital	12.847	11.797
6.03.02	Captações e refinanciamento	4.569.563	4.009.834
6.03.03	Pagamentos	-3.326.062	-2.394.201
6.03.04	Juros pagos	-136.123	-451.096
6.03.05	Pagamento de dividendos	-130.625	-136.642
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	503.428	145.073
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.969.955	3.817.994
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.473.383	3.963.067

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.129.405	384.342	1.111.526	0	0	7.625.273	2.469.152	10.094.425
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.129.405	384.342	1.111.526	0	0	7.625.273	2.469.152	10.094.425
5.04	Transações de Capital com os Sócios	572.166	-182.218	-358.413	-27.814	0	3.721	0	3.721
5.04.01	Aumentos de Capital	12.847	0	0	0	0	12.847	0	12.847
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18.688	0	0	0	18.688	0	18.688
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-27.814	0	-27.814	0	-27.814
5.04.08	Capitalização de Reservas	559.319	-200.906	-358.413	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	421.241	0	421.241	-13.786	407.455
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	421.241	0	421.241	-13.786	407.455
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	806	0	0	806	371	1.177
5.06.04	Ganho ou perda na participação societária	0	0	806	0	0	806	371	1.177
5.07	Saldos Finais	6.701.571	202.124	753.919	393.427	0	8.051.041	2.455.737	10.506.778

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.04	Transações de Capital com os Sócios	538.973	-92.888	-421.501	-22.485	0	2.099	-9.969	-7.870
5.04.01	Aumentos de Capital	11.797	0	0	0	0	11.797	0	11.797
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12.787	0	0	0	12.787	0	12.787
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-22.485	0	-22.485	0	-22.485
5.04.08	Capitalização de Reservas	527.176	-105.675	-421.501	0	0	0	0	0
5.04.09	Part. Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-9.969	-9.969
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	223.442	0	223.442	-26.461	196.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	223.442	0	223.442	-26.461	196.981
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.468	0	0	3.468	0	3.468
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.468	0	0	3.468	0	3.468
5.07	Saldos Finais	6.118.232	370.260	638.149	200.957	0	7.327.598	2.448.751	9.776.349

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	27.145.572	24.917.667
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	27.171.747	24.977.380
7.01.02	Outras Receitas	105.082	16.292
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-131.257	-76.005
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.563.143	-19.279.981
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.142.776	-16.943.355
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.420.367	-2.336.626
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.582.429	5.637.686
7.04	Retenções	-392.170	-308.148
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-392.170	-308.148
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.190.259	5.329.538
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	298.822	285.404
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.185	13.231
7.06.02	Receitas Financeiras	296.637	272.173
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.489.081	5.614.942
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.489.081	5.614.942
7.08.01	Pessoal	2.754.785	2.433.998
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.871.519	1.859.318
7.08.01.02	Benefícios	429.850	370.374
7.08.01.03	F.G.T.S.	180.470	179.230
7.08.01.04	Outros	272.946	25.076
7.08.01.04.01	Participações	272.946	25.076
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.862.421	1.510.546
7.08.02.01	Federais	1.145.310	496.890
7.08.02.02	Estaduais	603.830	917.911
7.08.02.03	Municipais	113.281	95.745
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.464.420	1.473.417
7.08.03.01	Juros	917.115	933.910
7.08.03.02	Aluguéis	547.305	539.507
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	407.455	196.981
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	421.241	223.442
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-13.786	-26.461



Resultado do 2T12

Lucro líquido consolidado atingiu R\$ 253 milhões no trimestre

São Paulo, Brasil, 23 de julho de 2012 - O Grupo Pão de Açúcar [BM&FBOVESPA: PCAR4 (PN); NYSE: CBD] e Via Varejo [BM&FBOVESPA: VVAR3] anunciam os resultados do 2º trimestre de 2012 (2T12). Os comentários estão distribuídos da seguinte forma: **GPA Alimentar**, composto por supermercados (Pão de Açúcar, Extra Supermercado e PA Delivery), hipermercados (Extra Hiper), lojas de proximidade (Minimercado Extra), atacado de autosserviço (Assaí), GPA Malls & Properties, postos de combustíveis e drogarias; e **GPA Consolidado**, composto por GPA Alimentar e Viavarejo (lojas físicas Casas Bahia e Ponto Frio e comércio eletrônico da Nova Pontocom: Extra.com.br, PontoFrio.com.br e Casasbahia.com.br).

GPA Alimentar

Receita bruta de vendas cresceu 7,3% no 2T12
GPA Alimentar atingiu margem EBITDA de 8,5% no 2T12

- A receita bruta de vendas foi de R\$ 7,437 bilhões, crescimento de 7,3% em relação ao 2T11
- Lucro bruto de R\$ 1,801 bilhão, aumento de 14,8% sobre o 2T11
- EBITDA de R\$ 574 milhões, crescimento de 37,0% em relação ao 2T11, com margem de 8,5%
- Lucro líquido de R\$ 253 milhões, aumento de 171,3% em comparação com 2T11
- Impacto no resultado de R\$ 98 milhões referente a empreendimentos imobiliários (detalhes na pág. 8). Os resultados excluindo os empreendimentos imobiliários serão apresentados a partir da página 2.

GPA Consolidado

EBITDA totalizou R\$ 787 milhões no trimestre, aumento de 22,8% em relação ao 2T11, e margem EBITDA de 6,5%
Lucro líquido somou R\$ 255 milhões, com crescimento de 179,7% em comparação ao 2T11

- A receita bruta de vendas totalizou R\$ 13,512 bilhões, crescimento de 7,2% em relação ao 2T11
- Lucro bruto de R\$ 3,241 bilhões, com crescimento de 8,5%
- EBITDA de R\$ 787 milhões, com aumento de 22,8%
- Lucro líquido de R\$ 255 milhões, crescimento de 179,7% em relação ao 2T11

(R\$ milhões) ⁽¹⁾	DESTAQUES											
	GPA Alimentar						GPA Consolidado					
	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Bruta de Vendas	7.437	6.928	7,3%	14.808	13.569	9,1%	13.512	12.605	7,2%	27.172	24.978	8,8%
Receita Líquida de Vendas	6.720	6.229	7,9%	13.376	12.213	9,5%	12.037	11.270	6,8%	24.185	22.139	9,2%
Lucro Bruto	1.801	1.569	14,8%	3.527	3.106	13,6%	3.241	2.987	8,5%	6.497	5.836	11,3%
Margem Bruta	26,8%	25,2%	1,6 p.p.	26,4%	25,4%	1,0 p.p.	26,9%	26,5%	0,4 p.p.	26,9%	26,4%	0,5 p.p.
EBITDA	574	419	37,0%	1.067	841	26,9%	787	641	22,8%	1.545	1.224	26,3%
Margem EBITDA ⁽²⁾	8,5%	6,7%	1,8 p.p.	8,0%	6,9%	1,1 p.p.	6,5%	5,7%	0,8 p.p.	6,4%	5,5%	0,9 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(121)	(166)	-27,4%	(263)	(328)	-19,7%	(285)	(336)	-15,3%	(620)	(662)	-6,2%
% da Receita Líquida de Vendas	1,8%	2,7%	-0,9 p.p.	2,0%	2,7%	-0,7 p.p.	2,4%	3,0%	-0,6 p.p.	2,6%	3,0%	-0,4 p.p.
Lucro Líquido - acionistas controladores ⁽³⁾	253	93	171,3%	414	239	73,5%	255	91	179,7%	421	223	88,5%
Margem Líquida	3,8%	1,5%	2,3 p.p.	3,1%	2,0%	1,1 p.p.	2,1%	0,8%	1,3 p.p.	1,7%	1,0%	0,7 p.p.

(1) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido a arredondamentos e todas as margens foram calculadas com percentual da receita líquida de vendas

(2) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

(3) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores



DESEMPENHO POR SEGMENTO

A Companhia atua de forma integrada em dois segmentos de negócios, conforme demonstrado abaixo:

GPA Alimentar			GPA Não-Alimentar	
Varejo	Supermercados		Lojas Físicas	
	Hipermercados			
	Proximidade			
	Postos e Drogarias			
Atacado de Autosserviço	Atacado de Autosserviço		Comércio Eletrônico	
Outros	GPA Malls & Properties			

Para comparabilidade dos números da operação da Companhia, faremos a apresentação das tabelas e os comentários referentes à análise dos resultados do 2º trimestre de 2012 a seguir, conforme indicado, que excluem a receita dos empreendimentos imobiliários da Companhia (mais informações na página 8).

Desempenho de vendas

(R\$ milhões)	GPA Alimentar <i>excl. empreendimentos imob.</i>			GPA Alimentar (<i>excl. empreendimentos imob.</i>)					
	2T12	2T11	Δ	Varejo			Atacado de Autosserviço		
Receita Bruta de Vendas	7.339	6.928	5,9%	6.196	5.900	5,0%	1.142	1.028	11,1%
Receita Líquida de Vendas	6.621	6.229	6,3%	5.579	5.296	5,3%	1.043	933	11,7%
Crescimento de Receita Bruta de Vendas 'mesmas lojas'	4,7%	9,1%							
Alimentos	4,8%	10,0%							
Não-Alimentos	4,3%	5,9%							

GPA Alimentar 2T12 x 2T11 (*exclui empreendimentos imobiliários*)

A receita bruta de vendas do GPA Alimentar cresceu 5,9% no 2T12 em relação ao 2T11, em função, entre outros fatores, da abertura de 14 lojas nos últimos 12 meses e da conclusão dos processos de conversão das bandeiras CompreBem e Sendas para Extra Supermercado e da bandeira Extra Fácil para Minimercado Extra.



O crescimento da receita bruta de vendas 'mesmas lojas' foi de 4,7%, ou -0,2% em termos reais, quando deflacionado pelo IPCA do período. É importante lembrar que, diferentemente do 2T11, o período de compras que antecede a páscoa impactou também o 1º trimestre do ano. As vendas da Companhia foram também influenciadas pelas vendas no varejo ocorrida no início do trimestre, em linha, portanto, com dados apresentados pelo IBGE, que apontou o menor ritmo de crescimento desde março de 2009 para o varejo.

- ▶ Varejo: crescimento de 5,0% na receita de vendas em relação ao 2T11, influenciado, principalmente, pelo:
 - Desempenho diferenciado em determinados segmentos, com destaque para o do segmento bazar, cuja receita de vendas aumentou devido à introdução de sortimento maior destes produtos, e do segmento de higiene e limpeza, para o qual foram desenvolvidas diversas iniciativas em conjunto com fornecedores. A tendência foi contraposta pela queda na receita de vendas da peixaria, em função do efeito Páscoa e do menor preço médio por quilo;
 - Aceleração de vendas no formato de proximidade e supermercados. No formato de proximidade, foram convertidas 66 lojas do Extra Fácil para Minimercado Extra, cuja proposta de valor é diferente da do Extra Fácil, com maior presença de perecíveis e serviços, além de sortimento adaptado à microrregião. No 2T12, foi concluído o processo de conversão da bandeira Extra Fácil para Minimercado Extra. No formato de supermercados, o Extra Supermercado apresentou crescimento acima da média do Grupo.
- ▶ Atacado de autosserviço: aumento de 11,1% na receita bruta de vendas, reflexo, principalmente, de:
 - Reposicionamento da bandeira, com adequações no sortimento, processo que se iniciou no 2º semestre de 2011, com foco nos públicos-alvo dos transformadores, distribuidores e utilizadores, o que beneficia o crescimento do ticket médio.

(R\$ milhões)	GPA Alimentar <i>excl. empreendimentos imob.</i>			GPA Consolidado <i>excl. empreendimentos imob.</i>					
	1S12	1S11	Δ	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Bruta de Vendas	14.709	13.569	8,4%	13.414	12.605	6,4%	27.073	24.978	8,4%
Receita Líquida de Vendas	13.278	12.213	8,7%	11.939	11.270	5,9%	24.087	22.139	8,8%
Crescimento de Receita Bruta de Vendas 'mesmas lojas'	7,0%	7,4%		5,6%	10,1%		7,6%	8,5%	
Alimentos	7,0%	7,4%							
Não-Alimentos	6,7%	7,3%							

GPA Alimentar 1S12 x 1S11 (exclui empreendimentos imobiliários)

A receita bruta de vendas cresceu 8,4%. O avanço de 7,0% no conceito 'mesmas lojas', ou de 2,0% em termos reais, é resultado do êxito das conversões de Extra Supermercado e Minimercado Extra, cujas lojas apresentaram melhor desempenho do que suas antecessoras, e da abertura de 10 lojas nos últimos 12 meses (ver detalhes em Investimentos, na página 10).

GPA Consolidado 2T12 x 2T11

A receita bruta de vendas totalizou R\$ 13,414 bilhões, com crescimento de 6,4%. Além do crescimento do GPA Alimentar, comentado acima, destaca-se o crescimento de vendas em Viavarejo em duas das principais datas comemorativas para o setor de eletro-eletrônicos: Dia das Mães, em maio, e Dia dos Namorados, em junho, que também foram beneficiadas pela



prorrogação da redução no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns produtos da linha branca e a desoneração do imposto para os móveis.

GPA Consolidado 1S12 x 1S11

As vendas brutas totalizaram R\$ 27,073 bilhões, com crescimento de 8,4%. O crescimento das vendas 'mesmas lojas' foi de 7,6%.

Desempenho Operacional

(R\$ milhões)	GPA Alimentar <i>excl. empreendimentos imob.</i>			GPA Alimentar (<i>excl. empreendimentos imob.</i>)					
	2T12	2T11	Δ	Varejo			Atacado de Autosserviço		
				2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ
Receita Líquida de Vendas	6.621	6.229	6,3%	5.579	5.296	5,3%	1.043	933	11,7%
Lucro Bruto	1.703	1.569	8,5%	1.550	1.454	6,6%	153	115	32,5%
Margem Bruta	25,7%	25,2%	0,5 p.p.	27,8%	27,5%	0,3 p.p.	14,6%	12,3%	2,3 p.p.
Despesas com Vendas	(1.049)	(988)	6,2%	(947)	(892)	6,1%	(102)	(96)	6,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(175)	(162)	8,2%	(165)	(156)	5,4%	(10)	(5)	88,5%
Despesas Operacionais Totais	(1.224)	(1.150)	6,5%	(1.112)	(1.048)	6,0%	(113)	(102)	11,0%
% da Receita Líquida de Vendas	18,5%	18,5%	0,0 p.p.	20,0%	19,8%	0,2 p.p.	10,8%	10,9%	-0,1 p.p.
EBITDA	479	419	14,2%	439	406	8,2%	40	14	192,3%
Margem EBITDA	7,2%	6,7%	0,5 p.p.	7,9%	7,7%	0,2 p.p.	3,8%	1,5%	2,3 p.p.

GPA Alimentar 2T12 x 2T11 (*exclui empreendimentos imobiliários*)

O EBITDA totalizou R\$ 479 milhões, um crescimento de 14,2%, e a margem cresceu 0,5 ponto percentual, para 7,2%. O EBITDA do segmento de Varejo cresceu 8,2%, enquanto o do atacado de autosserviço aumentou 192,3%. A participação do atacado de autosserviço na receita bruta de vendas do GPA Alimentar era de 14,8% no 2T11, e passou para 15,6% no 2T12 ao passo que sua participação no EBITDA de GPA Alimentar cresceu de 3,3% no 2T11 para 8,3%.

- ▶ Varejo: a margem EBITDA alcançou 7,9%, um ganho de 0,2 ponto percentual, em função de:
 - Ganho de 0,3 ponto percentual na margem bruta, resultado do mix de venda que privilegia itens com maior valor agregado, como perecíveis e bazar, que também foram favorecidos com as conversões para Minimercado Extra e Extra Supermercado, já que a presença destas categorias é maior nestes formatos. Este desempenho ficou em linha com a tendência dos trimestres anteriores;
 - Aumento de 0,2 ponto percentual na relação entre as despesas operacionais totais e a receita líquida de vendas em função de aumento das despesas com pessoal e marketing.
- ▶ Atacado de autosserviço: o segmento apresentou margem EBITDA de 3,8%, avanço de 2,3 pontos percentuais em relação ao 2T11, em função de:
 - Crescimento de 2,3 pontos percentuais na margem bruta, para 14,6%, como consequência da maturação das lojas abertas nos últimos dois anos e do reposicionamento do sortimento para o público-alvo, o que privilegia itens mais rentáveis;
 - Redução da participação das despesas de vendas em decorrência de ganhos de produtividade nas lojas e readequação de serviços disponibilizados na loja. A reformatação da área de vendas, para otimização do estoque, e a revisão do modelo logístico favoreceram o controle de despesas.

GPA Alimentar 1S12 x 1S11 (*exclui empreendimentos imobiliários*)



Crescimento de 16,2% no EBITDA, em função do aumento de 10,4% no lucro bruto e da manutenção da proporção das despesas operacionais em relação à receita bruta de vendas em 18,5%.

	GPA Alimentar <i>excl. empreendimentos imob.</i>			GPA Consolidado <i>excl. empreendimentos imob.</i>					
	1S12	1S11	Δ	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Líquida de Vendas	13.278	12.213	8,7%	11.939	11.270	5,9%	24.087	22.139	8,8%
Lucro Bruto	3.429	3.106	10,4%	3.142	2.987	5,2%	6.398	5.836	9,6%
Margem Bruta	25,8%	25,4%	0,4 p.p.	26,3%	26,5%	-0,2 p.p.	26,6%	26,4%	0,2 p.p.
Despesas com Vendas	(2.086)	(1.926)	8,3%	(2.039)	(1.922)	6,1%	(4.098)	(3.803)	7,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(365)	(339)	7,7%	(411)	(424)	-3,0%	(845)	(809)	4,4%
Despesas Operacionais Totais	(2.451)	(2.265)	8,2%	(2.450)	(2.346)	4,4%	(4.942)	(4.612)	7,2%
% Vendas Líquidas	18,5%	18,5%	0,0 p.p.	20,5%	20,8%	-0,3 p.p.	20,5%	20,8%	-0,3 p.p.
EBITDA	978	841	16,2%	692	641	7,9%	1.456	1.224	19,0%
Margem EBITDA	7,4%	6,9%	0,5 p.p.	5,8%	5,7%	0,1 p.p.	6,0%	5,5%	0,5 p.p.

GPA Consolidado 2T12 x 2T11

A margem bruta teve queda de 0,2 ponto percentual, em função da intensificação na competição nos segmentos de atuação da Viavarejo no período; do aumento da participação nas vendas dos itens da linha branca, cuja margem é inferior às demais categorias; e do aumento da participação do atacado de autosserviço nas vendas do GPA Alimentar, conforme comentado acima.

O EBITDA totalizou R\$ 692 milhões, um crescimento de 7,9%, com margem de 5,8%, aumento de 0,1 ponto percentual sobre o 2T11. O aumento no EBITDA foi consequência da melhoria operacional do GPA Alimentar, comentada acima, com manutenção da relação entre despesas operacionais e receita líquida.

GPA Consolidado 1S12 x 1S11

O EBITDA cresceu 19,0%, para R\$ 1,456 bilhão, com margem de 6,0%, um aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao primeiro semestre de 2012.



Desempenho Financeiro e Endividamento

Resultado Financeiro

(R\$ milhões)	GPA Alimentar excl. empreendimentos imob.						GPA Consolidado excl. empreendimentos imob.					
	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receitas Financeiras	123	102	19.9%	228	195	17.4%	151	139	8.5%	296	272	8.8%
Despesas Financeiras	(244)	(269)	-9.3%	(492)	(523)	-5.8%	(436)	(475)	-8.2%	(917)	(934)	-1.8%
Resultado Financeiro Líquido	(121)	(166)	-27.2%	(264)	(328)	-19.6%	(285)	(336)	-15.2%	(621)	(662)	-6.2%
% da Receita Líquida de Vendas	1.8%	2.7%	-0.9 p.p.	2.0%	2.7%	-0.7 p.p.	2.4%	3.0%	-0.6 p.p.	2.6%	3.0%	-0.4 p.p.
Encargos sobre Dívida Bancária Líquida	(64)	(85)	-25.4%	(143)	(169)	-15.3%	(66)	(138)	-52.0%	(144)	(266)	-46.1%
Custo do Desconto de Recebíveis	(26)	(34)	-24.5%	(56)	(82)	-32.4%	(191)	(167)	14.0%	(422)	(333)	26.9%
Atualização de Outros Ativos e Passivos	(32)	(47)	-32.4%	(65)	(77)	-15.3%	(28)	(30)	-8.0%	(55)	(63)	-12.3%
Resultado Financeiro Líquido	(121)	(166)	-27.2%	(264)	(328)	-19.6%	(285)	(336)	-15.2%	(621)	(662)	-6.2%

GPA Alimentar 2T12 x 2T11 (exclui empreendimentos imobiliários)

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 121 milhões e representou 1,8% da receita líquida de vendas, 0,9 ponto percentual menor que o registrado no 2T11. A redução é decorrente dos efeitos da queda da taxa básica de juros, notadamente a partir de setembro de 2011, que impacta a Companhia conforme detalhamento abaixo:

- R\$ 64 milhões em encargos sobre a dívida bancária líquida, o que representou 1,0% da receita líquida de vendas, uma redução de 0,4 ponto percentual em relação ao 2T11. A queda na taxa de juros no período favoreceu a redução;
- R\$ 26 milhões provenientes de custo do desconto de recebíveis de cartão de crédito, que representou 0,4% da receita líquida de vendas. A redução, de 0,2 ponto percentual em comparação ao 2T11, é efeito direto da manutenção das políticas comerciais praticadas pela Companhia associada à queda na taxa de juros;
- R\$ 32 milhões em atualização dos outros passivos e ativos, que representou 0,5% da receita líquida de vendas no trimestre, uma queda de 0,2 ponto percentual em relação ao 2T11.

GPA Alimentar 1S12 x 2S11 (exclui empreendimentos imobiliários)

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 264 milhões, 19,6% inferior ao 1S11, mesmo com aumento de 8,4% na receita bruta de vendas. O resultado foi influenciado pela redução da taxa de juros e controle na concessão de condições de pagamento.

GPA Consolidado 2T12 x 2T11

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 285 milhões e representou 2,4% da receita líquida de vendas, uma redução de 0,6 ponto percentual em relação ao 2T11.

GPA Consolidado 1S12 x 1S11

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 621 milhões e representou 2,6% da receita líquida de vendas, uma redução de 0,4 ponto percentual em relação ao 1H11.



Endividamento

(R\$ milhões)	GPA Alimentar		GPA Consolidado	
	30.06.2012	31.03.2012	30.06.2012	31.03.2012
Dívida de Curto Prazo	(2.084)	(2.382)	(2.373)	(2.442)
Empréstimos e Financiamentos	(1.406)	(1.859)	(1.581)	(1.915)
Debêntures	(679)	(523)	(792)	(527)
Dívida de Longo Prazo	(4.767)	(3.199)	(5.658)	(3.827)
Empréstimos e Financiamentos	(1.754)	(1.302)	(1.844)	(1.529)
Debêntures	(3.012)	(1.896)	(3.814)	(2.298)
Total da Dívida Bruta	(6.851)	(5.581)	(8.031)	(6.269)
Caixa e Aplicações Financeiras	4.221	2.831	5.473	3.746
Dívida Líquida	(2.630)	(2.750)	(2.557)	(2.523)
Dívida Líquida / EBITDA ⁽¹⁾	1,26x	1,36x	0,78x	0,78x
Carnês - Financiamento ao Consumidor - curto prazo	-	-	(2.227)	(2.211)
Carnês - Financiamento ao Consumidor - longo prazo	-	-	(116)	(112)
Dívida Líquida com Carnês - Financiamento ao Consumidor	-	-	(4.900)	(4.847)
Dívida Líquida / EBITDA ⁽¹⁾	1,26x	1,36x	1,50x	1,51x

⁽¹⁾ EBITDA acumulado dos últimos 12 meses. Não inclui valores provenientes de empreendimentos imobiliários

GPA Alimentar (exclui empreendimentos imobiliários)

Em 30/06/2012, a dívida líquida do GPA Alimentar totalizava R\$ 2,630 bilhões, uma redução de R\$ 120 milhões em relação à posição de 31/03/2012, em função, principalmente, da geração de caixa operacional no período. A relação dívida líquida/EBITDA estava em 1,26 vez ao final do semestre.

GPA Consolidado

A dívida líquida totalizava R\$ 2,557 bilhões em 30/06/2012, um aumento de R\$ 34 milhões em comparação a 31/03/2012. A relação dívida líquida/EBITDA estava em 0,78 vez.

No trimestre, a Companhia emitiu três novas séries de debêntures, para alongamento do perfil de dívida:

- 11ª emissão de debêntures simples da própria Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), de R\$ 1,200 bilhão, ao custo de 100% do CDI + *spread* de 1% e prazo de 42 meses;
- 1ª emissão de debêntures simples da Nova Pontocom (NPC), no valor de R\$ 100 milhões, ao custo de 105,35% do CDI e prazo de 12 meses; e
- 1ª emissão de debêntures da Nova Casa Bahia (NCB), no valor de R\$ 400 milhões, ao custo de 100% do CDI + *spread* de 0,72% e prazo de 31 meses.

A Companhia outorgou a fiança em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas por ambas as empresas.



GPA Malls & Properties

A abertura de lojas do Grupo Pão de Açúcar faz parte de um processo de expansão planejada. O Grupo utiliza sua inteligência de mercado para promover a sinergia de sua força no varejo com seus ativos imobiliários, que são geridos pelo seu braço imobiliário, a GPA Malls & Properties (GPA M&P). A GPA M&P é responsável por gerir e explorar o patrimônio imobiliário do Grupo, e busca capturar valor neste mercado.

Neste trimestre, foi reconhecido um valor de R\$ 98 milhões de receita bruta de vendas, que é referente a permutas celebradas com a Cyrela e com a Pitangueiras Desenvolvimento Imobiliário de terrenos da Companhia para incorporação e construção de empreendimentos imobiliários, o Thera Faria Lima Pinheiros, lançado em outubro de 2011, e o Figue, respectivamente. A receita de permuta está líquida do custo contábil do terreno.

É importante lembrar que o ciclo operacional do setor imobiliário difere do setor varejista, sendo esse mais longo, usualmente excedendo o período do exercício fiscal em que o empreendimento foi iniciado. Além disso, o reconhecimento de receita e ganhos depende do ritmo de lançamentos e da execução do empreendimento.

Para informações contábeis sobre a apropriação desta receita, ver as notas explicativas nº 3.b. e 26, no ITR.

Lucro Líquido

(R\$ milhões)	GPA Alimentar excl. empreendimentos imob.						GPA Consolidado excl. empreendimentos imob.					
	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ%	2T12	2T11	Δ%	1S12	1S11	Δ%
EBITDA	479	419	14,2%	978	841	16,2%	692	641	7,9%	1.456	1.224	19,0%
Depreciação e Amortização	(156)	(116)	34,0%	(303)	(241)	25,6%	(189)	(150)	25,7%	(375)	(308)	21,7%
Resultado Financeiro	(121)	(166)	-27,2%	(264)	(328)	-19,6%	(285)	(336)	-15,2%	(621)	(662)	-6,2%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(2)	(1)	111,9%	2	6	-68,1%	(3)	3	-199,4%	2	13	-83,5%
Resultado com Ativo Permanente	(14)	1	-	(24)	1	0,0%	(10)	1	-	(3)	1	-347,2%
Resultado não Recorrente	-	(49)	-	-	(49)	0,0%	-	(49)	-100,0%	-	(49)	-100,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	23	6	294,2%	23	0	0,0%	16	(15)	-212,6%	15	(27)	-154,2%
Lucro Operacional antes de I.R.	208	93	124,8%	412	231	78,7%	222	95	134,6%	474	192	146,7%
Imposto de Renda	(64)	(1)	N/A	(115)	(3)	0,0%	(73)	(9)	746,8%	(156)	5	-
Participação de Acionistas Não Controladores	13	2	-	27	12	134,9%	9	5	90,6%	14	26	-47,9%
Lucro Líquido pro forma⁽¹⁾ - Acionistas Controladores	157	93	68,6%	325	239	35,9%	159	91	74,5%	331	223	48,3%
Margem Líquida	2,4%	1,5%	0,9 p.p.	2,4%	2,0%	0,4 p.p.	1,3%	0,8%	0,5 p.p.	1,4%	1,0%	0,4 p.p.
Lucro Líquido GPA Malls & Properties	96	-	-	90	-	-	96	-	-	90	-	-
Lucro Líquido⁽¹⁾ - Acionistas Controladores	253	93	171,3%	414	239	73,5%	255	91	179,7%	421	223	88,5%
Margem Líquida	3,8%	1,5%	2,3 p.p.	3,1%	2,0%	1,1 p.p.	2,1%	0,8%	1,3 p.p.	1,7%	1,0%	0,7 p.p.
Total não Recorrente (Líquido de I.R. e Part. Minoritária)	-	35	-	-	35	-	10	66	-	10	73	-
Refis 11.941/2009	-	28	-	-	28	-	-	28	-	-	28	-
Gasto (Ganho) com Associação	-	21	-	-	21	-	10	47	-	10	53	-
Imposto de Renda sobre Não Recorrentes	-	(10)	-	-	(10)	-	(3)	(14)	-	(3)	(16)	-
Participação minoritária	-	(5)	-	-	(5)	-	3	5	-	3	8	-
Lucro Líquido Ajustado	253	128	97,8%	414	273	51,6%	264	157	68,4%	431	297	45,3%
Margem Líquida Ajustada - %	3,8%	2,1%	1,7 p.p.	3,1%	2,2%	0,9 p.p.	2,2%	1,4%	0,8 p.p.	1,8%	1,3%	0,5 p.p.

(1) Lucro Líquido após participação minoritária

GPA Alimentar 2T12 x 2T11 (exclui empreendimentos imobiliários)

O lucro operacional antes do imposto de renda foi de R\$ 208 milhões, com crescimento de 124,8% em relação ao 2T11. Esse resultado reflete a melhoria operacional em todos os formatos e o controle na despesa operacional e financeira.

O lucro líquido cresceu 68,6%, atingindo R\$ 157 milhões. A margem líquida chegou a 2,4%, um aumento de 0,9 ponto percentual.



O resultado do Grupo incluindo os empreendimentos imobiliários totalizou R\$ 253 milhões, com crescimento de 171,3% em comparação com o 2T11. No semestre, o lucro líquido somou R\$ 414 milhões, um crescimento de 73,5%.

GPA Alimentar 1S12 x 1S11 (exclui empreendimentos imobiliários)

O lucro operacional antes do imposto de renda totalizou R\$ 412 milhões, um aumento de 78,7%.

GPA Consolidado 2T12 x 2T11

O lucro líquido alcançou R\$ 159 milhões, um crescimento de 74,5% sobre o 2T11, reflexo da contínua melhoria operacional no GPA Alimentar. A margem líquida aumentou 0,5 ponto percentual no 2T12, para 1,3%.

GPA Consolidado 1S12 x 1S11

Incluindo os empreendimentos imobiliários, o lucro líquido totalizou R\$ 421 milhões, aumento de 88,5%.

Fluxo de Caixa

(R\$ milhões)	GPA Alimentar						GPA Consolidado					
	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Caixa no início do período	2.831	2.441	391	3.544	2.468	1.076	3.746	3.588	158	4.970	3.818	1.152
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	655	635	20	327	390	(63)	623	536	87	61	(310)	371
EBITDA	574	419	155	1.067	841	226	787	641	146	1.545	1.224	321
Custo de desconto de recebíveis	(43)	(41)	(2)	(72)	(88)	16	(153)	(194)	41	(304)	(360)	56
Capital de giro	123	257	(133)	(668)	(363)	(305)	(11)	89	(100)	(1.181)	(1.174)	(6)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(276)	(214)	(63)	(451)	(436)	(15)	(345)	(320)	(25)	(547)	(584)	37
CAPEX líquido	(245)	(94)	(151)	(455)	(436)	(19)	(314)	(238)	(76)	(550)	(584)	34
Aquisições e outros	(31)	(120)	89	3	-	3	(31)	(82)	51	3	-	3
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	1.011	(285)	1.297	801	154	647	1.450	159	1.291	990	1.040	(50)
Dividendos e outros	(131)	(137)	6	(131)	(137)	6	(131)	(137)	6	(131)	(137)	6
Captações líquidas	1.142	(149)	1.291	932	291	641	1.580	296	1.285	1.120	1.176	(56)
Variação de caixa no período	1.390	136	1.254	677	108	569	1.728	375	1.352	503	145	358
Caixa no final do período	4.221	2.576	1.645	4.221	2.576	1.645	5.473	3.963	1.510	5.473	3.963	1.510

GPA Alimentar 2T12 x 2T11 (exclui empreendimentos imobiliários)

A posição de caixa era de R\$ 4,221 bilhões, correspondente a uma variação de R\$ 1,645 bilhão em relação ao 2T11, em função, principalmente, das captações líquidas no período e geração de caixa das atividades operacionais. A Companhia concluiu, em maio, sua 11ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1,200 bilhão.

GPA Consolidado 2T12 x 2T11

A posição de caixa de R\$ 5,473 bilhões, variação de R\$ 1,510 bilhão em relação ao caixa do 2T11.

Investimentos (Capex)



(R\$ milhões)	GPA Alimentar						GPA Consolidado					
	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	119	23	412,1%	182	85	114,5%	155	34	359,6%	232	111	108,7%
Reformas e Conversões de Lojas	98	97	0,8%	181	222	-18,3%	107	115	-6,8%	198	242	-18,3%
Infraestrutura e Outros	102	85	19,0%	145	148	-2,4%	129	141	-8,2%	204	220	-7,2%
Total	318	206	54,7%	508	455	11,7%	392	290	35,1%	633	573	10,5%

GPA Alimentar 2T12 (exclui empreendimentos imobiliários)

Foram investidos R\$ 318 milhões, dos quais:

- R\$ 119 milhões em abertura e construção de lojas e aquisições de terrenos. Foram inauguradas uma loja do Pão de Açúcar, uma do Extra Hiper, uma do Minimercado Extra, além de cinco novas drogarias;
- R\$ 98 milhões em reformas e conversões de lojas. No 2T12 foi concluído o processo de conversão das antigas lojas Extra Fácil em Minimercado Extra; e
- R\$ 102 milhões em infraestrutura tecnológica e de logística, entre outros.

GPA Alimentar 1S12 (exclui empreendimentos imobiliários)

Foram investidos R\$ 508 milhões, dos quais a maior parte, 72,0%, foi destinada à aquisição de terrenos e abertura de lojas e em reformas e conversões. A área de vendas do GPA Alimentar, a qual totalizou 1.887 mil m² ao final do período, deverá crescer entre 6,0% e 6,7% em 2012, conforme *guidance* divulgado pela Companhia em 08/05/12.

GPA Consolidado 2T12 e 1S12

Os investimentos totalizaram R\$ 391 milhões, que representam aproximadamente 62% dos investimentos nos primeiros seis meses. Este valor inclui R\$ 73 milhões em investimentos realizados na Viavarejo no trimestre e os R\$ 318 milhões de GPA Alimentar

Em adição as lojas de GPA Alimentar acima mencionadas, foram abertas, no trimestre três lojas de cada uma das bandeiras operadas por Viavarejo (Ponto Frio e Casas Bahia). Outras 14 lojas do GPA Alimentar e 18 lojas de Viavarejo estão em construção.

Os investimentos no período estão em linha com o plano de negócio anual da Companhia. A Companhia reitera o *guidance* de investimentos de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão para o ano de 2012, dos quais R\$ 1,4 bilhão para GPA Alimentar e os restantes R\$ 400 milhões, para GPA Não-Alimentar.



Dividendos

GPA Consolidado

(R\$ milhões)	GPA Consolidado					
	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Dividendos Totais	27,9	22,6	23,5%	55,7	45,1	23,5%

GPA Consolidado

Em 23/07/2012, o Conselho de Administração aprovou o pagamento no valor de R\$ 0,11 por ação preferencial e R\$ 0,10 por ação ordinária, a título de antecipação de dividendos intermediários. O montante total dos dividendos a serem distribuídos no 2T12 será de R\$ 27,9 milhões, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 03/08/2009.

O pagamento será realizado no dia 13/08/2012. Terão direito os detentores de ações em circulação na data-base de 31/07/2012. A partir do dia 01/08/2012, as ações serão negociadas sem direito ("ex-direito") aos dividendos até a data do seu pagamento.



BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhões)	ATIVO					
	GPA Alimentar			GPA Consolidado		
	30.06.2012	31.03.2012	30.06.2011	30.06.2012	31.03.2012	30.06.2011
Ativo Circulante	9.019	8.167	7.158	16.694	15.466	15.295
Caixas e Aplicações Financeiras	4.221	2.831	2.576	5.473	3.746	3.963
Contas a Receber	260	309	183	2.253	2.284	1.985
Cartões de Créditos	181	215	112	389	381	202
Carnês - Financiamento ao Consumidor	-	-	-	1.961	1.988	1.835
Tickets e Outros	76	90	67	105	106	131
Cheques Pré-Datados	4	4	5	4	4	5
Provisão para Devedores Duvidosos	(1)	(0)	(2)	(205)	(195)	(189)
Provenientes de Acordos Comerciais	389	392	279	389	392	279
Fundo de Recebíveis (FIDC)	1.056	1.086	1.090	2.381	2.364	2.341
Estoques	2.603	2.832	2.323	4.939	5.178	4.816
Impostos a Recuperar	270	445	440	826	1.032	1.347
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	219	272	268	432	470	564
Ativo Não Circulante	14.278	13.799	12.934	17.261	16.564	15.128
Realizável a Longo Prazo	2.564	2.243	1.916	4.405	3.893	3.061
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber	462	448	519	556	543	612
Paes Mendonça	462	448	434	462	448	434
Carnês - Financiamento ao Consumidor	-	-	-	102	101	98
Outros	-	-	89	-	-	89
Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	(4)	(7)	(6)	(9)
Impostos a Recuperar	212	33	13	1.030	721	84
Valor Justo Bartira	355	304	416	355	304	416
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	426	442	415	1.185	1.211	1.180
Crédito com Pessoas Ligadas	178	248	66	146	152	141
Depósitos para Recursos Judiciais	730	652	471	899	809	594
Despesas Antecipadas e Outros	92	116	16	123	153	34
Investimentos	176	161	144	269	258	232
Imobilizado	6.617	6.523	6.169	7.554	7.436	6.981
Intangível	4.920	4.873	4.706	5.032	4.977	4.855
TOTAL DO ATIVO	23.297	21.966	20.092	33.955	32.030	30.423
	PASSIVO					
	GPA Alimentar			GPA Consolidado		
	30.06.2012	31.03.2012	30.06.2011	30.06.2012	31.03.2012	30.06.2011
Passivo Circulante	6.149	6.636	4.279	11.297	11.445	9.962
Fornecedores	2.533	2.744	2.225	4.570	4.716	4.475
Empréstimos e Financiamentos	1.406	1.859	488	1.581	1.915	1.261
Carnês - Financiamento ao Consumidor (CDCI)	-	-	-	2.227	2.211	1.948
Debêntures	679	523	278	792	527	278
Obrigações Sociais e Trabalhistas	372	321	319	837	712	645
Impostos, Taxas e Contribuições	81	82	61	180	199	300
Dividendos e JCP a Pagar	1	103	2	1	103	2
Financiamento Compra de Imóveis	14	14	14	14	14	14
Aluguéis a Pagar	44	42	44	44	42	44
Aquisições de Sociedades	58	56	68	58	56	68
Dívidas com Partes Relacionadas	522	513	499	52	88	13
Propaganda	40	38	34	85	88	34
Provisão para Reestruturação	9	12	6	9	12	6
Impostos Parcelados	166	91	41	169	94	45
Receitas Antecipadas	8	13	-	77	79	85
Outros	217	223	200	601	587	743
Passivo Não Circulante	9.338	7.755	8.577	12.151	10.320	10.685
Empréstimos e Financiamentos	1.754	1.302	2.512	1.844	1.529	2.666
Carnês - Financiamento ao Consumidor (CDCI)	-	-	-	116	112	114
Fundo de Recebíveis (FIDC)	1.194	1.167	1.163	2.437	2.383	2.417
Debêntures	3.012	1.896	1.488	3.814	2.298	1.488
Aquisições de Sociedades	199	194	227	199	194	227
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.104	1.107	1.102	1.104	1.107	1.102
Impostos Parcelados	1.201	1.260	1.443	1.244	1.302	1.488
Provisão para Contingências	552	537	414	721	701	515
Receitas Antecipadas	23	-	-	375	368	407
Outros	298	291	228	298	326	261
Patrimônio Líquido	7.810	7.575	7.236	10.507	10.265	9.776
Capital Social	5.278	4.708	4.778	6.702	6.130	6.118
Reservas de Capital	202	392	370	202	392	370
Reservas de Lucro	1.147	1.279	839	1.147	1.279	839
Participação de Acionistas não Controladores	1.183	1.196	1.249	2.456	2.465	2.449
TOTAL DO PASSIVO	23.297	21.966	20.092	33.955	32.030	30.423



	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (exclui empreendimentos imobiliários)						DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO												
	GPA Alimentar			Atacado Autoserviço			GPA Alimentar			Atacado Autoserviço			GPA Alimentar			GPA Alimentar			
	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	
RS - Milhões																			
Receita Bruta de Vendas	7.339	6.928	5,9%	6.196	5.900	5,0%	1.142	1.028	11,1%	13.414	12.605	6,4%	7.437	6.928	7,3%	13.512	12.605	7,2%	
Receita Líquida de Vendas	6.621	6.229	6,3%	5.579	5.296	5,3%	1.043	933	11,7%	11.939	11.270	5,9%	6.720	6.229	7,9%	12.037	11.270	6,8%	
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.918)	(4.660)	5,6%	(4.028)	(3.842)	4,9%	(890)	(818)	8,8%	(8.797)	(8.282)	6,2%	(4.918)	(4.660)	5,6%	(8.797)	(8.282)	6,2%	
Lucro Bruto	1.703	1.569	8,5%	1.550	1.454	6,6%	153	115	32,5%	3.142	2.987	5,2%	1.801	1.569	14,8%	3.241	2.987	8,5%	
Despesas com Vendas	(1.049)	(988)	6,2%	(947)	(892)	6,1%	(102)	(96)	6,6%	(2.039)	(1.922)	6,1%	(1.047)	(988)	5,9%	(2.037)	(1.922)	6,0%	
Despesas Gerais e Administrativas	(175)	(162)	8,2%	(165)	(156)	5,4%	(10)	(5)	88,5%	(411)	(424)	-3,0%	(180)	(162)	11,4%	(416)	(424)	-1,8%	
Total das Despesas Operacionais	(1.224)	(1.150)	6,5%	(1.112)	(1.048)	6,0%	(113)	(102)	11,0%	(2.450)	(2.346)	4,4%	(1.227)	(1.150)	6,7%	(2.453)	(2.346)	4,6%	
Lucro Oper. antes da depr., result. Financeiro e impostos - EBITDA	479	419	14,2%	439	406	8,2%	40	14	192,3%	692	641	7,9%	574	419	37,0%	787	641	22,8%	
Depreciação e Amortização	(156)	(116)	34,0%	(145)	(109)	32,7%	(11)	(7)	54,8%	(189)	(150)	25,7%	(156)	(116)	34,0%	(189)	(150)	25,7%	
Lucro Operac. antes do result. Financeiro e impostos - EBIT	323	303	6,6%	294	296	-0,8%	29	7	336,5%	503	491	2,5%	418	303	38,1%	599	491	21,9%	
Receitas Financeiras	123	102	19,9%	119	101	18,1%	3	1	154,9%	151	139	8,5%	123	102	20,2%	151	139	8,8%	
Despesas Financeiras	(244)	(269)	-9,3%	(229)	(251)	-9,0%	(15)	(17)	-12,7%	(436)	(475)	-8,2%	(244)	(269)	-9,3%	(436)	(475)	-8,2%	
Resultado Financeiro Líquido	(121)	(166)	-27,2%	(109)	(150)	-27,3%	(12)	(16)	-26,5%	(285)	(336)	-15,2%	(121)	(166)	-27,4%	(285)	(336)	-15,3%	
Resultado do Equiv. Patrimonial	(2)	(1)	111,9%	(2)	(1)	111,9%	-	-	-	(3)	3	-	(2)	(1)	111,9%	(3)	3	-199,4%	
Resultado com Ativo permanente	(14)	1	-	(15)	(1)	-	1	2	-59,4%	(10)	1	-	(14)	1	(19,70)	(10)	1	(13,77)	
Resultado não Recorrente	-	(49)	-	-	(49)	-	-	-	-	-	(49)	-	-	(49)	-	-	(49)	-	
Outras Despesas e Receitas Operacionais	23	6	294,2%	23	6	294,2%	-	-	-	16	(15)	-	23	6	294,2%	16	(15)	-212,6%	
Lucro Operacional Antes IR	208	93	124,8%	190	100	90,3%	18	(7)	-	222	95	134,6%	304	93	228,2%	318	95	235,7%	
Imposto de Renda	(64)	(1)	6273,3%	(65)	(3)	1992,4%	1	2	-65,6%	(73)	(9)	746,8%	(64)	(1)	0,0%	(73)	(9)	746,8%	
Participação de Acionistas Não Controladores	13	2	709,6%	13	2	709,6%	-	-	-	9	5	90,6%	13	2	709,6%	9	5	90,6%	
Lucro/Prejuízo dos Acionistas Controladores ⁽¹⁾	157	93	68,6%	138	98	40,6%	19	(5)	-	159	91	74,5%	253	93	171,3%	255	91	179,7%	
Lucro por Ação										0,60	0,35					0,97	0,35		
No. de ações (milhões) ex - Ações em tesouraria										263	257					263	257		

	GPA Alimentar			Atacado Autoserviço			GPA Alimentar			Atacado Autoserviço			GPA Alimentar			GPA Alimentar		
	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ	2T12	2T11	Δ
	% da Receita Líquida de Vendas																	
Lucro Bruto	25,7%	25,2%		27,8%	27,5%		14,6%	12,3%		26,3%	26,5%		26,8%	25,2%		26,9%	26,5%	
Despesas com Vendas	15,8%	15,9%		17,0%	16,8%		9,8%	10,3%		17,1%	17,1%		15,6%	15,9%		16,9%	17,1%	
Despesas Gerais e Administrativas	2,6%	2,6%		3,0%	3,0%		1,0%	0,6%		3,4%	3,8%		2,7%	2,6%		3,5%	3,8%	
Total de despesas Operacionais	18,5%	18,5%		19,9%	19,8%		10,8%	10,9%		20,5%	20,8%		18,3%	18,5%		20,4%	20,8%	
EBITDA	7,2%	6,7%		7,9%	7,7%		3,8%	1,5%		5,8%	5,7%		8,5%	6,7%		6,5%	5,7%	
Depreciação e Amortização	2,4%	1,9%		2,6%	2,1%		1,0%	0,7%		1,6%	1,3%		2,3%	1,9%		1,6%	1,3%	
EBIT	4,9%	4,9%		5,3%	5,6%		2,8%	0,7%		4,2%	4,4%		6,2%	4,9%		5,0%	4,4%	
Resultado Financeiro Líquido	1,8%	2,7%		2,0%	2,8%		1,1%	1,7%		2,4%	3,0%		1,8%	2,7%		2,4%	3,0%	
Resultado com Ativo Permanente e Outros	0,1%	0,7%		0,1%	0,8%		-0,1%	-0,2%		-0,1%	0,6%		0,1%	0,7%		-0,1%	0,6%	
Lucro antes do I.R.	3,1%	1,5%		3,4%	1,9%		1,7%	0,8%		1,9%	0,8%		4,5%	1,5%		2,6%	0,8%	
Imposto de Renda	1,0%	0,0%		1,2%	0,1%		0,1%	0,2%		0,6%	0,1%		1,0%	0,0%		0,6%	0,1%	
Partic. de acionistas não controladores	0,2%	0,0%		0,2%	0,0%		0,0%	0,0%		0,1%	0,0%		0,2%	0,0%		0,1%	0,0%	
Lucro/Prejuízo dos Acionistas Controladores	2,4%	1,5%		2,5%	1,9%		1,8%	-0,6%		1,3%	0,8%		3,8%	1,5%		2,1%	0,8%	

(1) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores

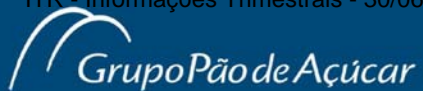


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ - Milhões	GPA Alimentar IFRS			GPA Consolidado IFRS		
	1512	1511	Δ	1512	1511	Δ
Receita Bruta de Vendas	14.709	13.569	8,4%	27.073	24.978	8,4%
Receita Líquida de Vendas	13.278	12.213	8,7%	24.087	22.139	8,8%
Custo das Mercadorias Vendidas	(9.849)	(9.107)	8,1%	(17.688)	(16.303)	8,5%
Lucro Bruto	3.429	3.106	10,4%	6.398	5.836	9,6%
Despesas com Vendas	(2.086)	(1.926)	8,3%	(4.098)	(3.803)	7,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(365)	(339)	7,7%	(845)	(809)	4,4%
Total das Despesas Operacionais	(2.451)	(2.265)	8,2%	(4.942)	(4.612)	7,2%
Lucro Operac. antes de Deprec. e rec(desp) Financeiras - EBITDA	978	841	16,2%	1.456	1.224	19,0%
Depreciação e Amortização	(303)	(241)	25,6%	(375)	(308)	21,7%
Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras - EBIT	675	600	12,5%	1.081	916	18,0%
Receitas financeiras	228	195	17,4%	296	272	8,8%
Despesas financeiras	(492)	(523)	-5,8%	(917)	(934)	-1,8%
Resultado Financeiro Líquido	(264)	(328)	-19,6%	(621)	(662)	-6,2%
Resultado da Equiv. Patrimonial	2	6	(0,68)	2	13	(0,83)
Resultado com Ativo permanente	(24)	1	-	(3)	1	-
Resultado não Recorrente	-	(49)	-	-	(49)	-
Outras Despesas e Receitas Operacionais	23	0	-	15	(27)	-
Lucro Operacional Antes IR	412	231	78,7%	474	192	146,7%
Imposto de Renda	(115)	(3)	-	(156)	(5)	-
Participação de Acionistas Não Controladores	27	12	134,9%	14	26	-47,9%
Lucro/Prejuízo dos Acionistas Controladores ⁽¹⁾	325	239	35,9%	331	223	48,3%
Lucro por ação				0,60	0,35	70,7%
No. de ações (milhões) ex - Ações em tesouraria				263	257	

% de Receita Líquida de Vendas

	GPA Alimentar IFRS			GPA Consolidado IFRS		
	1512	1511	Δ	1512	1511	Δ
Lucro Bruto	25,8%	25,4%		26,6%	26,4%	
Despesas com Vendas	15,7%	15,8%		17,0%	17,2%	
Despesas Gerais e Administrativas	2,7%	2,8%		3,5%	3,7%	
Total de despesas Operacionais	18,5%	18,5%		20,5%	20,8%	
EBITDA	7,4%	6,9%		6,0%	5,5%	
Depreciação e Amortização	2,3%	2,0%		1,6%	1,4%	
EBIT	5,1%	4,9%		4,5%	4,1%	
Resultado Financeiro Líquido	2,0%	2,7%		2,6%	3,0%	
Resultado com Ativo Permanente e Outros	0,0%	-0,4%		0,0%	-0,3%	
Lucro antes do IR	3,1%	1,9%		2,0%	0,9%	
Imposto de Renda	0,9%	0,0%		0,6%	0,0%	
Partic. de acionistas não controladores	0,2%	-0,1%		0,1%	-0,1%	
Lucro/Prejuízo dos Acionistas Controladores	2,4%	2,0%		1,4%	1,0%	



FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

(R\$ milhões)	GPA Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011
Lucro Líquido do Exercício	407	197
Ajuste para Reconciliação do Lucro Líquido	-	-
Imposto de Renda Diferido	53	(41)
Resultado de Ativos Permanentes Baixados	3	(29)
Depreciação e Amortização	392	308
Juros e Variações Monetárias	563	250
Ganhos/perda líquidos por diluição de partic.societária	(24)	-
Ajuste a Valor Presente	(1)	(12)
Equivalência Patrimonial	(2)	(13)
Provisão para Contingências	67	62
Provisão para baixas e perdas do imobilizado	(0)	36
Remuneração Baseada em Ações	19	13
Provisão para devedores duvidosos	195	91
Receita de permuta	(97)	-
	1.575	863
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a Receber	299	(863)
Estoques	545	(2)
Impostos a Recuperar	(215)	(444)
Instrumento financeiro - Rede Duque	(51)	-
Outros Ativos	(82)	293
Aplicações Financeiras	-	659
Partes Relacionadas	(59)	(203)
Depósitos Judiciais	(96)	(87)
	340	(648)
(Aumento) Redução de Passivos		
Fornecedores	(1.653)	(831)
Salários e Encargos Sociais	78	56
Impostos e Contribuições	(200)	382
Demais contas a pagar	(79)	(132)
	(1.854)	(526)
Caixa Líquido Gerado utilizado nas Atividades Operacionais	61	(310)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

(R\$ milhões)	GPA Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011
Caixa líquido de aquisições	0	-
Aquisição de empresas	3	-
Aumento de Capital em Controladas	0	-
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(557)	(532)
Aumento no Ativo Intangível	(30)	(82)
Venda de Bens do Imobilizado	37	29
Caixa Líquido Gerado utilizado nas Atividades de Investimento	(547)	(584)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento (redução) de Capital	13	12
Aumento da Participação Minoritária	-	-
Financiamentos	-	-
Captação e Refinanciamentos	4.570	4.010
Pagamentos	(3.326)	(2.394)
Juros Pagos	(136)	(451)
Pagamentos de Dividendos	(131)	(137)
Caixa Líquido Gerado utilizado nas Atividades de Financiamento	990	1.040
Disponibilidades no Início do Exercício	4.970	3.818
Disponibilidades no Fim do Exercício	5.473	3.963
Variação no Caixa e Equivalentes	503	145



(R\$ milhões)	SEGMENTAÇÃO DE VENDAS BRUTAS POR BANDEIRA (excl. empreendimentos imobiliários)									
	2T12	%	2T11	%	Δ	1S12	%	1S11	%	Δ
Pão de Açúcar	1.374	10,2%	1.286	10,2%	6,8%	2.722	10,1%	2.498	10,0%	9,0%
Extra Hiper ⁽¹⁾	3.368	25,1%	3.068	24,3%	9,8%	6.779	25,0%	6.026	24,1%	12,5%
Extra Supermercado	1.084	8,1%	1.177	9,3%	-7,9%	2.228	8,2%	2.409	9,6%	-7,5%
Assaí	1.142	8,5%	1.028	8,2%	11,1%	2.273	8,4%	1.939	7,8%	17,3%
Negócios Especializados ⁽²⁾	371	2,8%	369	2,9%	0,5%	708	2,6%	697	2,8%	1,6%
GPA Alimentar	7.339	54,7%	6.928	55,0%	5,9%	14.709	54,3%	13.569	54,3%	8,4%
Viavarejo ⁽³⁾	6.075	45,3%	5.676	45,0%	7,0%	12.364	45,7%	11.409	45,7%	8,4%
GPA Consolidado	13.414	100,0%	12.605	100,0%	6,4%	27.074	100,0%	24.978	100,0%	8,4%

(R\$ milhões)	SEGMENTAÇÃO DE VENDAS LÍQUIDAS POR BANDEIRA (excl. empreendimentos imobiliários)									
	2T12	%	2T11	%	Δ	1S12	%	1S11	%	Δ
Pão de Açúcar	1.232	10,3%	1.152	10,2%	6,9%	2.445	10,2%	2.243	10,1%	9,0%
Extra Hiper ⁽¹⁾	2.992	25,1%	2.716	24,1%	10,2%	6.023	25,0%	5.339	24,1%	12,8%
Extra Supermercado	988	8,3%	1.064	9,4%	-7,2%	2.031	8,4%	2.183	9,9%	-7,0%
Assaí	1.043	8,7%	933	8,3%	11,7%	2.078	8,6%	1.760	7,9%	18,1%
Negócios Especializados ⁽²⁾	366	3,1%	363	3,2%	0,9%	701	2,9%	688	3,1%	2,0%
GPA Alimentar	6.621	55,5%	6.229	55,3%	6,3%	13.278	55,1%	12.213	55,2%	8,7%
Viavarejo ⁽³⁾	5.318	44,5%	5.041	44,7%	5,5%	10.809	44,9%	9.925	44,8%	8,9%
GPA Consolidado	11.938	100,0%	11.270	100,0%	5,9%	24.087	100,0%	22.138	100,0%	8,8%

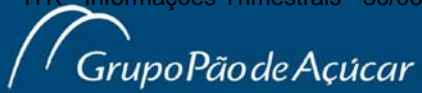
(1) Inclui as vendas do Minimercado Extra.

(2) Inclui as vendas dos Postos de Combustíveis e Drogarias.

(3) Inclui as vendas das lojas físicas Ponto Frio e Casas Bahia e da Nova Pontocom.

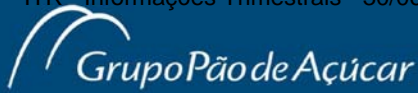
COMPOSIÇÃO DE VENDAS (% sobre Vendas Líquidas excl. empreendimentos imobiliários)

	GPA Alimentar				GPA Consolidado			
	2T12	2T11	1S12	1S11	2T12	2T11	1S12	1S11
À Vista	52,8%	51,9%	53,0%	52,6%	40,0%	40,3%	37,7%	41,1%
Cartão de Crédito	39,8%	40,4%	39,5%	39,7%	49,2%	48,3%	45,9%	47,6%
Ticket Alimentação	7,3%	7,4%	7,3%	7,5%	4,0%	4,1%	3,7%	4,5%
À Prazo	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	6,9%	7,3%	6,4%	6,8%
Cheque Pré-Datado	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Crediário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,8%	7,1%	6,3%	6,7%



MOVIMENTAÇÃO DE LOJAS POR BANDEIRA

	31/3/2012	Abertas	Fechadas	30/6/2012
Pão de Açúcar	158	1		159
Extra Hiper	133	1		134
Extra Supermercado	204			204
Minimercado Extra	71	1	-3	69
Assaí	60		-1	59
Ponto Frio	400	3		403
Casas Bahia	544	3		547
Negócios Especializados	232	5	-1	236
Postos de combustíveis	78			78
Drogarias	154	5	-1	158
GPA Consolidado	1.802	14	-5	1.811
Área de Vendas (mil m²)	2.830			2.837
Nº de Funcionários (mil)	149			149



Teleconferência e Webcast sobre os Resultados do 2T12

Terça-feira, 24 de julho de 2012
11h (horário de Brasília) | 10h (NY) | 15h (Londres)

Conferência em Português (idioma original)

+55 (11) 3127-4971

Conferência em inglês (tradução simultânea)

+1 (516) 300-1066

Webcast: <http://www.gpari.com.br>

Replay

+55 (11) 3127-4999

Código para áudio em português: 80024592

Código para áudio em inglês: 29581300

<http://www.gpari.com.br>

CONTATOS

<p>Relações com Investidores – GPA e Viavarejo Fone: (11) 3886-0421 Fax: (11) 3884-2677 gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br Website: www.gpari.com.br www.globex.com.br/ri</p>	<p>Relações com Imprensa - GPA Fone: (11) 3886-3666 imprensa@grupopaodeacucar.com.br Relações com Imprensa - Viavarejo Fone: (11) 4225-9228 imprensa@viavarejo.com.br</p>
<p>Casa do Cliente - Atendimento aos clientes Pão de Açúcar: 0800-7732732 / Extra: 0800-115060 Ponto Frio: (11) 4002-3388 / Casas Bahia: (11) 3003-8889</p>	<p>Social Media News Room http://imprensa.grupopaodeacucar.com.br/category/gpa/ Twitter - Imprensa @imprensagpa</p>

"As informações contábeis contidas nas informações trimestrais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e referem-se ao primeiro trimestre de 2012 (2T12), exceto quando indicado de outra forma, com comparações feitas em relação ao mesmo período do ano anterior."

"Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi revisada pelos auditores independentes."

"Para o cálculo do "EBITDA" utilizamos lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, conforme tabela na página 6.

A base para o cálculo da receita bruta de vendas "mesmas lojas" é definido pelas vendas realizadas em lojas abertas ao menos por 12 meses consecutivos e que não ficaram fechadas por 7 ou mais dias consecutivos nesse período. Aquisições não são incluídas na base mesmas lojas nos 12 primeiros meses de operação.

O Grupo Pão de Açúcar adota como indicador de inflação o IPCA-Índice Geral, que também é utilizado pela ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), por melhor refletir o mix de produtos e marcas comercializadas pela Companhia. O IPCA acumulado nos 12 meses findos em junho de 2012 foi de 4,92%.

Sobre o Grupo Pão de Açúcar e Viavarejo: O Grupo Pão de Açúcar é a maior companhia varejista no Brasil, com distribuição por meio de aproximadamente 1.810 pontos-de-venda e canais eletrônicos. A estrutura multiformato do Grupo é formada pelas operações do GPA Alimentar e da Viavarejo. As operações do **GPA Alimentar** são compostas por supermercados (Pão de Açúcar e Extra Supermercado), hipermercados (Extra), lojas de proximidade (Minimercado Extra), atacado de autosserviço (Assai), postos e drogarias. No GPA Alimentar, os negócios são divididos em Alimentos e Não-Alimentos (eletroeletrônicos, têxtil, bazar, drogaria e postos de combustível). Já as operações da **Viavarejo** são formadas por lojas físicas de eletroeletrônicos e móveis (Ponto Frio e Casas Bahia) e por comércio eletrônico (Nova Pontocom: Extra.com.br, PontoFrio.com.br, Casasbahia.com.br). Fundado em 1948, em São Paulo, o Grupo está presente em 20 dos 27 Estados brasileiros, que juntos representam 94,1% do PIB.

Aviso/Disclaimer As declarações contidas neste comunicado relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, projeções de resultados operacionais/financeiros, potencial de crescimento da Empresa e relativas às estimativas de mercado e macro-econômicas constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas crenças, intenções e expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas são altamente dependentes de mudanças do mercado, do desempenho econômico geral do Brasil, da indústria e dos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais - ITR

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

30 de junho de 2012
com Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as
Informações Financeiras Contábeis Intermediárias

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “GPA”), diretamente ou através de suas subsidiárias (“Grupo”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as marcas “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”, “Mini-mercado Extra”, “Assai”, “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de e-commerce “Casas Bahia.Com”, “Extra.com” e “Ponto Frio.Com”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2012, 149 mil funcionários, 1.811 lojas em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma infra-estrutura de logística que compreende 52 depósitos localizados em 14 estados. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”), estando suas ações listadas, também, na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III).

A Companhia é controlada pela Wilkes Participações S.A. (Wilkes)

Arbitragem Casino

Em 30 de maio de 2011, o Casino requereu a instauração de procedimento arbitral de acordo com as normas da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, contra Abilio dos Santos Diniz, Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D’Avila, Adriana Falleiros dos Santos Diniz, João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e Península Participações Ltda. (“Península”).

Em 1º de julho de 2011, o Grupo Casino requereu a instalação de outro procedimento arbitral de acordo com as normas da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, tendo como requeridos as partes acima mencionadas e a Companhia.

Em 5 de outubro de 2011, Abilio dos Santos Diniz, Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D’Avila, Adriana Falleiros dos Santos Diniz, João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e Península apresentaram sua resposta a ambos os procedimentos arbitrais e formularam pedidos contrapostos (“*Counter Claims*”).

As arbitragens foram unificadas em um único procedimento e um tribunal arbitral com três membros foi constituído para decidir a disputa. Tal procedimento arbitral teve sua primeira audiência, em São Paulo, no dia 9 de maio de 2012. A arbitragem, incluindo o *Counter Claims*, está sujeita à obrigação de confidencialidade e tem por objetivo assegurar o cumprimento do Acordo de Acionistas da Companhia, do Acordo de Acionistas de Wilkes e da lei. Em 21 de junho de 2012, a Companhia apresentou objeção de jurisdição, alegando que não há razão para ela participar dessa arbitragem, pois não é parte do Acordo de Acionistas de Wilkes.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas -- Continuação

Eventos societários Wilkes

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 22 de junho de 2012, foram eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração, indicados pelo acionista Casino: Sr. Eleazar de Carvalho Filho, Sr. Luiz Augusto de Castro Neves e Sr. Roberto Oliveira de Lima, tendo o Sr. Abilio dos Santos Diniz permanecido como Presidente do Conselho de Administração. A nova composição do Conselho de Administração da Companhia, após as alterações aprovadas nesta AGE, passa a ser: Abilio dos Santos Diniz (Presidente), Antoine Marie Remi Lazars Giscard D'Estaing, Arnaud Strasser, Candido Botelho Bracher, Eleazar de Carvalho Filho, Fábio Schvartsman, Geyze Marchesi Diniz, Guilherme Affonso Ferreira, Jean Louis Bourcier, Jean-Charles Henri Naouri, Luiz Augusto de Castro Neves, Pedro Henrique Chermont de Miranda, Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Roberto Oliveira de Lima e Ulisses Kameyama. Deixaram de fazer parte do Conselho de Administração da Companhia a Sra. Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila e o Sr. João Paulo Falleiros dos Santos Diniz.

Nesta mesma data, foi realizada também uma Assembleia Geral Extraordinária de Wilkes, empresa controladora da Companhia, na qual se deliberou a alteração na presidência do Conselho de Administração da Wilkes. O Sr. Jean-Charles Henri Naouri, presidente do Casino, passou a ser o Presidente do referido Conselho, cargo anteriormente ocupado pelo Sr. Abilio dos Santos Diniz.

Em 02 de julho de 2012, foi realizada mais uma Assembleia Geral Extraordinária da Wilkes, tendo sido definida a composição do seu Conselho de Administração da seguinte forma: Jean Charles Henri Naouri (Presidente), Abilio dos Santos Diniz, Marcelo Fernandez Trindade e Arnaud Strasser. Após estes eventos o Cassino se tornou único controlador da Companhia.

Solicitação arbitragem Morzan

Nos termos do Fato Relevante publicado em 15 de junho de 2012, a Companhia informa que recebeu correspondência da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), por meio da qual foi notificada acerca do pedido de instauração de procedimento arbitral ("Procedimento") apresentado por Morzan Empreendimentos e Participações Ltda. ("Morzan"), antigo controlador da Globex Utilidades S.A. (rede Ponto Frio).

O Procedimento está relacionado com questões que decorrem do Contrato de Compra de Ações celebrado pela subsidiária Mandala Empreendimentos e Participações S.A. em 8 de junho de 2009 (o "Contrato"), para aquisição de 86.962.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, então representativas de 70,2421% do capital social total e votante de Globex Utilidades S.A., antiga denominação social da Via Varejo S.A., ("Via Varejo"), objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 8 de junho de 2009. Os termos da arbitragem estão submetidos a obrigações de confidencialidade.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia exerceu seu direito de indicar um árbitro para compor o tribunal arbitral responsável pela condução do Procedimento.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas -- Continuação

Solicitação arbitragem Morzan -- continuação

A Companhia entende que o pedido apresentado por meio do Requerimento é improcedente, tendo sido o Contrato cumprido integralmente, o que será demonstrado ao longo do Procedimento.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relativos ao Procedimento.

Reestruturação Via Varejo

Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano formal para o fechamento de 88 lojas da bandeira Ponto Frio, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração de Defesa Econômica ("CADE") conforme requerido pelo Acordo de Prevenção da Reversibilidade da Operação ("APRO"). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia comunicou os envolvidos (funcionários, proprietários das lojas, fornecedores, entre outros) e realizou provisão para fechamento de lojas no montante de R\$34.700, sendo R\$20.700 referente ao valor líquido dos ativos fixos e R\$14.000 referente a outras despesas relacionadas ao fechamento.

Das 88 lojas previstas, 58 foram fechadas tendo a Companhia decidido pela manutenção de 8 lojas. Em 30 de junho de 2012 a Companhia mantinha a provisão para o fechamento no montante de R\$12.296, relacionada às 22 lojas previstas para serem fechadas, além de despesas adicionais que possam a ser incorridas das lojas já encerradas.

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são elaboradas e apresentadas de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, respectivamente, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As informações contábeis do período encerrado em 30 de junho de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de julho de 2012.

Para melhor apresentação e comparabilidade alguns saldos de 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Sociedades	Participação nos investimentos - %		31.12.2011	
	30.06.2012	Part. Indiretas	Companhia	Part. Indiretas
Subsidiárias:				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	10,00	-	10,00	-
Sé Supermercado Ltda. ("Sé")	93,10	0,69	93,10	0,69
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	18,33	76,04	18,33	76,04
Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC")	9,64	1,13	9,04	1,06
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	-	93,79	-	93,79
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	94,36	-	94,36
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	-	93,10	-	93,10
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	89,42	9,85	89,42	9,85
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,90	0,10	99,90	0,10
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,90	0,10	99,90	0,10
ECQD Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API SPE Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Posto Ciara Ltda.	-	100,00	-	-
Auto Posto Império Ltda.	-	100,00	-	-
Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda.	-	100,00	-	-
Auto Posto Duque Santo André	-	100,00	-	-
Auto Posto Duque Lapa Ltda.	-	100,00	-	-
Duque Conveniências Ltda.	-	100,00	-	-
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	52,41	-	52,41
Via Varejo	52,41	-	52,41	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	52,41	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	52,41	-	52,41

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação -- Continuação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures" -- Continuação

Sociedades	30.06.2012		31.12.2011	
	Companhia	Part. Indiretas	Companhia	Part. Indiretas
Ponto Frio Adm e Importação de Bens Ltda.	-	52,40	-	52,40
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	52,41	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	52,41	-	52,15
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	52,36	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	39,05	31,11	39,05	31,11
E-HubConsult. Particip. e Com. S.A. ("E-Hub")	-	70,16	-	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	70,16	-	70,16
Saper Participações Ltda.	-	-	24,21	-
Sabara S.A.	-	52,41	-	52,41
Casa Bahia Contact Center Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC")	-	7,80	-	7,86
Associadas e Joint Ventures:				
Ponto Frio Leasing S.A.	-	26,21	-	26,21
Financeira Itaú CBD – FIC	-	40,76	-	40,76
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	13,10	-	13,10
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	2,00	-	2,00	-
Banco Investcred Unibanco S.A	-	26,21	-	26,21
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	40,76	-	40,76

Todas as participações foram calculadas considerando o percentual detido pela GPA ou suas subsidiárias. Não necessariamente a consolidação reflete tais percentuais, dado que algumas empresas possuem acordo de acionistas que confere o controle à Companhia e, portanto, são consolidadas integralmente.

b) Subsidiárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a controladora exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido.

As informações contábeis das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação -- Continuação

b) Subsidiárias-- Continuação

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

i. *Novasoc*

Embora a participação da Companhia na Novasoc represente 10% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas informações contábeis consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. Adicionalmente, de acordo com o Contrato Social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.

ii. *PAFIDC e Globex FIDC*

A Companhia consolida as informações contábeis do PAFIDC e Globex FIDC, que representam fundos de investimento constituídos com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo fato dos riscos de inadimplência, despesas de custódia e administração relacionadas ao fundo estar vinculada a quotas subordinadas detidas pela Companhia e pelas subsidiárias.

iii. *Via Varejo*

A Companhia detém 52,41% de participação no capital social de Via Varejo, conferindo-lhe o controle desta subsidiária, consolidando integralmente suas informações contábeis. A Via Varejo concentra as atividades de comércio de eletro-eletrônicos, operando sob as marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia". A Companhia atua também através de sua controlada Nova Pontocom, no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br e www.casasbahia.com.br.

iv. *Sendas*

A Companhia detém direta ou indiretamente 94,37% do capital social de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no estado do Rio de Janeiro. Para informações detalhadas sobre a aquisição de participação não controladora, vide nota explicativa 14 (a ii).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

b) Subsidiárias--Continuação

v. *GPA M&P*

Em 2011, a Companhia iniciou os trabalhos para organizar a GPA M&P uma subsidiária com o objetivo de gerir e explorar seu patrimônio imobiliário.

As receitas são reconhecidas: (i) no momento de permuta dos terrenos de propriedade de GPA M&P pelo valor justo da contraprestação recebida na data da permuta; (ii) pela entrega das unidades vendidas por GPA M&P. O custo das unidades vendidas compreende o custo da permuta inicialmente realizada.

c) Associadas – Pontro Frio Leasing S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de BINV realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovada a incorporação integral da Companhia com base no balanço patrimonial de 30 de novembro de 2011. Em 13 de abril de 2012 o Banco Central do Brasil aprovou tal operação. No presente momento, os atos societários estão em fase de registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo.

d) BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”) e Banco Investcred Unibanco S.A. (“BINV”), ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A (“Itaú Unibanco”) com o GPA e a Via Varejo. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle.

O poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Itaú Unibanco.

A demonstração do resultado do período reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados proporcionalmente à participação nas associadas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

d) BINV e FIC--Continuação

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do período como resultado de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de acionistas não controladores nas subsidiárias das associadas. As informações contábeis das associadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e, quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do período.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre as associadas, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil das associadas, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

e) Participação em *joint venture* - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture*, denominada Bartira, na qual a participação do GPA, por meio de sua subsidiária NCB, é de 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda. ("Casa Bahia"), possui participação de 75% os quais formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint venture* com itens semelhantes – linha a linha – em suas informações contábeis consolidadas. As informações contábeis da *joint venture* são preparadas para o mesmo período e sob os mesmos critérios contábeis adotados pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação—Continuação

e) Participação em joint venture - Bartira—Continuação

Demonstramos abaixo as principais linhas das informações contábeis condensadas da Bartira:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<u>Ativo circulante</u>	122.282	130.564
Ativo não circulante	61.494	60.258
Total do ativo	183.776	190.822
<u>Passivo circulante</u>	71.692	87.216
Passivo não circulante	830	1.177
Patrimônio líquido	111.254	102.429
Total do passivo e patrimônio líquido	183.776	190.822
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
<u>Resultado</u>		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	230.390	232.224
Lucro antes do imposto de renda	11.466	5.494
Lucro líquido do perí	8.825	3.481

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação e registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada categoria de ativo ou passivo financeiro.

A nota explicativa 19 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias e incluídos no escopo da CPC 38 (IAS 39), são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* e investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis-- Continuação

a) Instrumentos financeiros-- Continuação

(i) *Ativos financeiros* -- Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração -- Continuação

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do período. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros pelo valor justo no resultado se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e
- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas subsidiárias.

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita de juros é registrada nas informações contábeis como parte das receitas financeiras.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado consolidado do período. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento--Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do período. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do período.

Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do período. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de *marketing*, reembolsos de custo de frete, dentre outras modalidades.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como, empréstimos, financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas informações contábeis, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

b) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do período.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os períodos dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Contabilização de hedge--Continuação

Os *hedges* que satisfaçam aos critérios de contabilização de *hedge* são registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do período;
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado do período; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e Dixlene, índices divulgados pela BM&FBovespa e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

c) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 03 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas demonstrações financeiras.

d) Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis—Continuação

e) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

f) Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e engloba acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*.

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica “resultado financeiro”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (“*impairment test*”) tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis—Continuação

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros—Continuação

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização afim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do período em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

i) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do período conforme incorridos.

<u>Categoria do ativos</u>	<u>Taxa média de depreciação anual em %</u>
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,20%
Equipamentos de processamento de dados	10,00 a 50,00%
Instalações	4,20 a 10,00%
Móveis e utensílios	8,30 a 33,30%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	2,80 a 50,00%
Decoração	20,00%

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis—Continuação

i) Imobilizado -- Continuação

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do período.

j) Custos de captação de empréstimos

Conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas do período em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia e suas subsidiárias incorrem em função da captação de recursos.

k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do período quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de usos das lojas), lista de clientes, em caso de combinação de negócios, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. Os ativos intangíveis de vida útil definida representado pelo contrato vantajoso de aluguel e contrato de fornecimento vantajoso de móveis são amortizados de acordo com os benefícios econômicos trazidos pelos contratos e submetidos a testes de recuperação quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida, que é 10 anos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

k) Ativos intangíveis – Continuação

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa do ativo.

l) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquido por entidade.

m) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do período.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Arrendamento mercantil--Continuação

A Companhia como arrendatária - Continuação

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os alugueis contingentes são reconhecidos como despesas nos períodos em que são auferidos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de alugueis.

Os alugueis contingentes são reconhecidos como receitas nos períodos em que são auferidos.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do período, líquida do eventual reembolso.

o) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Receita antecipada

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia e suas subsidiárias pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

q) Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do Patrimônio Líquido, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no Patrimônio Líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

r) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Pagamento baseado em ações --Continuação

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do período, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada período representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do período. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio, reconhecidas imediatamente ao resultado do período. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide nota explicativa 25).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o período, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- *numerador*: lucro do período; e
- *denominador*: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

t) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

t) Apuração do lucro líquido--Continuação

(i) *Receita* --Continuação

b) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do período.

(ii) *Custo das mercadorias vendidas*

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas de vendas*

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, etc.

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do período, adotada pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

t) Apuração do lucro líquido--Continuação

(vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e outros descontos obtidos.

u) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

u) Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas..

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

u) Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar que são demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.
- Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

v) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas segundo o CPC 38 (IAS 39) por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes. Caso o pagamento contingente seja classificado como patrimônio, não será reajustado até que seja finalmente liquidado dentro do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

v) Combinações de negócios e ágio--Continuação

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

w) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano.

x) Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços.

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando os prazos de vencimentos do plano definidos no regulamento.

y) Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis individuais e consolidadas intermediárias, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

z) Demonstração do valor adicionado -- Continuação

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, às outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

5. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui o SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 – Joint Ventures - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com a norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes - continuação

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – Apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”, cuja alteração passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012;
- IAS 19 – Benefícios aos empregados – Engloba desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação, cuja alteração passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais – Como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013; e
- IAS 28 – Investimentos em coligadas – Como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser IAS28 – Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimento em *joint ventures*, além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;

A Companhia aprofundará seus estudos na adoção desses pronunciamentos e interpretações, em suas informações contábeis individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do período. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis individuais e consolidadas:

a) *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – A Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

b) *Redução ao valor recuperável - "Impairment"*

Conforme método divulgado na nota explicativa 4 (h) a Companhia avaliou se havia indícios de ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não foi identificado indícios ou fatos que justificassem uma nova avaliação.

c) *Impostos sobre a renda*

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

c) *Impostos sobre a renda* -- Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia e de suas subsidiárias resultam um benefício fiscal de R\$869.684 em 30 de junho de 2012 (R\$764.524 em 31 de dezembro de 2011). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a Companhia e suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A nota explicativa 21 fornece outros detalhes sobre impostos.

d) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas informações contábeis é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo CPC 38 (IAS 39), a quem determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

e) Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 25.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa (a)	Controladora		Consolidado	
		30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Caixa e contas bancárias		88.533	144.507	346.981	522.293
<u>Aplicações financeiras:</u>					
Itaú BBA	97,4% do CDI e Selic	357.166	549.678	921.373	879.271
Itaú – Fundo Delta	101,2%	776.450	1.069.170	1.722.313	1.738.612
Banco do Brasil	101,6%	908.164	400.167	1.492.081	631.620
Bradesco	101,7%	405.243	118.051	623.585	852.181
Santander	102,5%	59.520	3.080	60.534	110.996
CEF	98,7%	2.940	2.812	3.961	2.812
Votorantim	100,8%	2.154	2.640	5.949	7.433
Safra	101,3%	82.122	1.826	271.071	156.305
Outros	(b)	6.134	36.852	25.535	68.432
		2.688.426	2.328.783	5.473.383	4.969.955

(a) As aplicações financeiras em 30 de junho de 2012 eram remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

(b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas ao final de cada período.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Administradoras de cartões de crédito (a)	101.294	144.227	342.952	429.697
Administradoras de cartões de débito (b)	-	-	25.088	29.314
Tickets de vendas e outros	62.969	92.810	93.985	136.454
Financiamento ao consumidor (c)	-	-	1.960.980	1.959.768
Financiamento ao consumidor – Bradesco	-	-	784	25.606
Vendas a crédito - cheques pré-datados	789	984	3.533	4.010
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-	23.627	49.106
Contas a receber – FIDCs (d)	-	-	2.380.895	2.558.726
Ajuste a valor presente (e)	-	-	(6.843)	(10.823)
Cartão de crédito próprio - parcelamento sem juros	20.688	19.214	20.693	19.214
Provisão crédito de liquidação duvidosa (f)	(136)	-	(204.905)	(210.970)
Contas a receber de fornecedores (h)	290.105	336.545	382.222	447.398
Contas a receber de partes relacionadas	141.875	197.758	-	-
Circulante	617.584	791.538	5.023.011	5.437.500
Contas a receber – Paes Mendonça (g)	-	-	461.590	445.056
Financiamento ao consumidor	-	-	101.557	117.783
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	-	-	(7.085)	(6.998)
Não circulante	-	-	556.062	555.841
	617.584	791.538	5.579.073	5.993.341

a) Administradoras de cartão de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis das empresas de cartões de crédito. Nas subsidiárias Via Varejo, NCB e Nova Pontocom, os recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de eletrodomésticos vencem em parcelas de até 24 meses, sendo que tais recebíveis de cartões de crédito são descontados com bancos ou administradoras de cartões de crédito para obter capital de giro.

b) Administradora de cartões de débito

As vendas por cartão de débito são recebíveis de cartões de débito referentes à venda de eletrodomésticos e móveis nas lojas da Via Varejo e sua subsidiária NCB, cujos recursos são disponibilizados no dia posterior (D+1) após a realização da venda por cartão de débito.

c) Financiamento ao consumidor

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, principalmente na subsidiária NCB.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber -- Continuação

c) Financiamento ao consumidor -- Continuação

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (Vide nota explicativa 18).

d) Contas a receber - FIDCs

A Companhia e suas subsidiárias realizam operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com PAFIDC e Globex FIDC. O volume de operações acumulado em 30 de junho de 2012 foi de R\$5.017.267 (R\$4.744.820 em 30 de junho de 2011) para o PAFIDC e R\$1.175.148 (R\$1.715.242 em 30 de junho de 2011) para o Globex FIDC, nos quais foram retidas a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos consolidados na securitização desses títulos em 30 de junho de 2012 foram de R\$45.752 (R\$69.346 em 30 de junho de 2011) para o PAFIDC e R\$59.339 (R\$64.431 em 30 de junho de 2011) para a Globex FIDC, reconhecidos como despesas financeiras no resultado do período.

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis no PAFIDC e Globex FIDC em 30 de junho de 2012 era de R\$2.380.895 (R\$2.558.726 em 31 de dezembro de 2011), líquidos de provisão para perdas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber -- Continuação

e) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 essas taxas ficaram em média de 0,81% a.m. (0,97% a.m. em 31 de dezembro de 2011).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidações duvidosas baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
No início do período	-	-	(217.968)	(180.964)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(136)	-	(144.125)	(268.902)
Recuperações e baixas de provisões	-	-	150.103	231.898
<u>No final do período</u>	<u>(136)</u>	<u>-</u>	<u>(211.990)</u>	<u>(217.968)</u>
Circulante	(136)	-	(204.905)	(210.970)
Não circulante	-	-	(7.085)	(6.998)

	Total	A vencer	Títulos vencidos			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
30.06.2012	5.579.073	5.408.886	85.119	30.492	20.944	33.632
31.12.2011	5.993.341	5.818.401	109.509	31.935	20.776	12.720

g) Contas a receber – Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são corrigidas monetariamente (IGPM) e garantidas por direitos de locação comercial “Fundo de Comercio” de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, pela Novasoc e pela Sendas. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento, os quais vencem em 2014.

h) Contas a receber de fornecedores

As contas a receber de fornecedores incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contrato ou acordos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Outras Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Contas a receber referente venda de ativo imobilizado	-	-	59.535	50.423
Publicidade cooperada com fornecedores	-	-	21.324	50.617
Adiantamento a fornecedores	6.030	6.613	8.903	13.718
Valores a ressarcir	5.040	5.035	40.346	35.725
Sinistros a receber	1.414	248	43.219	49.927
Contas a receber serviços prestados	-	3.491	-	4.430
Aluguéis a receber	8.608	10.432	12.438	14.896
Outras contas a receber – PAFIDC	-	-	31.920	47.288
Empréstimos a funcionários	-	-	29.465	8.208
Supermercado Boa Esperança	-	8.393	-	8.393
Sendas S.A.	24.977	19.144	24.977	19.144
Contas a receber na venda de imóveis	8.522	8.391	8.522	8.262
Outros	15.750	2.598	45.911	25.017
	70.341	64.345	326.560	336.048
Circulante	22.951	33.545	246.312	270.622
Não Circulante	47.390	30.800	80.248	65.426

10. Fundos de securitização de recebíveisa) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar

O PAFIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Companhia e suas subsidiárias resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes, exceto recebíveis de crediário e cheques pré-datados. O fundo tem prazo de duração definida, encerrando-se em 29 de janeiro de 2016.

A estrutura de capital do fundo em 30 de junho de 2012 é composta por 10.295 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.193.791 (R\$1.235.901, em 31 de dezembro de 2011), representando 89,33% do patrimônio do fundo (89,90% em 31 de dezembro de 2011) e 2.864 quotas subordinadas (idem em 31 de dezembro de 2011) detidas pela Companhia e subsidiárias no valor de R\$142.587, representando 10,67% do patrimônio do fundo (10,10% em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis -- Continuação

a) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar -- Continuação

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$127.651 em 30 de junho de 2012 (R\$124.276 em 31 de dezembro de 2011). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

A taxa de juros das quotas seniores está demonstrada a seguir:

Quotistas	Quantidade	30.06.2012		31.12.2011	
		Taxa CDI	Saldo a resgatar	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Seniores A	5.826	108,0%	692.794	108,0%	758.660
Seniores B	4.300	108,0%	217.949	108,0%	207.614
Seniores C	169	108,0%	283.048	108,0%	269.627
			<u>1.193.791</u>		<u>1.235.901</u>

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do prazo do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o PAFIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

b) Fundo de Securitização de Recebíveis– Globex FIDC

O Globex FIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Via Varejo e de suas subsidiárias, NCB e Nova Pontocom, (principalmente de cartão de crédito), resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes. O fundo foi constituído em 11 de novembro de 2010 e tem prazo de duração definida, encerrando-se em 11 de novembro de 2013.

A estrutura de capital do fundo em 30 de junho de 2012 é composta de 11.666 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.243.346 (R\$1.184.522 em 31 de dezembro de 2011), representando 85,11% do patrimônio do fundo (85,00% em 31 de dezembro de 2011), e 1.910 quotas subordinadas (1.910 quotas em 31 de dezembro de 2011), detidas pela Companhia e suas subsidiárias, no valor de R\$217.520 (R\$209.068 em 31 de dezembro de 2011), representando 14,89% do patrimônio do fundo (15% em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis -- Continuação

b) Fundo de Securitização de Recebíveis – Globex FIDC -- Continuação

As quotas subordinadas foram atribuídas à Via Varejo, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$217.520 em 30 de junho de 2012 (R\$209.068 em 31 de dezembro de 2011). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

As taxas de juros das quotas seniores estão demonstradas abaixo:

Quotista	Quantidade	30.06.2012		31.12.2011	
		Taxa do CDI	Saldo a resgatar	Taxa do CDI	Saldo a resgatar
Sênior - 1ª série	11.666	107,75%	1.243.346	107,75%	1.184.522

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A controlada Via Varejo resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da controlada Via Varejo em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a controlada Via Varejo e o Globex FIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Lojas	1.032.317	1.172.026	3.035.964	3.489.429
Centrais de distribuição	782.335	796.600	2.067.137	2.292.939
Estoque em construção (d)	-	-	110.810	14.000
Bonificações em estoques (a)	(42.188)	(46.908)	(102.752)	(130.303)
Provisão para obsolescência/quebras (b)	(4.045)	(6.780)	(48.894)	(75.757)
Ajuste a valor presente (c)	-	-	(12.206)	(23.539)
	1.768.419	1.914.938	5.050.059	5.566.769
Circulante	1.768.419	1.914.938	4.939.249	5.552.769
Não Circulante	-	-	110.810	14.000

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

11. Estoques -- Continuação

a) Bonificação em estoque

A Companhia apropria ao resultado do período as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

b) Provisão para obsolescência/quebras

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
No início do período	(6.780)	(8.921)	(75.757)	(95.846)
Adições	(546)	(3.878)	(7.538)	(57.816)
Baixas	3.281	6.019	34.401	77.905
No final do período	(4.045)	(6.780)	(48.894)	(75.757)

c) Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária indireta NCB. Para a Companhia e demais subsidiária, a Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

d) Estoques em construção

O valor dos estoques de unidades imobiliárias em construção se refere ao custo da permuta de terreno por unidades imobiliárias (Nota 26).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Imposto sobre vendas</u>	35.687	176.986	498.394	434.530
ICMS a recuperar (a)	14.363	169.829	419.017	262.242
PIS/COFINS a recuperar	21.324	7.157	79.377	172.288
<u>Imposto de renda</u>	19.977	110.532	98.439	250.690
Aplicação financeira	11.771	63.479	52.595	96.210
Outros	8.206	47.053	45.844	154.480
<u>Outros</u>	149.527	126.203	293.047	222.482
ICMS a recuperar sobre imobilizado	8.143	10.594	37.053	52.733
ICMS substituição tributária (a)	93.218	93.741	93.622	94.291
INSS	-	-	81.248	43.497
Outros	48.574	22.469	81.937	33.201
Ajuste a valor presente	(408)	(601)	(813)	(1.240)
Circulante	205.191	413.721	889.880	907.702
<u>Imposto sobre vendas</u>	181.523	-	912.215	687.925
ICMS a recuperar (a)	181.523	-	800.553	677.095
PIS/COFINS a recuperar	-	-	111.662	10.830
<u>Outros</u>	19.073	24.526	53.735	42.073
ICMS a recuperar sobre imobilizado	24.430	31.781	62.320	55.306
Ajuste a valor presente	(5.357)	(7.255)	(8.584)	(13.233)
Não circulante	200.596	24.526	965.950	729.998
	405.787	438.247	1.855.830	1.637.700

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar -- continuação

(a) A realização do ICMS total desse valor nos próximos cinco anos ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em 30.06.2012</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano	107.581	512.639
2013	127.023	415.708
2014	37.400	229.265
2015	17.100	115.083
2016	-	40.497
	289.104	1.313.192

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa futura de compensação de débitos oriundos das operações, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi preparado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

13. Partes relacionadas

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<u>Clientes</u>				
Novasoc Comercial	29.093	42.232	-	-
Sé Supermercados	73.695	91.146	-	-
Sendas Distribuidora	33.957	57.312	-	-
Barcelona	2.592	5.137	-	-
Xantocarpa	-	1	-	-
Via Varejo	1.777	1.176	-	-
Nova PontoCom (xiii)	761	754	-	-
	141.875	197.758	-	-
<u>Fornecedores</u>				
Novasoc Comercial	7.457	8.482	-	-
Sé Supermercados	3.199	4.662	-	-
Sendas Distribuidora	10.736	17.984	-	-
Barcelona	1.585	1.923	-	-
Xantocarpa	387	1.530	-	-
FIC	6.980	8.574	8.883	10.679
Via Varejo	726	1.721	-	-
Bartira	-	-	36.031	58.158
Nova PontoCom (xiii)	871	1.148	-	-
Globalbev bebidas e alimentos	1.316	2.586	1.563	3.012
Bravo Café	183	231	183	231
Fazenda da Toca Ltda	295	222	357	254
Restaurante FNH Ltda	-	4	-	4
Sykué Consultoria Energia	70	-	175	-
Sykué Geração Energia	76	-	120	-
Axialent	-	307	-	310
	33.881	49.374	47.312	72.648

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas -- Continuaçãoa) Vendas, compras de mercadorias e serviços e outras operações-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
<u>Vendas</u>				
Novasoc	169.094	159.214	-	-
Sé Supermercados	400.764	375.917	-	-
Sendas Distribuidora	171.195	137.608	-	-
Barcelona	616	2.358	-	-
Via Varejo S.A.	-	4	-	-
Nova PontoCom (xiii)	-	10.648	-	-
Nova Casa Bahia	9	702	-	-
	741.678	686.451	-	-
<u>Compras</u>				
Novasoc Comercial	4.694	1.879	-	-
Sé Supermercados	5.185	7.489	-	-
Sendas Distribuidora	21.320	13.421	-	-
Nova PontoCom (xiii)	19	-	-	-
Bartira	-	-	171.635	248.230
Globalbev bebidas e alimentos	5.298	6.302	6.653	7.877
Bravo Café	797	892	800	896
Sykué Geração de Energia (vii)	2.763	15.088	7.162	15.209
Fazenda da Toca Ltda	2.529	1.265	2.865	1.265
E-HUB Cons. Part. e Com. S.A.	229	247	229	247
	42.834	46.583	189.344	273.724

As transações com partes relacionadas intra-grupo conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuaçãoa) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Ativo				
Novasoc (x)	47.634	18.994	-	-
Sé Supermercados (x)	95.317	40.313	-	-
Casino (i)	1.349	7.898	1.349	7.898
FIC (iv)	-	-	3.769	3.634
Sendas Distribuidora (x)	1.071.382	889.455	-	-
Xantocarpa	20.636	18.698	-	-
Barcelona (x)	120.219	88.030	-	-
Vedra	20	20	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	75.512	55.243
Bartira	-	-	83	168
Nova PontoCom (xiii)	111.088	15.059	-	-
GPA M&P	4.984	-	-	-
Vancouver	81.183	3.183	-	-
Administradores da Nova Pontocom (vi)	35.780	34.209	35.780	34.209
Nova Casa Bahia	519	5	-	-
Audax SP (xi)	18.560	20.746	18.560	20.728
Audax Rio (xi)	-	-	9.088	9.378
Outros (ix)	2.210	3.077	2.210	2.326
	1.610.881	1.139.687	146.351	133.584
Passivo				
Fundo Península (ii)	11.952	15.256	11.952	15.772
Via Varejo(xii)	153.563	153.212	-	-
FIC (iv)	4.162	7.900	4.162	11.765
P.A. Publicidade	11.313	7.601	-	-
Nova Pontocom (xiii)	-	959	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	-	342
Bartira	-	-	36.031	58.157
	180.990	184.928	52.145	86.036

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
<u>Receitas (Despesas) do resultado</u>				
Novasoc Comercial (x)	4.256	4.345	-	-
Sé Supermercados (x)	10.782	11.178	-	-
Sendas Distribuidora (x)	15.386	26.181	-	-
Casino (i)	(2.802)	(2.417)	(2.802)	(2.417)
Fundo Península (ii)	(71.982)	(69.715)	(76.014)	(72.862)
Grupo Diniz(iii)	(9.190)	(8.293)	(9.190)	(8.895)
Sykué Consultoria em Energia Ltda. (viii)	(318)	(377)	(737)	(441)
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	72.417	58.833
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiv)	-	-	139	-
FIC (iv)	(399)	-	(2.204)	(1.397)
Axialent	(569)	-	(569)	-
Outros (ix)	(4.200)	(4.200)	(4.199)	(4.200)
	<u>(59.036)</u>	<u>(43.298)</u>	<u>(23.159)</u>	<u>(31.379)</u>

- i. *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$ 2.727 mil, permite-se a transferência de *know-how* no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por 7 anos, com renovação automática por prazo indeterminado. A partir do 7º ano de vigência, o valor do pagamento anual passará a ser de US\$ 1.818 mil. Este contrato foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 16 de agosto de 2005.
- ii. *Fundo Península*: 59 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc, 1 imóvel com a Sé e 1 imóvel com a Barcelona.
- iii. *Grupo Diniz*: Locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para a Sendas Distribuidora.
- iv. *FIC*: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infra-estrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"); (iii) receitas de aluguel de imóveis; e (iv) convênio de rateio de custos .
- v. *Casa Bahia Comercial Ltda.*: a Via Varejo possui contas a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo, GPA e Casa Bahia Comercial, que garante a Via Varejo o direito de indenização, por Casas Bahia Comercial, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Via Varejo a partir de 30 de junho de 2010 (vide xii).

Adicionalmente, a Via Varejo e sua subsidiária NCB tem contratos de aluguel de centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os Administradores de Casa Bahia Comercial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas—Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações-- Continuação

- vi. *Administradores da Nova Pontocom*: Em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da Nova Pontocom, um mútuo no valor de R\$10.000 bem como celebrou contrato de permuta com torna no valor de R\$ 20.000, ambos com vencimentos em 8 de janeiro de 2018 e devidamente reajustados.
- vii. *Sykué Geração de Energia*: Aquisição de Energia Elétrica no Mercado Livre para abastecimento de diversas unidades consumidoras da Companhia.
- viii. *Sykué Consultoria*: Prestação de Serviços de planejamento energético para suprimento de energia elétrica, com projeção do consumo de energia para cada unidade consumidora, durante 102 meses (estudo de viabilidade econômica dos custos da manutenção das lojas no mercado cativo ou no mercado livre) e assessoria regulatória junto a ANEEL, CCEE e NOS.
- ix. *Outras*: Despesas pagas pela Companhia as suas subsidiárias e a outras empresas associadas. Outras partes relacionadas não descritas nesta nota explicativa não apresentam saldos ou operações nos exercícios.
- x. *Novasoc Comercial, Sé Supermercados, Sendas Distribuidora e Barcelona*: compreendem os valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como: tesouraria, contabilidade, jurídico e outros, bem como contratos de operação mercantil, comissão mercantil e mútuos.
- xi. *Audax*: Valores de mútuo aos clubes de futebol Audax SP e Audax RJ, que investe na formação de atletas profissionais e contrato de Comissão Mercantil firmado com CBD.
- xii. *Via Varejo*: A entidade possui um contas a pagar referente “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo e Casa Bahia, que garante o direito de indenização de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Via Varejo a partir de 30 de junho de 2010 (vide v), bem como contrato de comissão mercantil.
- xiii. *Nova Pontocom*: valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como: tesouraria, contabilidade, jurídico e outros e de mútuos remunerados em 105% do CDI.
- xiv. *Bartira*: Valores decorrentes de despesas com infra-estrutura e compra e venda de mercadorias.
- xv. *Dunnhunby*: Contrato de Prestação de Serviços de Gestão das Informações.
- xvi. *Fazenda da Toca Ltda.*: Contrato de Fornecimento de ovos orgânicos, laranja convencional, sucos orgânicos e etc.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuaçãoa) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações-- Continuação

xvii. *Duque Comércio e Participações Ltda. e Posto de Serviços 35 Ltda.*: Contrato de Opção de Compra e Venda de Quotas (Posto Vereda Tropical, Rebouças e Barueri).

xviii. *Flylighth*: Contrato de Cessão Temporária de Aeronave.

xix. *Pão de Açúcar S/A Indústria e Comércio*: Contrato de cessão temporária.

b) Remuneração da administração e conselho fiscal

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), que foram registradas na demonstração do resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, foram às seguintes:

	Em relação à remuneração total			Total
	Salário base	Remuneração Variável	Plano de Opção de compra de ações	
Conselho de Administração (*)	4.115	-	-	4.115
Diretoria	12.080	17.018	8.488	37.586
Conselho Fiscal	408	-	-	408
	<u>16.603</u>	<u>17.018</u>	<u>8.488</u>	<u>42.109</u>

(*)Remuneração de acordo com o número de participações em reuniões.

14. Investimentosa) Composição dos investimentos

	Controladora									Total
	Sé	Sendas	Novasoc	Via varejo (*)	Nova Pontocom	NCB (*)	GPA Malls	API SPE	Outros	
Saldos em 31.12.2011	1.880.279	34.737	55.177	1.381.880	30.436	856.504	13.334	15.488	33.302	4.301.137
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	695	695
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Equivalência patrimonial	126.838	12.465	23.980	16.158	(8.293)	(29.978)	80.347	(17)	2.498	223.998
Ganho/participação acionária	-	-	-	323	483	-	-	-	-	806
Saldos em 30.06.2012	2.007.117	47.202	79.157	1.398.361	22.626	826.526	93.681	15.471	36.487	4.526.628

(*) No caso de NCB, o valor de investimento refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócios. Para a Via Varejo, os efeitos a valor justo foram considerados em conjunto ao investimento contábil devido nesta subsidiária.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Investimentos -- Continuaçãoa) Composição dos investimentos-- Continuação

	Consolidado			Total
	FIC	BINV	Outros	
Saldos em 31.12.2011	233.068	19.722	460	253.250
Equivalência patrimonial	1.837	402	(54)	2.185
Dividendos a Receber	(8.890)	(1.551)	-	(10.441)
Outros	-	-	(54)	(54)
Ganho Participação Acionária	24.510	-	-	24.510
Saldos em 30.06.2012	250.525	18.573	352	269.450

(i) *FIC*

As informações contábeis resumidas da FIC são as seguintes:

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
Ativo circulante	3.383.981	3.485.365
Ativo não circulante	28.411	201.785
Ativo total	3.412.392	3.687.150
Passivo circulante	2.793.323	3.008.357
Passivo não circulante	334	52.446
Patrimônio líquido	618.735	626.347
Total passivo e patrimônio líquido	3.412.392	3.687.150
	30.06.2012	30.06.2011
<u>Resultados operacionais:</u>		
Receitas	466.342	417.256
Resultados operacionais	18.738	(16.229)
Lucro líquido	10.168	21.273

Para efeito do cálculo do investimento o Patrimônio da investida deve ser deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Investimentos – Continuação

a) Composição dos investimentos-- Continuação

(ii) *Sendas*

Compra de participação de acionistas não controladores de Sendas Distribuidora

Sendas S.A. e Barcelona celebraram um Compromisso de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, segundo o qual as ações de Sendas detidas por Sendas S.A. foram transferidas à Barcelona. A aquisição desta participação minoritária foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 23 de fevereiro de 2011, e pela assembleia geral da Companhia, em 14 de março de 2011. Aprovada a aquisição, Sendas S.A. transferiu à Barcelona a totalidade da sua participação na Sendas, equivalente a 42,57% do capital social total à época, pelo preço de R\$377.000, a ser liquidado da seguinte forma: R\$59.000 mediante transferência das ações e a parcela remanescente, no valor de R\$318.000, em 6 parcelas anuais iguais e consecutivas de R\$53.000 cada uma, vencendo a primeira delas em julho de 2011, com previsão de atualização pelo IPCA a partir da 4ª. parcela, tomando-se como base o mês de julho de 2010. O valor presente da obrigação assumida, em 30 de junho de 2012, é de R\$251.807 (R\$238.863 em 31 de dezembro de 2011).

Contas a pagar por aquisição de participação de acionistas não controladores

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
Aquisição de participação em Assai (i)	4.773	4.568
Aquisição de participação em Sendas (ii)	251.807	238.863
	256.580	243.431
Passivo circulante	57.758	54.829
Passivo não circulante	198.822	188.602

- i. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assai, subsidiária que desenvolve os negócios de “atacado de auto serviços” para o Grupo.
- ii. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas, que será liquidada em 5 parcelas anuais, sendo a última amortização em dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores

a) Associação com Nova Casa Bahia (“NCB”)

Contexto da associação

Em 4 de dezembro de 2009, a Casa Bahia a Companhia e a sua subsidiária, Via Varejo celebraram Acordo de Associação (“Acordo de Associação”) visando a integração dos seus negócios de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico de bens duráveis.

Em 3 de fevereiro de 2010 as partes assinaram com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) um Acordo Provisório para Manutenção da Reversibilidade da Operação (“APRO”), determinando as seguintes ações: (i) manutenção das marcas “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, bem como a realização de campanhas promocionais separadas, assegurando investimentos em propaganda e marketing em patamares compatíveis com os exercícios anteriores, ressalvadas as hipóteses excepcionais decorrentes da conjuntura econômica; (ii) manutenção em funcionamento das lojas existentes nos 146 municípios nos quais “Casas Bahia” e “Ponto Frio” estão presentes; (iii) manutenção dos seus respectivos Centros de Distribuição (CDs) e da fábrica de móveis Bartira; (iv) manutenção das respectivas políticas de concessão de crédito; e (v) manutenção das estruturas de compras e dos seus instrumentos contratuais comerciais separados, ainda que possam, desde logo, atuar de forma conjunta nessa área. Ressalvadas essas condições específicas, tanto Via Varejo como NCB, poderão adotar as medidas que sejam necessárias para a integração das atividades e capturar as sinergias resultantes da operação. A presente operação está pendente de aprovação perante o CADE.

Em 1º de julho de 2010, as partes celebraram aditivo ao Acordo de Associação, no qual as partes revisaram certas condições para a associação, bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação.

Como etapa preliminar a integração desses negócios, em 1º de outubro de 2010 os ativos operacionais de Casa Bahia foram transferidos à NCB mediante processo de cisão parcial. Nessa transferência foi incluída uma participação societária de 25% na Indústria de Móveis Bartira Ltda. (os outros 75% continuam em poder da CB).

Assim, a partir de 1º de outubro de 2010, NCB passou a operar sob a marca “Casas Bahia”, a qual estava presente, naquele momento, em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, representada com 526 lojas e 8 centros de distribuição, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos domésticos, tais como móveis, brinquedos eletrônicos, produtos de escritório, celulares, computadores e acessórios.

Em 9 de novembro de 2010, como etapa preparatória do processo de incorporação de ações de NCB por Via Varejo, a Companhia promoveu a concentração das atividades de varejo e de comércio eletrônico de bens duráveis na Via Varejo. Para tanto, a Companhia realizou contribuições de capital em sua subsidiária Via Varejo, enquanto sociedade que agregou todas as atividades acima referidas, dos seguintes valores: (i) ativos líquidos da operação de eletro-eletrônicos da Companhia, estabelecida pela marca “Extra-Eletro”, no montante de R\$89.826; (ii) aplicações financeiras no montante de R\$290.143; e (iii) recebíveis entre subsidiárias da Companhia, no montante de R\$375.550. Na mesma data, os acionistas de Via Varejo aprovaram a incorporação de ações de NCB, de forma que a Via Varejo passou a operar com as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores -- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia --_Continuação

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição de controle de NCB

Com as contribuições de capital estabelecidas, e como parte do processo de incorporação das ações de NCB ao patrimônio líquido de Via Varejo, GPA transferiu para os sócios de CB o equivalente a aproximadamente 47,08% da totalidade de seu investimento em Via Varejo, sendo esta determinada como a contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB ("Contraprestação total transferida").

Como Via Varejo é uma entidade de capital aberto, com ações cotadas em bolsa de valores praticadas por compradores e vendedores independentes, para fins contábeis o valor justo da contraprestação transferida foi determinada pela cotação final da ação ordinária de Via Varejo, negociada no pregão da Bovespa em 9 de novembro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2010
Quantidade de ações ordinárias mantidas por CBD, correspondentes a participação de 98,77% detida	168.927.975
Cotação da ação ordinária de Via Varejo em 09 de novembro de 2010 - R\$	15,00
Valor de mercado (Bovespa) do investimento em Via Varejo- 98,77%	2.533.920
47,08% do valor de mercado do investimento em Via Varejo cedidos aos acionistas de CB	1.193.082
Dividendos fixos obrigatórios aos acionistas de Bartira (i)	6.069
<i>Ativos recebidos de CB e considerados como contraprestação transferida:</i>	
Pagamento adicional (ii)	95.084
Opção de compra de participação controladora de Bartira, líquido de imposto de renda e contribuição social (iii)	(200.864)
Participação de acionistas não controladores sobre os ativos recebidos	95.523
Valor da contraprestação total transferida	1.188.894

- (i) Conforme Acordo de Associação pactuado, a Bartira realizará uma distribuição desproporcional do resultado obrigatória aos seus acionistas, de forma a assegurar a CB o recebimento de R\$12 milhões a título de dividendos, nos próximos três anos. Este dividendo mínimo obrigatório que Bartira deverá pagar como uma distribuição desproporcional foi considerada, de acordo com o CPC15 e IFRS 3R, como parte da contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB;

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--

Continuação

- a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação
- (ii) Pagamento adicional em espécie nos termos da cláusula 6.3 do acordo de acionista entre GPA e os sócios da Casa Bahia em 4 de dezembro de 2009 e posteriormente alterado em 1 de dezembro de 2010 pelo 1º aditivo de associação entre GPA e sócios da Casa Bahia.
- (iii) Valor justo da opção de compra da Bartira: as partes outorgaram, através do Acordo de Associação, opções de compra e venda sobre as participações detidas por NCB e CB, em Bartira. As condições são definidas como segue:
- Durante o período de restrição definido no Acordo de Associação como 36 meses, NCB tem o direito de vender sua participação de 25% no capital social de Bartira por R\$1,00 (“Um real”);
 - Para o período compreendido entre o fim do período de restrição e o término do 6º ano do Acordo, NCB pode adquirir os restantes 75% de participação no capital social de Bartira, atualmente detida por CB, pelo montante de R\$175.000, ajustado pelo IPCA; e
 - Na hipótese de NCB não exercer a opção de compra referida acima, ao final do 6º ano, CB tem a obrigação de adquirir a participação de 25% de NCB pelo montante de R\$58.500, ajustado pelo IPCA.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--
Continuação***Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos*

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de NCB, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Balanco de abertura	(iv) Valor justo do investimento detido em Bartira	(v) Marca "Casa Bahia"	(vi) Fundo de comércio	(vii) Mais valia de imobilizado	(viii) Contrato de fornecimento em condições favoráveis	(ix) Contrato de aluguel em condições favoráveis	Balanco após a alocação provisional do preço de compra
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	64.957	-	-	-	-	-	-	64.957
Aplicações financeiras	586.536	-	-	-	-	-	-	586.536
Contas a receber de clientes	2.434.960	-	-	-	-	-	-	2.434.960
Estoques	1.360.420	-	-	-	-	-	-	1.360.420
Impostos a recuperar	240.091	-	-	-	-	-	-	240.091
Imposto de renda diferido	152.291	(29.434)	(549.242)	(136.344)	(31.376)	(75.213)	(87.075)	(756.393)
Despesas antecipadas	58.498	-	-	-	-	-	-	58.498
Outros	268.059	-	-	-	-	-	-	268.059
Investimentos em associadas	-	86.572	-	-	-	-	-	86.572
Imobilizado	570.889	-	-	-	92.281	-	-	663.170
Intangível	57.217	-	1.615.417	401.011	-	221.214	256.103	2.550.962
	<u>5.793.918</u>	<u>57.138</u>	<u>1.066.175</u>	<u>264.667</u>	<u>60.905</u>	<u>146.001</u>	<u>169.028</u>	<u>7.557.832</u>
Passivo								
Contas a pagar	(1.063.178)	-	-	-	-	-	-	(1.063.178)
Empréstimos e financiamentos	(1.438.859)	-	-	-	-	-	-	(1.438.859)
Impostos a pagar	(448.565)	-	-	-	-	-	-	(448.565)
Receitas diferidas	(230.637)	-	-	-	-	-	-	(230.637)
Provisão para contingências	(33.796)	-	-	-	-	-	-	(33.796)
Outros	(1.405.165)	-	-	-	-	-	-	(1.405.165)
	<u>(4.620.200)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.620.200)</u>
Ativos Líquidos	<u>1.173.718</u>	<u>57.138</u>	<u>1.066.175</u>	<u>264.667</u>	<u>60.905</u>	<u>146.001</u>	<u>169.028</u>	<u>2.937.632</u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos -- Continuação

- (iv) Valor justo do investimento detido em Bartira (25%): refere-se a mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela NCB de 25% do capital social de Bartira. Sua mensuração foi realizada pelo método de “*Income Approach*”, considerando o valor presente dos benefícios futuros gerados direta ou indiretamente avaliado, quantificado na forma de fluxo de caixa;
- (v) Marca “Casas Bahia”: A marca é tradicional e conhecida no mercado varejista brasileiro, sendo considerada uma das mais valiosas por empresas especializadas na avaliação de marcas. Dado a força e reconhecimento desta marca, um participante de mercado não deveria descontinuá-la. Sua mensuração foi baseada pela metodologia “*royalties relief*”, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (vi) Fundo de comércio: pontos comerciais, muitos deles localizados em shoppings centers de grande movimentação. Tanto em shoppings como em lojas de rua, é comum a cobrança de taxas de cessão de direitos de uso do ponto na transferência deste ativo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado através da metodologia “*Market Approach*”;
- (vii) Mais valia de imobilizado: calculado segundo o método “*Market Approach*” para determinar o valor de um ativo através da análise de transações envolvendo ativos compatíveis efetuada com base na tabela FIPE vigente a época da transação com deságio de 10%.
- (viii) Contrato de fornecimento de móveis pela Bartira: a NCB possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Este contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado, apurado a metodologia “*Income Approach*”; e
- (ix) Contrato vantajoso sobre aluguel de imóveis, pactuado com CB: refere-se aos imóveis de CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional realizado por NCB. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicado a metodologia “*Income Approach*”.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos -- Continuação

Nenhum passivo ou ativo contingente foi identificado e reconhecido na data da aquisição e mesmo que fosse, seria indenizável por CB ou GPA, conforme o caso.

O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo dos ativos líquidos identificáveis de NCB na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.937.632
Participação de acionista não controlador	47,56%
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.397.020

Ganho por compra vantajosa

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de NCB, (ii) mensuração da participação do acionista não controlador, e (iii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou contabilmente um ganho por compra vantajosa, no montante de R\$351.718, reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica Outras despesas operacionais, e demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB	(1.188.894)
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(1.397.020)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>2.937.632</u>
Ganho por compra vantajosa resultante na aquisição do controle de NCB	<u>351.718</u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação

Mensuração subsequente – alocação do preço de compra

A aquisição de controle da NCB foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o IFRS 3R e CPC 15.

A locação provisória do preço de compra era em 31 de dezembro de 2010 R\$ 453.569 que foi diminuído para R\$351.718 devido a revisão da metodologia dos intangíveis Bartira, mais valia de caminhões, consideração contingente e outros. O período de mensuração encerrou em 08 de novembro de 2011.

Alocação final do preço de compra gerou a seguinte diferença em relações a alocação provisória divulgada em 31 de dezembro de 2010.

Ganho Vantajoso provisório em 31 de dezembro de 2010		<u>453.569</u>
Finalização da valorização da consideração paga:		(133.851)
Opção compra – Bartira (ii)	(111.665)	
Pagamento adicional por indenização (iv)	(95.084)	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as variações na consideração paga	37.849	
Efeito dos não controladores sobre as variações na consideração paga	35.048	
Finalização na identificação de ativos intangíveis		32.000
Contrato de fornecimento Bartira (ii)	80.121	
Mais valia investimento Bartira (ii)	(50.688)	
Mais valia caminhões NCB (iii)	92.281	
Outros (i)	(29.263)	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as variações dos ativos intangíveis identificados	(31.433)	
Efeito dos não controladores sobre as variações dos ativos intangíveis identificados	(29.018)	
Ganho vantajoso final em 31 de dezembro de 2011		<u><u>351.718</u></u>

- (i) Ajustes nos ativos não recuperáveis de NCB;
- (ii) Valor dos intangíveis relacionados a Bartira de contrato de fornecimento, opção de compra e investimento de NCB em Bartira, utilizando margem projetada e fluxo de caixa descontado;
- (iii) Mais valia da frota de caminhões da NCB;

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores— Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação

- (iv) Despesas assumidas de Via Varejo com fatos geradores anteriores a data base da combinação, que devem ser reembolsados a família Klein na proporção dos respectivos efeitos.

O referido ganho obtido justifica-se para a Casa Bahia principalmente em função dos desdobramentos futuros extremamente positivos advindos dessa associação com o GPA. Essa associação permitirá à NCB melhores acessos a financiamentos e sinergias em todas as áreas, tais como: comercial, logística, administrativa e financeira, dentre outras.

Adicionalmente, a associação com a Casa Bahia colocará a Via Varejo num novo patamar de negócios, permitindo maior cobertura nacional, ganhos de escala e outros benefícios a serem convertidos em favor dos clientes e colaboradores, que resultarão possivelmente em uma rentabilidade futura mais atraente, com a consequente valorização das ações pertencentes à Casa Bahia. Com participação de 47% na Via Varejo, a Casa Bahia continuará participando ativamente na operação, seja na Administração direta ou através do Conselho de Administração.

Os custos da transação, no total de R\$100.100, foram tratados como despesa e incluídos na rubrica outras despesas operacionais na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

b) *Combinação de Negócios e-HUB*

Em 8 de novembro de 2010, a Via Varejo e sua subsidiária Nova Pontocom assinaram um acordo para aquisição da participação remanescente de 55% na e-Hub (empresa prestadora de serviços na área de comércio eletrônico). A e-Hub era uma joint venture contabilizada como investimento em empresas afiliadas. Os antigos proprietários de e-Hub cederam 55% de sua participação nesta empresa, além do pagamento de R\$20.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2013, em troca de 6% da subsidiária Nova Pontocom.

As partes assinaram o acordo de acionistas da Nova Pontocom com duração de 7 anos, com garantia mútua direito de preferência em qualquer oferta relativa a essa participação, sempre a valores de mercado.

Os ativos recebidos se referem aos ativos líquidos dos passivos de e-Hub a valor de livros contábeis somam R\$2.200, além da torna de R\$20.000, enquanto as considerações pagas foram 5,56% de Nova Pontocom estimados a valor justo de R\$31.530, incluindo o valor de livros. A transação gerou um ágio que R\$9.230.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores— Continuação

c) Aquisição Rede Duque

Contexto da operação

Em 2009, a Companhia assinou Contrato de Terceirização de Gestão (“Contrato de Gestão”) com Rede Duque, por um prazo de 20 anos, em que a Companhia exerceria a gestão operacional e financeira de 39 postos de combustíveis da rede, por meio de sua subsidiária Vancouver Empreendimentos e Participações Ltda. (“Vancouver”) em troca de remuneração sobre o resultado destes postos.

Em 28 de maio de 2012, o Contrato de Gestão foi rescindido e, como parte deste acordo de rescisão, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, a Vancouver adquiriu a totalidade das ações de cinco postos (“Postos Adquiridos”) e se associou a Rede Duque em outros três postos por meio da aquisição de ações representando 95% de seu capital social (“Postos da Associação”), com posterior opção de compra a ser exercida por Rede Duque (“Contrato de Opção de Compra e de Venda de Quotas”).

i) Aquisição dos 5 Postos

Por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de seis empresas que eram parte de Rede Duque, e exploravam cinco postos de combustíveis (uma das empresas explora a atividade de loja de conveniência em um dos postos adquiridos), com receita líquida mensal aproximada de R\$3.000.

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição dos cinco postos de Rede Duque

Nos termos do Contrato de Gestão, a Companhia e Vancouver haviam adiantado, a título de utilização das marcas do GPA nos postos e de exclusividade na gestão dos postos, o montante de R\$30.000, cuja liberação estava condicionada a certos eventos. Este montante ora se reverte para aquisição dos Postos Adquiridos, além de um pagamento adicional de R\$10.000, totalizando preço de aquisição de R\$40.000.

Identificação provisória dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

A Companhia efetuou a identificação provisória dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Rede Duque, na data da combinação de negócios, sendo que o acervo líquido das entidades adquiridas monta R\$3.129.

Ágio apurado na aquisição

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle dos Postos Adquiridos, e (ii) mensuração provisória dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou um ágio no montante de R\$37.270. A Companhia completará a alocação do preço de compra através da identificação de intangíveis adquiridos até o fim do exercício de 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores— Continuação

c) Aquisição Rede Duque—Continuação

ii) Associação dos 3 postos

Por meio do Contrato de Assunção de Dívida, celebrado na mesma data entre a Companhia, Vancouver e Rede Duque, a Vancouver assumiu dívidas bancárias de Rede Duque no montante de R\$50.000. Na mesma data, as partes celebraram o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, pelo qual a Vancouver adquiriu, aproximadamente 95% das ações dos Postos da Associação, que operavam três postos de combustíveis com receita líquida aproximada de R\$3.500, mediante a cessão de parte dos créditos de Vancouver contra a Rede Duque, adquiridos em decorrência da assunção de dívida ora referida. A gestão dos postos adquiridos permanecerá com Rede Duque, e a Companhia terá vetos de proteção.

Ainda por meio do acordo, foi celebrado o Contrato de Opção de Compra e de Venda de Quotas, pelo qual a Vancouver outorgou à Rede Duque uma opção de compra de suas quotas representativas do capital social dos Postos da Associação, exercível em um ano, pelo montante de R\$50.000 atualizados desde a assinatura por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. A Companhia possui ainda uma opção de venda, que pode demandar que Rede Duque compre as ações de sua propriedade nos mesmos termos acima, caso a opção de compra não seja exercida.

Caso as opções de compra e venda expirem, a Vancouver poderá adquirir as quotas representativas do capital social dos Postos da Associação de propriedade da Rede Duque por R\$1 (um Real) somado aos dividendos do período de um ano de associação.

O montante de R\$50.000 está contabilizado como um instrumento financeiro pelo montante de sua realização, que é o valor justo da participação dos postos da associação.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizadoa) Controladora

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.06.2012
Terrenos	806.089	-	-	-	87.231	893.320
Edifícios	1.960.871	6.718	(29.574)	(4.871)	14.321	1.947.465
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.096.368	62.736	(37.354)	(11.263)	80.112	1.190.599
Máquinas e equipamentos	513.805	93.190	(46.336)	169	(7.659)	553.169
Instalações	110.421	7.212	(5.191)	(174)	2.212	114.480
Móveis e utensílios	208.921	21.597	(13.139)	(644)	(8.046)	208.689
Veículos	18.700	9.125	(2.331)	(2.483)	161	23.172
Imobilizado em andamento	259.165	164.025	-	-	(194.915)	228.275
Outros	36.196	20.400	(4.327)	(47)	(16.036)	36.186
	5.010.536	385.003	(138.252)	(19.313)	(42.619)	5.195.355
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	42.472	-	(6.130)	-	-	36.342
Edifícios	21.605	-	(683)	-	-	20.922
	64.077	-	(6.813)	-	-	57.264
Total	5.074.613	385.003	(145.065)	(19.313)	(42.619)	5.252.619

	Saldo em 30.06.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	893.320	-	893.320	806.089	-	806.089
Edifícios	2.665.547	(718.082)	1.947.465	2.649.382	(688.511)	1.960.871
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.061.358	(870.759)	1.190.599	1.937.875	(841.507)	1.096.368
Máquinas e equipamentos	1.298.579	(745.410)	553.169	1.223.421	(709.616)	513.805
Instalações	293.877	(179.397)	114.480	285.015	(174.594)	110.421
Móveis e utensílios	517.009	(308.320)	208.689	507.854	(298.933)	208.921
Veículos	32.363	(9.191)	23.172	29.318	(10.618)	18.700
Imobilizado em andamento	228.275	-	228.275	259.165	-	259.165
Outros	70.958	(34.772)	36.186	66.647	(30.451)	36.196
	8.061.286	(2.865.931)	5.195.355	7.764.766	(2.754.230)	5.010.536
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	58.703	(22.361)	36.342	58.703	(16.231)	42.472
Edifícios	34.449	(13.527)	20.922	34.448	(12.843)	21.605
	93.152	(35.888)	57.264	93.151	(29.074)	64.077
Total	8.154.438	(2.901.819)	5.252.619	7.857.917	(2.783.304)	5.074.613

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuaçãob) Consolidado

	Saldo em:						Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Depreciação	Aquisição de Subsidiária	Baixas	Transferências	30.06.2012
Terrenos	948.170	-	-	-	-	86.876	1.035.046
Edifícios	2.115.548	6.840	(32.283)	-	(7.198)	10.335	2.093.242
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.797.492	130.233	(69.392)	5	(1.671)	114.758	1.971.425
Máquinas e equipamentos	919.182	138.751	(87.289)	531	(5.131)	5.585	971.629
Instalações	265.700	16.681	(16.461)	320	(2.419)	5.034	268.855
Móveis e utensílios	437.406	37.681	(29.838)	34	(7.039)	(2.177)	436.067
Veículos	266.871	10.151	(13.609)	30	(14.718)	472	249.197
Imobilizado em andamento	341.547	200.039	-	82	-	(261.593)	280.075
Outros	81.309	22.484	(8.976)	-	(195)	(14.242)	80.380
	7.173.225	562.860	(257.848)	1.002	(38.371)	(54.952)	7.385.916
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>							
Equipamentos	27.941	-	(2.192)	-	(167)	(52)	25.530
Hardware	105.085	2.656	(15.180)	-	983	1	93.545
Instalações	861	-	(51)	-	(2)	-	808
Móveis e Utensílios	10.147	-	(750)	-	(197)	(11)	9.189
Veículos	14.064	-	(71)	-	(1.019)	(1)	12.973
Edifícios	26.927	-	(877)	-	-	-	26.050
	185.025	2.656	(19.121)	-	(402)	(63)	168.095
Total	7.358.250	565.516	(276.969)	1.002	(38.773)	(55.015)	7.554.011

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuaçãoa) Consolidado

	Saldo em 30.06.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.035.046	-	1.035.046	948.170	-	948.170
Edifícios	2.912.511	(819.269)	2.093.242	2.907.817	(792.269)	2.115.548
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.360.124	(1.388.699)	1.971.425	3.116.923	(1.319.431)	1.797.492
Máquinas e equipamentos	2.011.359	(1.039.730)	971.629	1.892.180	(972.998)	919.182
Instalações	530.773	(261.918)	268.855	512.834	(247.134)	265.700
Móveis e utensílios	894.009	(457.942)	436.067	870.285	(432.879)	437.406
Veículos	306.537	(57.340)	249.197	319.889	(53.018)	266.871
Imobilizado em andamento	280.075	-	280.075	341.547	-	341.547
Outros	143.959	(63.579)	80.380	136.885	(55.576)	81.309
	11.474.393	(4.088.477)	7.385.916	11.046.530	(3.873.305)	7.173.225
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	38.328	(12.798)	25.530	39.374	(11.433)	27.941
Hardware	152.129	(58.584)	93.545	149.476	(44.391)	105.085
Instalações	1.217	(409)	808	1.220	(359)	861
Móveis e Utensílios	15.057	(5.868)	9.189	15.373	(5.226)	10.147
Veículos	17.185	(4.212)	12.973	20.293	(6.229)	14.064
Edifícios	43.402	(17.352)	26.050	43.402	(16.475)	26.927
	267.318	(99.223)	168.095	269.138	(84.113)	185.025
Total	11.741.711	(4.187.700)	7.554.011	11.315.668	(3.957.418)	7.358.250

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

c) Garantias

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia e demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa 22 (h).

d) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$8.186 (R\$27.076 em 31 de dezembro de 2011). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 105,8% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

e) Adições no Ativo Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Adições (i)	377.485	726.557	554.674	1.262.640
Arrendamento financeiros (ii)	-	50.239	2.656	101.318
Juros capitalizados	7.518	21.461	8.186	27.076
Total	<u>385.003</u>	<u>798.257</u>	<u>565.516</u>	<u>1.391.034</u>

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) Nas demonstrações dos fluxos de caixa foram subtraídas adições de imobilizado realizadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, no montante de R\$2.656 (R\$101.318 em 31 de dezembro de 2011), Controladora e Consolidado, referente a aquisições de imobilizado realizadas por intermédio de arrendamentos mercantis financeiros.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado—Continuaçãof) Outras informações

Em 30 de junho de 2012 as subsidiárias Via Varejo e NCB contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados o valor consolidado de R\$17.148 (R\$13.561 em 30 de junho de 2011) referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários e edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

A Companhia não identificou itens de seu ativo imobilizado que requeressem uma provisão para não recuperação em 30 de junho de 2012.

As transferências líquidas se referem a itens de *software* que foram baixados de imobilizado em andamento para adições no grupo de intangível.

17. Intangíveisa) Controladora

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	30.06.2012
Ágio - eletro	183.781	-	-	-	-	183.781
Ágio - varejo	191.160	-	-	(300)	(8.580)	182.280
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	-	-	-	17.600
Softwares e implantação	447.895	3.473	(30.941)	-	53.810	474.237
	840.436	3.473	(30.941)	(300)	45.230	857.898

	Saldo em 30.06.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - eletro	183.781	-	183.781	183.781	-	183.781
Ágio - varejo	883.154	(700.874)	182.280	899.659	(708.499)	191.160
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	17.600	17.600	-	17.600
Softwares e implantação	747.446	(273.209)	474.237	690.180	(242.285)	447.895
	1.831.981	(974.083)	857.898	1.791.220	(950.784)	840.436

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis—Continuaçãob) Consolidado -- Continuação

	Saldo em:						Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Amortização	Aquisição de Subsidiaria	Baixas	Transferências	30.06.2012
Ágio – atacado de auto serviços	361.567	-	-	-	-	-	361.567
Ágio – eletro	296.664	-	-	-	-	(57)	296.607
Ágio – varejo	717.070	37.270	-	-	(300)	(8.582)	745.458
Marcas – atacado de auto serviços	38.639	-	-	-	-	-	38.639
Marcas – eletro	2.015.218	41	-	-	-	-	2.015.259
Fundo de comércio – eletro	613.484	-	(4.029)	-	(580)	-	608.875
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	-	-	-	-	17.600
Fundo de comércio - atacado de auto serviços	-	-	-	-	-	10.000	10.000
Relacionamento de clientes – eletro	18.562	-	(3.141)	-	-	-	15.421
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira	134.932	-	(36.869)	-	-	-	98.063
Contrato de aluguel vantajoso – Nova Casas Bahia	201.002	-	(25.932)	-	-	-	175.070
Mais valia de investimento mantido em Bartira	86.872	-	-	-	-	-	86.872
Software	524.623	30.300	(45.230)	1	(790)	53.962	562.866
Total Intangível	5.026.233	67.611	(115.201)	1	(1.670)	55.323	5.032.297

	Saldo em 30.06.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – atacado de auto serviços	371.008	(9.441)	361.567	371.008	(9.441)	361.567
Ágio – eletro	296.607	-	296.607	296.664	-	296.664
Ágio – varejo	1.846.897	(1.101.439)	745.458	1.826.132	(1.109.062)	717.070
Marcas – atacado de auto serviços	38.639	-	38.639	38.639	-	38.639
Marcas – eletro	2.015.259	-	2.015.259	2.015.219	(1)	2.015.218
Fundo de comércio – eletro	660.115	(51.240)	608.875	661.823	(48.339)	613.484
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	17.600	17.600	-	17.600
Fundo de comércio – atacado de auto serviços	10.000	-	10.000	-	-	-
Relacionamento de clientes – eletro	34.268	(18.847)	15.421	34.268	(15.706)	18.562
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira	221.214	(123.151)	98.063	221.214	(86.282)	134.932
Contrato de aluguel vantajoso – Nova casa Bahia	256.103	(81.033)	175.070	256.103	(55.101)	201.002
Mais valia de investimento mantido em Bartira	86.872	-	86.872	86.872	-	86.872
Software	897.003	(334.137)	562.866	816.536	(291.913)	524.623
Total Intangível	6.751.585	(1.719.288)	5.032.297	6.642.078	(1.615.845)	5.026.233

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis—Continuação

c) Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e os ativos intangíveis foram submetidos a testes de desvalorização em 31 de dezembro de 2011, segundo o método descrito na nota explicativa 4 – Principais práticas contábeis.

Como resultado dos testes de não recuperação realizados em 2011 e pelo fato de não haver indícios de não realização em 30 de junho de 2012, a Companhia não reconhece perdas por não recuperação.

Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia submeterá a novos testes de desvalorização todos os ágios e intangíveis reconhecidos até esta data.

d) Marca

O valor foi submetido a teste recuperável de ativos através da metodologia de *Income approach – Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuro. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento de perpetuo de 2,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,9%.

e) Fundo de Comércio

Os Fundos de Comércio foram alocados na UGC. As UGCs foram submetidas ao teste recuperável de ativos através do fluxo de caixa descontado em 31 de dezembro de 2011 e não foram identificados ajustes.

f) Outros Intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

g) Vida útil

O contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentosa) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Debêntures (i)</u>				
Debêntures	683.729	506.122	798.019	506.122
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(300)	68	(300)	68
Custo de captação	(4.870)	(4.346)	(5.468)	(4.346)
	678.559	501.844	792.251	501.844
<u>Em moeda local</u>				
BNDES (e)	106.825	109.224	132.191	152.629
IBM	-	-	6.801	6.815
Capital de giro (c)	383.496	38.065	712.136	126.892
Financiamento ao consumidor por interveniência – CDCI (c) (d)	-	-	2.227.305	2.263.122
PAFIDC (Nota 10)	-	-	-	1.235.901
Arrendamentos financeiros (Nota 23)	54.182	55.800	73.807	81.643
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(15.690)	(882)	(31.400)	(882)
Custo de captação	(7.279)	(6.424)	(8.837)	(8.670)
Outros	-	-	-	2.379
	521.534	195.783	3.112.003	3.859.829
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	572.131	15.546	695.299	537.023
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(3.895)	(197)	893	19.163
Custo de captação	(278)	(298)	(278)	(361)
	567.958	15.051	695.914	555.825
Circulante	1.768.051	712.678	4.600.168	4.917.498

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuaçãoa) Composição da dívida -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Debêntures (i)</u>				
Debêntures	3.020.591	2.145.886	3.822.997	2.145.886
Custo de captação	(8.248)	(8.368)	(9.305)	(8.368)
	3.012.343	2.137.518	3.813.692	2.137.518
<u>Em moeda local</u>				
BNDDES (e)	313.939	375.560	338.337	405.515
IBM	-	-	1.700	5.112
Capital de giro (c)	1.184.544	1.098.730	1.184.544	1.406.575
Financiamento ao consumidor por interveniência – CDCI (c) (d)	-	-	115.853	129.300
PAFIDC e Globex FIDCs	-	-	2.437.137	1.184.522
Arrendamentos financeiros (Nota 23)	129.583	152.344	162.464	194.788
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(35.046)	(17.129)	(35.046)	(25.779)
Custo de captação	(9.006)	(7.244)	(9.033)	(7.780)
	1.584.014	1.602.261	4.195.956	3.292.253
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	199.443	716.621	244.199	832.657
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(38.151)	(26.729)	(42.995)	(21.399)
Custo de captação	-	(129)	-	(129)
	161.292	689.763	201.204	811.129
<u>Não circulante</u>	4.757.649	4.429.542	8.210.852	6.240.900
Total	6.525.700	5.142.220	12.811.020	11.158.398

b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante.

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	326.258	1.707.868
2014	1.693.966	1.962.148
2015	2.273.742	2.876.523
2016	109.437	1.303.659
Após 2016	371.500	378.992
Sub-total	4.774.903	8.229.190
Custo de Captação	(17.254)	(18.338)
Total	4.757.649	8.210.852

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Financiamento do capital de giro, swap e financiamento ao consumidor por interveniência

	Taxa*	Controladora		Consolidado	
		30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Dívida					
<u>Moeda local</u>					
Banco do Brasil	11,97% a.a.	883.278	809.769	1.211.918	1.856.869
Banco do Brasil	106,4% do CDI	341.841	327.026	1.277.645	327.026
Bradesco	110,92% do CDI	-	-	1.029.368	1.041.287
Santander	105,7% do CDI	-	-	-	88.830
Safra	110,8% do CDI	342.921	-	720.907	611.877
Safra	-	-	-	-	-
		1.568.040	1.136.795	4.239.838	3.925.889
Circulante		383.496	38.065	2.939.441	2.390.014
Não circulante		1.184.544	1.098.730	1.300.397	1.535.875
<u>Moeda estrangeira</u>					
Citibank	(Libor + 1,45%) a.a.	-	-	45.152	-
Itaú BBA	USD + 3,19% a.a.	561.912	536.100	561.913	536.100
Banco do Brasil	3,94% a.a. e 2,25% a.a.	-	-	-	317.373
Bradesco	2,68% a.a. e 3,94% a.a.	-	-	-	115.017
Santander	USD + 4,49% a.a.	2.451	203	125.222	116.239
ABN AMRO	USD + 4,9% a.a.	-	-	-	89.087
HSBC	USD + 2,43% a.a.	207.211	195.864	207.211	195.864
		771.574	732.167	939.498	1.369.680
Circulante		572.131	15.546	695.299	537.023
Não circulante		199.443	716.621	244.199	832.657
<u>Contratos de swap</u>					
Citibank	105,0% do CDI	-	-	(3.918)	-
Itaú BBA	101,32% do CDI	(12.459)	(901)	(12.459)	(901)
Banco do Brasil	103,13% do CDI	(50.736)	(18.011)	(66.446)	(15.681)
Bradesco	103,9% do CDI	-	-	-	(4.348)
Santander	110,7% do CDI	-	-	3.862	18.058
ABN AMRO	104,96% do CDI	(300)	68	(300)	68
HSBC	99,11% do CDI	(29.587)	(26.025)	(29.587)	(26.025)
		(93.082)	(44.869)	(108.848)	(28.829)
Circulante		(19.885)	(1.011)	(30.807)	18.349
Não circulante		(73.197)	(43.858)	(78.041)	(47.178)
		2.246.532	1.824.093	5.070.488	5.266.740

* Taxa média ponderada.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Financiamento do capital de giro, swap e financiamento ao consumidor por interveniência --Continuação

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro.

d) Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, e os encargos financeiros médios cobrados são de 110,91% do CDI. Nestes contratos, NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados, garantidos junto às instituições financeiras por notas promissórias emitidas pela subsidiária e por cessão de direitos creditórios.

e) BNDES

Os contratos de linha de créditos em Reais, com o BNDES, são sujeitos à indexação baseada na taxa TJLP (taxa de longo prazo), acrescida das taxas de remuneração e custo de captação, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado no quadro abaixo.

A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) relação EBITDA/Dívida líquida igual ou maior que 0,35. A Companhia controla e monitora esses índices.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia estava adimplente com as cláusulas supramencionadas.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuaçãoe) BNDES -- Continuação

Encargos financeiros anuais	Número de parcelas mensais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
TJLP + 3,2%	46	Nov/12	13.763	30.285	13.763	30.285
TJLP + 2,7%	46	Nov/12	1.988	4.375	1.988	4.375
TJLP + 3,6%	60	Dez/16	369.200	410.327	369.200	410.327
4,5% a.a.	60	Dez/16	35.813	39.797	35.813	39.797
TJLP + 2,3%	48	Jun/13	-	-	2.751	4.127
TJLP + 2,3%	48	Mai/12	-	-	-	2.112
TJLP + 1,9% a.a.	30	Jun/14	-	-	22.583	28.234
7% a.a.	24	Out/12	-	-	6.674	16.687
TJLP + 3,5% a.a. + de 1% a.a.	30	Jun/14	-	-	9.682	12.105
TJLP + 1,9% a.a. + de 1% a.a.	30	Jun/14	-	-	8.074	10.095
			420.764	484.784	470.528	558.144
Circulante			106.825	109.224	132.191	152.629
Não circulante			313.939	375.560	338.337	405.515

f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e carta de fianças garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e IBM.

g) Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, para o Real atrelado as taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte, moeda e taxa de juros. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota explicativa 19. A taxa de referência anual do CDI em 30 de junho de 2012 era de 10,61% (11,60% em 31 de dezembro de 2011).

h) Quotas do PAFIDC e Globex FIDC resgatáveis

Segundo o CPC 38 (IAS 39), a Companhia registra os valores relativos às quotas sênior como "Empréstimos e financiamentos".

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures

	Debêntures em circulação		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora			Consolidado					
	Tipo	em circulação			30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011			
<u>Controladora</u>													
6ª emissão 1ª série - GPA	Sem preferência	54.000	CDI + 0,5%	3.360	185.484	373.529	185.484	373.529	185.484	373.529			
6ª emissão 2ª série - GPA	Sem preferência	23.965	CDI + 0,5%	3.360	82.317	165.771	82.317	165.771	82.317	165.771			
	Swap de taxa de juros	-	104,96% do CDI	3.360	(300)	68	(300)	68	(300)	68			
6ª emissão 1ª e 2ª séries - GPA	Sem preferência	500	109,5% do CDI	1.287.212	658.346	626.706	658.346	626.706	658.346	626.706			
8ª emissão 1ª série- GPA	Sem preferência	610	107,7% do CDI	1.153.831	719.696	685.647	719.696	685.647	719.696	685.647			
9ª emissão 1ª série- GPA	Sem preferência	80.000	108,5 do CDI	10.272	840.385	800.355	840.385	800.355	840.385	800.355			
10ª emissão 1ª série- GPA	Sem preferência												
11ª Emissão de Debentures - GPA	Sem preferência	120.000	CDI + 1%	10	1.218.092	-	1.218.092	-	1.218.092	-			
<u>Subsidiárias</u>													
3ª emissão 1ª série - Via Varejo	Sem preferência	40.000	CDI + 1,0%	10.177	-	-	416.592	-	416.592	-			
1ª Emissão - 1ª. Série - Nova Pontocom	Sem preferência	100.000	105,35% do CDI	1	-	-	100.104	-	100.104	-			
1ª Emissão - 1ª. Série - NCB	Sem preferência	20.000	CDI + 0,72%	10	-	-	200.000	-	200.000	-			
1ª Emissão - 2a. Série - NCB	Sem preferência	20.000	CDI + 0,72%	10	-	-	200.000	-	200.000	-			
Custo de captação					(13.118)	(12.714)	(14.774)	(12.714)	(14.774)	(12.714)			
Passivo circulante					3.690.902	2.639.362	4.605.943	2.639.362	4.605.943	2.639.362			
Passivo não circulante					678.559	501.844	792.251	501.844	792.251	501.844			
					3.012.343	2.137.518	3.813.692	2.137.518	3.813.692	2.137.518			

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(i) Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de debêntures	Valor
<u>Em 31.12.2011</u>	159.075	2.639.362
3º Emissão de Debêntures	40.000	402.406
11ª Emissão de Debêntures	120.000	1.200.894
1ª Emissão – 1ª. Série – Nova Ponto Com	100.000	100.104
1ª Emissão – 1ª. Série - NCB	20.000	200.000
1ª Emissão – 2a. Série - NCB	20.000	200.000
Juros e swap provisionados	-	152.081
Amortizações	-	(288.904)
<u>Em 30.06.2012</u>	<u>459.075</u>	<u>4.605.943</u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais - Controladora

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
	Em 27 de março de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 77.965 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$779.650. As debêntures emitidas dentro do escopo da 6ª emissão têm as seguintes características:	Em 4 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 500 debêntures, não conversíveis, no valor total de R\$500.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 8ª emissão têm as seguintes características:	Em 15 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 610 debêntures não conversíveis, no valor total de R\$610.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 9ª emissão têm as seguintes características:	Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 80.000 debêntures não conversíveis, no valor total de R\$800.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 10ª emissão têm as seguintes características:
<u>Séries:</u>	Duas séries: 54.000 e 23.965 debêntures foram emitidas na primeira e na segunda séries, respectivamente.	Única.	Única.	Única.
<u>Classe e conversibilidade:</u>	Nominativa, escritural, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.
<u>Garantia:</u>	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.
<u>Data de emissão:</u>	1º de março de 2007.	15 de dezembro de 2009.	05 de janeiro de 2011.	29 de dezembro de 2011.
				02 de maio de 2012.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) *Debêntures--Continuação*

(i) *Informações adicionais - Controladora-- Continuação*

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
<u>Prazo e vencimento:</u>	72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de março de 2013.	60 (sessenta) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2014.	36 (trinta e seis) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 05 de janeiro de 2014.	42 (quarenta e dois) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 02 de novembro de 2015.
<u>Remuneração:</u>	Taxa média diária de Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 0,5%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 1º de março e 1º de setembro de cada ano.	109,5% de taxa média diária de Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP. A Remuneração será paga a partir do 36º (trigésimo sexto) mês após a data de emissão, nas datas seguintes: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014; e (v) na Data de Vencimento, 15 de dezembro de 2014.	107,75% de taxa média diária de Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.	Taxa média diária de Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 1%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 2 de maio e 2 de novembro de cada ano.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(i) *Informações adicionais - Controladora-- Continuação*

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
<u>Amortização:</u> A ser amortizado em 3 (três) parcelas anuais: 1º de março de 2011; 1º de março de 2012, e 1º de março de 2013. Em cada data de pagamento da amortização, 25.988 debêntures serão pagas.	O valor nominal das debêntures será amortizado nas seguintes datas: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014 e (v) na data de vencimento, dia 15 de dezembro de 2014. Em cada data, 1/5 (um quinto) do valor nominal das debêntures (R\$1.000.000) será pago.	O valor nominal das debêntures será amortizado nas seguintes datas: (i) não será amortizado ao longo do prazo de vigência do contrato. O valor nominal de cada debêntures será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.	O valor nominal das debêntures será amortizado em uma única parcela na data de vencimento.	O valor nominal das debêntures será amortizado em uma única parcela na data de vencimento.
				Amortização em uma única parcela na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente nas seguintes datas: (i) 2 de novembro de 2012; (ii) 2 de maio de 2013; (iii) 2 de novembro de 2013; (iv) 2 de maio de 2014; (v) 2 de novembro de 2014; (vi) 2 de maio de 2015; e (vii) 2 de novembro de 2015.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais - Controladora-- Continuação

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	11ª. emissão
Resgate antecipado:	No 18º mês após a data de emissão, a Companhia poderá resgatar parcial ou totalmente, antecipadamente, as debêntures pagando: (i) o Valor Nominal Unitário, calculado "pro rata temporis" da data de emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, quando aplicável, até a data do seu pagamento efetivo; ou (ii) o reembolso do prêmio correspondente a, no máximo, 1,5%, calculado pro rata temporis, diminuindo conforme a passagem do tempo. O resgate parcial, se aplicável, poderá ocorrer por saque, de acordo com o art. 55, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com outras normas aplicáveis.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbitrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbitrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer momento a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da data de emissão, a seu arbitrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- i) *Debêntures--Continuação*
(i) *Informações adicionais - Controladora—Continuação*

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
<u>Índices financeiros:</u>	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida consolidada (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de junho de 2012, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas em BR GAAP: (i) a dívida líquida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de junho de 2012, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparados em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de junho de 2012, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de junho de 2012, a Companhia havia atendido todos esses índices.
<u>Utilização dos fundos:</u>	Os fundos arrecadados através das séries da 6.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e para pagar dívidas de curto prazo.	Os fundos arrecadados através da 8ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	Os fundos arrecadados através da 9ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	Os fundos arrecadados através da 11ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para alongamento da dívida.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(ii) Informações adicionais - Subsidiárias

Descrição	Dados		
	3ª. emissão --Via Varejo	1ª. Emissão -- Nova Pontocom	1ª. Emissão -- Nova Casa Bahia
	Em 27 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 40.000 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$402.406. As debêntures emitidas dentro do escopo da 3ª emissão têm as seguintes características:	Em 12 de abril de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da Nova Pontocom, aprovou a emissão de 100.000 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$ 100.104. As debêntures emitidas dentro do escopo da 1.a emissão têm as seguintes características:	Em 14 de junho de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da Nova Casa Bahia aprovou a emissão de 40.000 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$ 400.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 1.a emissão têm as seguintes características:
<u>Séries:</u>	Única	Única.	1ª e 2ª.
<u>Classe e conversibilidade:</u>	Não conversíveis em ações emitidas pela Companhia.	Não conversíveis em ações emitidas pela Companhia ou da Nova Pontocom	Não conversíveis em ações emitidas pela Companhia ou de Nova Casa Bahia.
<u>Garantia:</u>	Aval da Companhia Brasileira de Distribuição.	Aval da Companhia Brasileira de Distribuição.	Aval da Companhia Brasileira de Distribuição.
<u>Data de emissão:</u>	17 de fevereiro de 2012	25 de abril de 2012.	29 de junho de 2012.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(ii) Informações adicionais – Subsidiárias -- Continuação

Descrição	Dados		
	3ª. emissão – Via Varejo	1ª. Emissão – Nova Pontocom	1ª. Emissão – Nova Casa Bahia
Prazo e vencimento:	42 (quarenta e dois) meses, vencendo assim em 30 de julho de 2015.	12 (doze) meses, vencendo assim em 25º de abril de 2013.	1ª série - 30 (trinta) meses, vencendo assim em 29º de dezembro de 2014. 2ª série - 31 (trinta e um) meses, vencendo assim em 29 de janeiro de 2015.
Remuneração:	Taxa média diária de Certificados de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 1,0%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 30 de janeiro e 30 de julho de cada ano.	Taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. A remuneração é de 105,35% do CDI.	Taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 0,72%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 29 de dezembro e 29 de junho de cada ano, com exceção da última parcela da 2ª série com vencimento no dia 29 de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- i) Debêntures--Continuação
- (ii) Informações adicionais – Subsidiárias -- Continuação

Descrição	Dados		
	3ª. emissão –Via Varejo	1ª. Emissão – Nova Pontocom	1ª. Emissão – Nova Casa Bahia
<u>Amortização:</u>	42 (quarenta e dois) meses, vencendo assim em 30 de julho de 2015.	A ser amortizado integralmente na data de vencimento (25º de abril de 2013).	1ª série - a ser amortizado integralmente na data de vencimento (29 de dezembro de 2014). 2ª série - a ser amortizado integralmente na data de vencimento (29 de janeiro de 2015).
<u>Resgate antecipado:</u>	No 18º mês após a data de emissão, a Via Varejo poderá resgatar integralmente as debêntures pagando o Valor Nominal Unitário, acrescido: (a) da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado; e (b) um prêmio equivalente a 0,5% (cinquenta centésimos por cento), calculado sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração correspondente com base no prazo de vigência remanescentes das Debêntures.	A Nova Pontocom não poderá resgatar as debêntures antecipadamente.	A NCB não poderá resgatar as debêntures antecipadamente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(ii) Informações adicionais – Subsidiárias -- Continuação

Descrição	Dados	
	3ª. emissão –Via Varejo	1ª. Emissão – Nova Pontocom
<u>Índices financeiros:</u> Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25.	-	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora (Companhia Brasileira de Distribuição) em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber com deságio de 1,5%) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25.
<u>Utilização dos fundos:</u> Os fundos arrecadados através das séries da 3.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e alongamento do perfil de endividamento.	Os fundos arrecadados através da 1.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para o alongamento do perfil de endividamento.	Os fundos arrecadados através da 1.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e alongamento do perfil de endividamento.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizados para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.688.426	2.328.783	2.688.426	2.328.783
Contas a receber	617.584	791.538	617.584	791.538
Fundo de securitização	127.651	124.276	127.651	124.276
Partes relacionadas – Ativo	1.610.881	1.139.687	1.610.881	1.139.687
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas - Passivo	(180.990)	(184.928)	(180.990)	(184.928)
Fornecedores	(1.855.912)	(2.526.912)	(1.855.912)	(2.526.912)
Debêntures	(3.690.902)	(2.639.362)	(3.687.428)	(2.641.113)
Empréstimos e financiamentos	(1.289.291)	(1.034.769)	(1.423.447)	(1.205.061)
<u>Contabilização de hedge – valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos	(1.545.507)	(1.468.089)	(1.545.507)	(1.468.089)
Exposição líquida	(3.518.060)	(3.469.776)	(3.648.742)	(3.641.819)

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	5.473.383	4.969.955	5.473.383	4.969.955
Contas a receber	5.579.073	5.993.341	5.582.665	5.998.354
Partes relacionadas - Ativo	146.351	133.584	146.351	133.584
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas - Passivo	(52.145)	(86.036)	(52.145)	(86.036)
Fornecedores	(4.569.706)	(6.220.599)	(4.569.706)	(6.220.599)
Debêntures	(4.605.943)	(2.639.362)	(4.661.399)	(2.641.113)
Opções de compra/venda	355.387	304.339	355.387	304.339
Empréstimos e financiamentos	(4.789.126)	(4.903.639)	(4.978.739)	(5.110.360)
<u>Contabilização de hedge – valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos	(3.415.951)	(3.615.397)	(3.415.951)	(3.615.397)
Exposição líquida	(5.878.677)	(6.063.814)	(6.120.154)	(6.267.273)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros -- Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 19 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação dos ativos e passivos a valor justo está descrito na nota explicativa 19 (c).

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

(i) *Risco de crédito*

- Caixa e equivalentes de caixa: de modo a minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (Vide nota explicativa 7).
- Contas a receber: a Companhia vende diretamente para clientes individuais através de cheques pré-datados, em uma pequena parte das vendas 0,07% no período findo em 30 de junho de 2012 (0,09% em 31 de dezembro de 2011).
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas por cartão de crédito e/ou por vales-alimentação são substancialmente destinadas ao PAFIDC e Globex FIDC, cujo risco é relacionado e limitado pelo valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Vide nota explicativa 10).

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiária--Continuação

(iii) *Risco da taxa de câmbio*

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

(iv) *Risco de gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	6.525.700	5.142.220	12.811.020	11.158.398
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.688.426)	(2.328.783)	(5.473.383)	(4.969.955)
Dívida líquida	3.837.274	2.813.437	7.337.637	6.188.443
Patrimônio líquido	8.051.041	7.625.273	10.506.778	10.094.425
Patrimônio líquido e dívida líquida	11.888.315	10.438.710	17.844.415	16.282.868

(v) *Risco de gestão de liquidez*

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

a) Controladora

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	92.100	2.828.530	-	2.920.630
Debêntures	582.255	2.770.133	-	3.352.388
Instrumentos financeiros derivativos	355	70.562	-	70.917
Arrendamento mercantil financeiro	55.800	118.000	34.100	207.900
31 de dezembro de 2011	730.510	5.787.225	34.100	6.551.835

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação(v) *Risco de gestão de liquidez* -- Continuação

a) Controladora -- Continuação

	Controladora			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	1.030.787	2.014.807	151.804	3.197.398
Debêntures	860.630	3.601.970	-	4.462.600
Instrumentos financeiros derivativos	(20.950)	(79.070)	-	(100.020)
Arrendamento mercantil financeiro	42.129	104.864	53.460	200.453
30 de junho de 2012	1.912.596	5.642.571	205.264	7.760.431

b) Consolidado

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	3.248.159	3.478.612	-	6.726.771
Debêntures	582.255	2.770.133	-	3.352.388
Instrumentos financeiros derivativos	27.573	66.634	-	94.207
Arrendamento mercantil financeiro	88.847	158.140	41.800	288.787
31 de dezembro de 2011	3.946.834	6.473.519	41.800	10.462.153

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	3.749.213	3.561.050	151.804	7.462.067
Debêntures	911.845	4.675.894	-	5.587.739
Instrumentos financeiros derivativos	(33.095)	(81.214)	-	(114.309)
Arrendamento mercantil financeiro	63.196	135.739	59.109	258.044
30 de junho de 2012	4.691.159	8.291.469	210.913	13.193.541

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte americanos) e taxas de juros fixas, convertendo a dívida para taxa de juros e moeda local.

Esses contratos montam em 30 de junho de 2012, valor de referência de R\$1.716.483 (R\$2.057.826 em 31 de dezembro de 2011). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas, preferencialmente, são realizados com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiária--Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos --Continuação*

Os derivativos da Companhia contratados em data anterior a 31 de dezembro de 2008 são medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de *swap* de dívidas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos) para conversão de taxas de juro fixas e moedas estrangeiras para Real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Esses contratos totalizam o valor nominal de R\$259.883 em 30 de junho de 2012 (R\$607.184 em 31 de dezembro de 2011) e (ii) são primariamente relativos a debêntures e empréstimos do BNDES, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores (“*caps*”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Hedge de valor justo					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		1.716.483	2.057.826	2.151.811	2.398.836
<u>Posição comprada</u>					
Taxa pré-fixada	11,97% a.a.	935.225	685.000	1.207.583	810.335
USD + Fixa	3,11% a.a.	781.258	1.372.826	953.313	1.604.792
		1.716.483	2.057.826	2.160.896	2.415.127
<u>Posição vendida</u>					
	CDI 102,24% a.a.	(1.716.483)	(2.057.826)	(2.052.348)	(2.373.503)
Posição líquida		-	-	108.548	41.624

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

	Consolidado			
	Valor de referência		Valor Justo	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Contratos de swap mensurados a valor justo por meio do resultado				
<u>Posição ativa</u>				
USD + Fixa		5,92% a.a.	-	67.884
CDI + Fixa		100% CDI + 0,05% a.a.	259.883	539.300
			259.883	607.184
<u>Posição passiva</u>				
Posição de swap líquida		CDI	(259.883)	(607.184)
			-	-
Posição de swap líquida			108.848	28.894

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$108.848 (R\$28.894 em 31 de dezembro de 2011) e está registrado na rubrica “empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos do hedge de valor justo no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foram de R\$23.161 de perda (R\$66.293 de perda em 30 de junho de 2011).

(vii) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, ambas divulgadas pela BM&F Bovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

As Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e Dlxlene, índices divulgados pela BM&FBovespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide item b(ii).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) *Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Projeção de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida a taxa pré-fixada	Aumento da taxa	(1.339.022)	(1.339.022)	(1.339.022)
Swap (posição ativa a taxa pré-fixada)	Aumento da taxa	1.339.569	1.339.569	1.339.569
	Efeito líquido	547	547	547
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(1.196.716)	(1.289.579)	(1.321.355)
Efeito líquido total			(92.863)	(124.639)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãob) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros--Continuação(ii) *Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado*

Transações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida – USD	Aumento do USD	(1.070.200)	(1.337.750)	(1.605.300)
Swap (posição ativa em USD)	Aumento do USD	1.089.339	1.362.620	1.635.145
	Efeito líquido	19.139	24.870	29.845
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(965.349)	(1.027.300)	(1.047.677)
Efeito líquido total			(56.220)	(71.622)
Swap (posição vendida em USD)	Queda do CDI	277.844	281.729	285.734
Swap (posição comprada em CDI)	Aumento do CDI	(273.672)	(276.928)	(280.229)
	Efeito líquido	4.172	4.801	5.505
Efeito líquido total			629	1.333

(iii) *Outros instrumentos financeiros*

Transações	Risco	Projeções de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Debentures	CDI + 0,9%	2.626.700	2.929.254	2.984.803
Debentures	108,6% do CDI	2.609.986	3.130.137	3.189.496
Empréstimo bancário – Via Varejo	100,0% do CDI	2.784.597	3.076.284	3.134.621
Arrendamento Mercantil – Via Varejo	100,0% do CDI	42.087	46.496	47.377
PAFIDC (quotas seniores)	108,0% do CDI	3.278.150	3.911.259	3.985.431
Exposição total a empréstimos e financiamentos		11.341.520	13.093.430	13.341.728
Caixa e equivalentes de caixa (*)	100,3 % do CDI	5.949.849	6.592.815	6.717.838
Exposição líquida total (e deterioração comparada com o cenário I)			(1.108.944)	(1.232.219)

(*) *média ponderada*

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãob) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--ContinuaçãoPremissas sobre sensibilidade

A exposição líquida da Companhia corresponde à dívida em CDI e o efeito líquido total representa a deterioração dos cenários II e III em relação ao cenário I, o qual é considerado o mais provável pela Companhia.

A Companhia projetou juros e taxas do dólar norte-americano futuros, obtidas junto à BM&FBovespa na data de vencimento de cada contrato, considerando um aumento de 25% no cenário II e um aumento de 50% para o cenário III.

Para calcular a exposição líquida, todos os derivativos foram considerados pelo seu valor justo nas respectivas datas de vencimento, bem como as dívidas relativas a elas (itens cobertos por *hedge*) e outros instrumentos financeiros da Companhia.

c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos abaixo:

	30.06.2012	Preços orçados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível 1)	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 3)
Caixa e equivalentes de caixa	5.473.383	5.473.383	-	-
Swaps de taxa de juros entre Moedas	42.103	-	42.103	-
Swaps de taxas de juros	66.745	-	66.745	-
Empréstimos e financiamentos	(3.415.951)	-	(3.415.951)	-
Opções de compra/venda	355.387	-	-	335.387
	2.521.667	5.473.383	(3.307.103)	335.387

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros --Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro abaixo:

Em aberto		Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
Descrição	Contrapartes				30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<i>Swap cambiais</i>								
registrados na								
CETIP (USD x CDI)								
	Santander	US\$ 57.471	16/04/2010	10/04/2013	(290)	(5.680)	(3.862)	(5.330)
	ABN							
	AMRO	US\$ 40.000	14/03/2008	02/03/2012	-	(13.094)	-	(12.728)
	Brasil	US\$ 84.000	31/03/2010	12/03/2012	-	(16.320)	-	(16.080)
	Brasil	US\$ 78.500	09/02/2011	03/02/2012	-	4.964	-	5.099
	Citibank	US\$ 40.000	13/02/2012	13/02/2014	5.971	-	3.918	-
	Bradesco	US\$ 38.892	07/01/2011	04/01/2012	-	3.423	-	4.348
	Itaú	US\$ 175.000	01/07/2010	07/09/2013	(13.901)	(28.938)	(25.691)	(29.306)
		US\$ 160.300	05/05/2011	16/04/2014	40.976	25.708	38.151	30.207
	HSBC	US\$ 150.000	29/04/2011	22/04/2013	33.960	23.076	29.237	25.827
		US\$ 7.586	14/12/2011	07/12/2012	870	212	350	197
<i>Swap taxa de juros</i>								
registrados na								
CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)								
	Banco do							
	Brasil	R\$ 117.000	23/12/2010	24/12/2013	1.665	186	9.521	3.421
	(*)	R\$ 33.000	23/12/2010	24/12/2012	655	169	1.444	882
		R\$ 160.000	23/12/2010	14/01/2013	3.146	804	7.490	4.408
		R\$ 35.000	23/12/2010	28/02/2013	666	162	1.842	1.012
		R\$ 80.000	28/06/2010	12/06/2013	1.362	394	4.914	2.091
		R\$ 130.000	28/06/2010	06/06/2014	1.834	369	11.818	3.166
		R\$ 130.000	28/06/2010	02/06/2015	1.543	161	13.706	3.031
		R\$ 200.000	31/03/2010	07/03/2013	2.018	1.274	12.620	7.365
	Unibanco	R\$ 779.650	25/06/2007	01/03/2013	63	(2)	300	(2)
	Santander	R\$ 50.000	28/06/2010	12/06/2013	149	(35)	3.090	1.286
					80.687	(3.167)	108.848	28.894

(*) Prorrogação de contratos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros --Continuação

e) Opção de Compra Bartira

Calculado através da metodologia de Black & Scholes utilizando as seguintes métricas:

- Preço de exercício: R\$200.466 (valor atualizado pelo IPCA até a data exercício)
- Preço do ativo à vista: R\$591.071, equivalente ao valor da avaliação de 100% da empresa Bartira nas condições em que o ativo poderá ser entregue no caso de exercício da opção, ou seja, sem os efeitos do contrato desvantajoso de fornecimento.
- Volatilidade: 28% com base em empresas comparáveis
- Prazo para exercício: 3 anos
- Taxa livre de risco: 12% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2011 foi efetuado recálculo do valor da opção e não houve alteração no valor.

f) Opção de Compra Rede Duque

A opção de compra no valor de R\$50.000 é atualizada por 110% do CDI e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foi reconhecido no resultado financeiro o montante de R\$1.048, vide nota explicativa 15c).

20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

i. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
PIS e COFINS a pagar	47.599	51.421	107.545	137.457
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.005	13.449	55.123	177.739
Outros	3.917	4.232	17.507	17.220
	59.521	69.102	180.175	332.416

ii. Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Impostos parcelados Lei nº. 11.941/09 (i)	1.295.979	1.344.662	1.391.167	1.440.636
Outros (ii)	20.517	21.219	21.609	22.386
	1.316.496	1.365.881	1.412.776	1.463.022
Circulante	161.217	163.214	169.147	171.212
Não circulante	1.155.279	1.202.667	1.243.629	1.291.810

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados--Continuação

b) Impostos parcelados--Continuação

- (i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) – A Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu por meio de seus arts. 1º a 13º parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até Novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade da utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, o prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, a utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a este parcelamento.
- (ii) Outros – A Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pela SELIC e podem ser pagos dentro de 120 meses.

Considerando este cenário em setembro de 2009 a Companhia optou por reduzir a sua exposição fiscal, fazendo a adesão às modalidades oferecidas por este parcelamento para incluir alguns de seus passivos tributários no mencionado parcelamento. Para tanto, avaliou à época juntamente com seus assessores legais todos os processos administrativos e judiciais em curso perante a RFB/PGFN e a Justiça Federal, avaliados como riscos de perdas possíveis e/ou prováveis, e optou pela inclusão de determinados casos no mencionado programa de parcelamento, cuja fase consolidação se deu entre 07 a 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Impostos de renda e contribuição sociala) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	516.109	246.098	563.851	192.173
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(129.027)	(61.524)	(169.156)	(57.652)
Multas fiscais	(1.029)	(516)	(1.694)	(179)
Reserva Ágio do Sendas	-	-	-	27.000
Equivalência patrimonial	56.000	12.498	656	3.969
Recuperação de crédito	-	30.098	-	31.026
Outras diferenças permanentes não tributáveis (não dedutíveis)	(20.812)	(3.212)	13.798	644
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(94.868)	(22.656)	(156.396)	4.808
Imposto de renda e contribuição social do período:				
Corrente	(81.548)	-	(102.986)	(35.938)
Diferido	(13.320)	(22.656)	(53.410)	40.746
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(94.868)	(22.656)	(156.396)	4.808
Taxa efetiva	18,4%	9,2%	27,7%	-2,5%

(*) O GPA não paga contribuição social (9%) baseada em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, o que reduz o imposto sobre renda para 25% nesta Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Impostos de renda e contribuição social--Continuaçãob) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Prejuízos fiscais (i)	34.570	61.470	869.684	764.524
Provisão para demandas judiciais	73.850	70.326	182.421	208.639
Provisão de operações com instrumentos financeiros derivativos tributado pelo regime de caixa	23.556	21.905	48.511	57.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.389	1.388	80.443	82.147
Amortização fiscal de ágio sobre investimento	66.958	64.804	86.170	59.601
Imposto de renda diferido sobre os ajustes na adoção dos CPC's	(9.974)	(7.075)	(1.288.236)	(1.207.770)
Provisão para redução de ágio	-	-	8.077	36.789
Outras	21.341	12.192	94.335	133.563
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	211.690	225.010	81.405	134.814
Ativo não circulante	211.690	225.010	1.185.012	1.249.687
Passivo não circulante	-	-	(1.103.607)	(1.114.873)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	211.690	225.010	81.405	134.814

- (i) As compensações de prejuízos fiscais estão relacionadas à aquisição da Sé e Via Varejo e aqueles gerados pela subsidiária Sendas Distribuidora. A realização desses ativos líquidos da reserva de avaliação é considerado como provável de acordo o plano de negócio estabelecido pela Companhia.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	60.957	294.793
2013	48.478	201.673
2014	14.816	219.608
2015	14.816	237.111
2016	72.623	231.827
	211.690	1.185.012

Em atendimento ao CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram reclassificados em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir os prejuízos considerados prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia:

a) Controladora

	Fiscais e outros	Previdenciárias e Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2011	126.498	75.543	34.881	236.922
Adições	5.910	13.640	5.499	25.049
Pagamentos	(11.594)	(8.942)	(4.945)	(25.481)
Atualização monetária	3.624	5.092	3.550	12.266
Saldo em 30.06.2012	124.438	85.333	38.985	248.756

b) Consolidado

	PIS/COFINS	Fiscais outros	Previdenciárias e Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2011	78.050	346.129	132.853	123.091	680.123
Adições	2.301	25.234	35.932	38.861	102.328
Pagamentos	(947)	(25.488)	(23.356)	(16.364)	(66.155)
Reversões	-	(21)	(2.446)	(33.116)	(35.583)
Atualização monetária	2.451	10.029	14.791	13.087	40.358
Saldo em 30.06.2012	81.855	355.883	157.774	125.559	721.071

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

c) Tributárias

As demandas tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação de Custódia ("SELIC"), 10,18% em 30 de junho de 2012 (11,04% em 31 de dezembro de 2011), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Processos tributários fiscais estão sujeitos a atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. A atualização monetária é exigida por lei para todos os montantes tributários, inclusive a provisão para demandas judiciais.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Além disso, uma controlada da Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS com créditos de IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 30 de junho de 2012 é de R\$81.855 (R\$78.050 em 31 de dezembro de 2011).

Fiscais e Outros

A Companhia e suas controladas têm outras demandas tributárias que após análise de seus assessores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São eles: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2012; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro (iv) questionamentos relacionados a compensações de prejuízo fiscal, bem como aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota, obrigações acessórias pelos fiscos estaduais e (v) outros assuntos de menor expressão. O montante contabilizado em 30 de junho de 2012 para esses assuntos é de R\$158.647 (R\$161.460 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do FGTS. O montante provisionado em 30 de junho de 2012 é de R\$29.329 (R\$26.334 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

c) Tributárias--Continuação

Outros--Continuação

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. Em 30 de junho de 2012 o montante registrado é R\$167.907 (R\$158.335 em 31 de dezembro de 2011) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados se referem a processo administrativo relativo à compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos 2445/88 e 2449/88, gerados em função de créditos advindos de processos judiciais, e a compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

d) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 30 de junho de 2012, a Companhia mantinha uma provisão de R\$144.225 (R\$118.574 em 31 de dezembro de 2011), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável. A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR"), 0,91% acumulada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 (1,20% em 31 de dezembro de 2011) acrescidos de juros mensais de 1%.

Foram constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios que montam R\$13.546 em 30 de junho de 2012 (R\$ 14.279 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontra em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela entidade. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos assessores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 30 de junho de 2012, o montante da provisão para essas ações é de R\$29.327 (R\$21.853 em 31 de dezembro de 2011), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$57.249 em 30 de junho de 2012 (R\$62.965 em 31 de dezembro de 2011).
- Foram constituídas provisões cíveis na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios e que montam R\$6.090 em 30 de junho de 2012 (R\$6.553 em 31 de dezembro de 2011).

O total das demandas cíveis e outros em 30 de junho de 2012 são de R\$125.568 (R\$123.092 em 31 de dezembro de 2011).

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante de R\$5.650.393 em 30 de junho de 2012 (R\$4.787.183 em 31 de dezembro de 2011), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – A Companhia foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus empregados, cuja perda possível corresponde a R\$268.784 em 30 de junho de 2012 (R\$ 252.599 em 31 de dezembro de 2011). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

- IRPJ, IRRF,CSLL, IOF, ILL e IPI- A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$446.859 em 30 de junho de 2012 (R\$ 377.317 em 31 de dezembro de 2011).
- COFINS, PIS e CPMF – A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$1.062.198 de 30 de junho de 2012 (R\$ 861.096 em 31 de dezembro de 2011).
- ICMS – A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica, (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT 17 do Estado de São Paulo, (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida, (v) decorrentes de vendas financiadas, (vi) dentre outros de menor expressão. A soma dessas autuações monta a R\$2.756.845 em 30 de junho de 2012 (R\$2.516.572 em 31 de dezembro de 2011), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.
- ISS, Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”), Imposto sobre transferência de bens imóveis (“ITBI”) e outras – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$354.912 em 30 de junho de 2012 (R\$354.578 em 31 de dezembro de 2011) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- *Outras demandas judiciais* – Referem-se a processos administrativos, ações imobiliárias onde pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e as ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas (“IPEM”), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), totalizando R\$406.535 em 30 de junho de 2012 (R\$ 414.254 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

- Trabalhista: a Companhia possui, ainda, processos com risco de perda estimada como possíveis no montante de R\$354.260 em 30 de junho de 2012 (R\$144.550 em 31 de dezembro de 2011).

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco destes processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais. Os processos acima relacionados não foram incluídas no REFIS.

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrada em seu ativo, valores referentes a depósito judicial não vinculado a demandas judiciais no passivo.

h) Garantias

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Carta de fiança</u>	<u>Total</u>
Tributárias	838.074	1.655	2.620.849	3.460.578
Trabalhistas	6.156	3.130	68.352	77.638
Cíveis e outras	11.202	1.810	39.059	52.071
Total	855.432	6.595	2.728.260	3.590.287

i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Operações de arrendamento mercantila) Arrendamento Operacional

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Menos de 1 ano	334.113	299.462	972.389	940.567
De 1 ano a 5 anos	1.042.124	786.833	2.438.427	2.444.897
Mais de 5 anos	1.285.490	1.331.426	3.745.351	3.972.034
	2.661.727	2.417.721	7.156.167	7.357.498

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis referem-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 06 (IAS 17).

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 30 de junho de 2012, o montante de multa seria de R\$549.958 (R\$550.642 em 31 de dezembro de 2011).

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera o pagamento de aluguel adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	133.213	208.088	155.202	287.024

(ii) *Cláusulas com opção de renovação ou reajuste*

Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a lei de inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

b) Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

De acordo com o contrato dessa operação, a Companhia e o Grupo Casino receberam uma "golden share", o que concedeu a ambos direito de veto para assegurar que os imóveis serão utilizados da maneira pretendida pelas partes durante o prazo do contrato de locação.

A Companhia está autorizada a rescindir o contrato de locação, pagando uma multa de 10% dos alugues restantes, limitados a 12 meses.

24. Receita Antecipada

As subsidiárias Via Varejo e NCB receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso ("Back lights") para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
Garantias complementares ou estendidas	421.023	446.747
Contrato Finasa	51	1.714
Contrato de Permuta	22.983	2.382
<i>Back Lights</i>	8.011	12.478
	452.068	463.321
Circulante	77.228	81.915
Não circulante	374.840	381.406

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	Consolidado
	30.06.2012
2013	30.890
2014	63.188
2015	68.244
2016	96.685
2017	79.599
2018	36.234
	374.840

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2012, é representado por 263.048 (260.239 em 31 de dezembro de 2011) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e 163.368 em milhares de ações preferenciais em 30 de junho de 2012 (160.559 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de fevereiro de 2012, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$515 mediante a emissão de 36 mil ações preferenciais.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de Junho de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$12.332 mediante a emissão de 897 mil ações preferenciais.

b) Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) acima.

c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$105.675 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$21.135 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$84.540 foram capitalizados em proveito da acionista controladora Wilkes, nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM, mediante a emissão de 1.354 milhares de novas ações preferenciais.

Esta reserva foi gerada pela reestruturação societária realizada em 2006, consistindo na incorporação da antiga *holding* da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398, representando um benefício tributário futuro através da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido -- Continuação

c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio -- Continuação

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não-controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 200.906 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$40.181 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$160.725 foram capitalizados em proveito da Wilkes.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Na conta “opções outorgadas” são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações aos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2).

e) Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

Nos termos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2011 foi aprovada a proposta da administração referente ao aumento do capital social, no montante de R\$358.414, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Expansão e da Reserva de Retenção de Lucros com base em Orçamento de Capital, ambas constituídas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2011.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*

Nos termos das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, aprovou-se a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, originalmente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: *Silver* e *Gold*, sendo que, a quantidade de opções *Gold* poderá ser reduzida e/ou aumentada (reductor ou acelerador), a critério do Comitê de administração do plano, no decorrer dos 35 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo *Silver* será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo *Gold* será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções *Silver*, não sendo possível a outorga ou o exercício de opções *Gold* isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo *Silver* e *Gold* passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção *Silver* é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção *Gold* é variável, sendo estipulada na data da outorga uma quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o Retorno sobre o capital investido "*Return Over Invested Capital*" (ROIC) apurado ao final do 36º mês a contar da data da outorga. De acordo com o item 3.3 do Plano, o Comitê decidiu que, a partir da Série A6, inclusive, a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo "Gold" será apurado com base no atendimento do *Return on Capital Employed* (ROCE) da CBD.

Como regra geral do Plano de Opção, que pode ser alterada pelo Comitê de Stock Option em cada série, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações cuja opção foi classificada como "Silver". O exercício das opções classificadas como "Gold" ocorrerá no mesmo período, mas o percentual de tais opções sujeitas a exercício será determinado pelo Comitê de Stock Option no 35º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*- Continuação

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção poderão ser exercidas integral ou parcialmente. Vale ressaltar que as opções “Gold” são adicionais às opções “Silver” e, dessa forma, as opções “Gold” somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções “Silver”.

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário, sendo que o preço de exercício deverá ser pago em 1 parcela devida 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2010 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 10.118 milhares de ações preferenciais classe A para 11.618 milhares de ações, um aumento de 1.500 milhares de novas ações preferenciais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

(i) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
Saldo em 31 de dezembro de 2011										
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(835)	(6)	-	7
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(937)	(7)	-	6
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(212)	-	-	456
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(237)	-	-	456
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(162)	-	-	352
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(94)	-	-	88
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	-	299
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	-	-	-	299
						4.453	(2.477)	(13)	-	1.963

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
Saldo em 30 de junho de 2012										
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(841)	(7)	-	-
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(943)	(7)	-	-
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(668)	-	-	-
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(693)	-	-	-
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(166)	-	-	348
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(95)	-	-	87
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(2)	-	-	297
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(2)	-	-	297
Série A6 - Gold	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	0,01	0,01	526	-	-	-	526
Série A6 - Silver	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	64,13	64,13	526	-	-	-	526
						5.505	(3.410)	(14)	-	2.081

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação*

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano em 30 de março de 2011, aprovou que não houve redução e ou aceleração referente à Série A2.

Em 30 de junho de 2012, havia 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$80,00 para cada ação.

(ii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA*

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 30 de junho de 2012 de todas as opções outorgadas:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Quantidade de ações	263.048	260.239
Saldo das séries outorgadas em vigor	2.081	1.963
Percentual máximo de diluição	<u>0,79%</u>	<u>0,75%</u>

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,81% (1,09% em 31 de dezembro de 2011), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 33,51% (25,14% em 31 de dezembro de 2011) e (c) taxa de juros médios ponderada sem risco de 10,19% (12,43% em 31 de dezembro de 2011). A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 30 de junho de 2012 é de 2,04 anos (1,77 em 31 de dezembro de 2011). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 30 de junho de 2012 foi de R\$66,26 (R\$44,96 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuaçãof) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação(ii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA--*
Continuação

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	Valor Intrínseco agregado
Em 31.12.2011				
Em aberto no início do período	2.512	14,31		
Outorgadas durante o exercício	598	27,36		
Canceladas durante o exercício	(11)	42,32		
Exercidas durante o exercício	(1.111)	20,68		
Expiradas durante o exercício	(25)	32,64		
Em aberto no final de exercício	1.963	16,90	1,77	98.371
Total a exercer em 31 de dezembro de 2011	1.963	16,90	1,77	98.371
Média a serem exercidas em 31 de dezembro de 2011	1.221	14,88	1,02	63.653
Em 30.06.2012				
Outorgadas durante o período	1.053	32,08		
Canceladas durante o período	-	-		
Exercidas durante o período	(935)	13,76		
Expiradas durante o período	-	-		
Em aberto no final de período	2.081	25,97	2,32	112.464
Total a exercer em 30 de junho de 2012	2.081	25,97	2,32	112.464
Média a serem exercidas em 30 de junho de 2012	865	24,74	2,24	47.827

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 30 de junho de 2012 foram de R\$18.688 (R\$12.787 em 30 de junho de 2011).

g) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de maio de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2012, no valor total de R\$27.814 sendo R\$0,11 por ação preferencial e R\$0,10 por ação ordinária, conforme previamente aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 7 de maio de 2012, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 20 de junho de 2012.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 102.949, correspondentes a R\$ 0,37 por uma ação ordinária e R\$ 0,41 por uma ação preferencial. O valor total dos dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, incluindo o valor de R\$ 67.628 de dividendos antecipados já distribuídos, é de R\$ 170.577, o que corresponde a R\$ 0,62 por uma ação ordinária e R\$ 0,68 por uma ação preferencial. Os dividendos propostos serão pagos em moeda corrente e em até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da reunião.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Receita de produtos e serviços	10.038.602	9.387.839	27.171.747	24.977.380
Receita de permuta (i)	-	-	98.374	-
	10.038.602	9.387.839	27.270.120	24.977.380
Deduções	(898.223)	(858.294)	(3.085.250)	(2.838.807)
Receita líquida	9.140.379	8.529.545	24.184.870	22.138.573

- (i) A receita de permuta se refere à transação pela qual GPA M&P cedeu terrenos em troca de 24% e 21% das unidades imobiliárias dos empreendimentos Thera Faria Lima Pinheiros ("Thera") e Figue, respectivamente, mais uma loja construída no andar térreo do empreendimento Thera Faria Lima Pinheiros. A construção e incorporação está sendo efetuado por Cyrela Polinésia Empreendimento Imobiliários Ltda. e Pitangueiras Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., respectivamente. A receita de permuta está líquida do custo contábil do terreno. A entrega das unidades do empreendimento Thera se dará no prazo de 52 meses a partir de 18 de dezembro de 2011. Para o empreendimento Figue a entrega se dará em 29 meses a partir de 04 de abril de 2012.

27. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Despesas com pessoal	847.571	749.693	2.281.088	2.155.320
Serviços de terceiros	141.362	155.568	1.390.733	1.277.139
Despesas comerciais	195.810	170.356	297.687	257.166
Despesas funcionais	424.946	404.239	687.578	656.196
Outras despesas	47.855	49.471	162.920	190.040
	1.657.544	1.529.327	4.820.006	4.535.861
<u>Despesas com vendas</u>	1.369.159	1.256.077	3.966.374	3.726.664
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	288.385	273.250	853.632	809.197
	1.657.544	1.529.327	4.820.006	4.535.861

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Parcelamento de impostos	-	(36.716)	-	(37.557)
Passivo indenizatório	-	(35.648)	-	(35.672)
Gastos com integração/reestruturação	(1.512)	(3.609)	(14.791)	(35.718)
Contingências – PPA Via Varejo	-	-	-	15.000
Baixa de ativos/projetos descontinuados	-	-	7.170	-
Ganho (perda) na alienação de ativo permanente	(14.908)	(420)	21.604	1.246
Reversão de provisão	-	-	-	12.457
Outros	-	-	(2.269)	5.041
	(16.420)	(76.393)	11.714	(75.203)
Outras receitas operacionais	(16.366)	(76.393)	31.482	(41.396)
Outras despesas operacionais	(54)	-	(19.768)	(33.807)
	(16.420)	(76.393)	11.714	(75.203)

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
<u>Despesas Financeiras:</u>				
Custo da Dívida	(277.200)	(236.055)	(478.501)	(425.676)
Custo com Antecipação de Recebíveis	(42.441)	(69.014)	(282.415)	(344.875)
Atualizações Monetárias Passivas	(71.224)	(86.701)	(128.996)	(146.563)
Outras Despesas Financeiras	(7.008)	(2.432)	(27.203)	(16.796)
Total de Despesas Financeiras	(397.873)	(394.202)	(917.115)	(933.910)
<u>Receitas Financeiras:</u>				
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	98.557	98.549	177.346	159.537
Atualizações Monetárias Ativas	23.656	15.533	64.949	44.745
Outros Receitas Financeiras	52.131	49.737	54.342	67.891
Total de Receitas Financeiras	174.344	163.819	296.637	272.173
Total	(223.529)	(230.383)	(620.478)	(661.737)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

30. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações emitidas em pagamento de dividendos.

No Brasil, as ações preferenciais e ordinárias conferem diferentes direitos a voto e liquidação.

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o período.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

A Companhia concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (Vide nota explicativa 25), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A partir de 2003, as ações preferenciais conferem direito a um dividendo 10% maior que o distribuído às ações ordinárias. Como esses lucros podem ser capitalizados ou de outra forma alocados, pode não haver garantia de que os acionistas preferenciais receberão o prêmio de 10% mencionado acima, exceto se os lucros forem totalmente distribuídos, e, dessa forma, o lucro por ação é calculado para as ações preferenciais.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

30. Lucro por ação--Continuação

O lucro por ação é calculado como se as opções fossem exercidas no início do exercício, ou no momento da emissão, no mais tardar, e como se os recursos recebidos fossem utilizados para adquirir as ações da própria Companhia.

A tabela abaixo apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	30.06.2012			30.06.2011		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Lucro básico alocado e não distribuído	269.761	151.480	421.241	141.955	81.487	223.442
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	269.761	151.480	421.241	141.955	81.487	223.442
Denominador básico (milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	161.374	99.680	261.054	159.032	99.680	258.712
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	1,67	1,52		0,89	0,82	
Numerador diluído						
Lucro líquido alocado e não distribuído	269.761	151.480	421.241	141.955	81.487	223.442
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	269.761	151.480	421.241	141.955	81.487	223.442
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	161.374	99.680	261.054	159.032	99.680	258.712
Opções de compra de ações	1.394	-	1.394	1.130	-	1.130
Média ponderada diluída das ações (milhares)	162.768	99.680	262.448	160.162	99.680	259.842
Lucro diluído por milhares de ações (R\$)	1,66	1,52		0,89	0,82	

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

31. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrada pela instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários, sendo que os valores pagos referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 totalizaram R\$1.692 (R\$1.307 em 30 de junho de 2011) e as contribuições dos funcionários totalizaram R\$2.185 (R\$1.901 em 30 de junho de 2011). O plano contava com 846 participantes em 30 de junho de 2012 (878 em 30 de junho de 2011).

32. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 30 de junho de 2012, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Controladora	Consolidado
		Montante da cobertura	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	6.462.100	15.260.173
Lucro	Lucros cessantes	1.440.668	2.425.559
Automóveis e outros (*)	Perdas e Danos	922.334	1.437.722

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$181.025.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fipe ("Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas").

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Informações sobre os segmentos

A Administração separou as entidades recentemente adquiridas em quatro segmentos, como segue:

- Varejo – Inclui as bandeiras do Pão de Açúcar, Extra Hiper, Extra Supermercado, Mini mercado extra, Posto Extra e Drogeria Extra;
- Eletro – Inclui as bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia
- Atacado de auto serviços – Inclui a bandeira ASSAI;
- Comércio eletrônico – Inclui os sites www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br

A administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das informações financeiras trimestrais consolidadas. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 20 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos. Os segmentos operacionais não foram somados para formar os segmentos passíveis de divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os períodos apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Informações sobre os segmentos—Continuação

Saldos em 30.06.2012

Descrição	Atacado			Comércio			Eliminação		Total
	Varejo	de auto serviços	Eleiro	Eletrônico	Outros	Total	(*)	Total	
Receita líquida de vendas	11.199.850	2.077.864	9.232.004	1.576.799	98.353	24.184.870	-	24.184.870	
Lucro bruto	3.131.198	297.909	2.743.175	226.078	98.353	6.496.713	-	6.496.713	
Depreciação de amortização	(282.051)	(20.932)	(68.093)	(3.944)	-	(375.020)	-	(375.020)	
Equivalência patrimonial	2.056	-	129	-	-	2.185	-	2.185	
Lucro operacional	622.795	52.808	398.337	20.979	89.410	1.184.329	-	1.184.329	
Despesas financeiras	(448.569)	(43.408)	(389.508)	(56.711)	(4)	(938.200)	21.085	(917.115)	
Receita financeira	217.475	10.851	85.906	3.044	446	317.722	(21.085)	296.637	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	391.702	20.252	94.735	(32.688)	89.850	563.851	-	563.851	
Imposto e renda e contribuição social	(116.240)	1.656	(53.266)	11.453	1	(156.396)	-	(156.396)	
Lucro (prejuízo) do período	275.462	21.907	41.469	(21.236)	89.853	407.455	-	407.455	
Ativo circulante	8.209.251	784.406	7.295.279	730.733	18.146	17.037.815	(280.184)	16.757.631	
Ativo não circulante	13.630.652	533.045	3.118.710	154.228	114.928	17.551.563	(354.155)	17.197.408	
Passivo circulante	5.284.557	852.889	4.961.876	737.456	5.328	11.842.106	(544.803)	11.297.303	
Passivo não circulante	9.099.524	215.354	2.813.069	89.565	22.982	12.240.494	(89.536)	12.150.958	
Patrimônio líquido	7.455.822	249.208	2.639.044	57.940	104.764	10.506.778	-	10.506.778	

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Informações sobre os segmentos—Continuação

Descrição	Varejo	Atacado de auto serviços	Comércio Eletrônico			Outros	Eliminação (*)	Total
			Eletrodomésticos	Comércio Eletrônico	Total			
<u>Saldos em 30 de junho de 2011</u>								
Receita líquida de vendas	10.458.412	1.754.687	8.478.931	1.446.543	-	-	-	22.138.573
Lucro bruto	2.874.203	231.671	2.498.775	230.457	-	-	-	5.835.105
Depreciação de amortização	(227.710)	(13.454)	(62.823)	(3.371)	-	-	-	(307.357)
Equivalência patrimonial	6.439	-	6.792	-	-	-	-	13.231
Lucro operacional	543.656	14.867	227.657	67.731	-	-	-	853.910
Despesas financeiras	(473.703)	(48.832)	(376.916)	(63.347)	-	-	28.888	(933.910)
Receita financeira	193.171	1.387	106.214	289	-	-	(28.888)	272.173
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	263.125	(32.579)	(43.044)	4.671	-	-	-	192.173
Imposto e renda e contribuição social	(13.907)	10.579	10.002	(1.866)	-	-	-	4.808
Lucro (prejuízo) do período	249.218	(22.000)	(33.042)	2.805	-	-	-	196.981
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2011</u>								
Ativo circulante	8.141.489	833.336	7.554.845	847.118	75.112	(184.507)	-	17.451.900
Ativo não circulante	12.984.555	581.258	3.152.689	120.278	18.806	(355.974)	-	16.857.586
Passivo circulante	6.408.657	679.817	5.988.761	888.716	75.105	(539.854)	-	14.041.056
Passivo não circulante	7.532.780	515.388	2.121.200	738	3.899	(627)	-	10.173.378
Patrimônio líquido	7.184.607	219.389	2.597.573	77.942	14.914	-	-	10.094.425

(*) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Informações sobre os segmentos--Continuação

Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Alimentos	55,2%	55,2%
Não-alimentos	44,8%	44,8%
Total de vendas	<u>100,0%</u>	<u>100,00%</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA							
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)						Posição em 30/06/2012 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A.	65.400.000	65,61%	1.637.314	1,00%	67.037.314	25,48%	
Grupo Casino							
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	28.619.178	28,71%	3.091.566	1,89%	31.710.744	12,06%	
CASINO GUICHARD PERRACHON *	5.600.052	5,62%	-	0,00%	5.600.052	2,13%	
SEGISOR *	-	0,00%	5.091.754	3,12%	5.091.754	1,94%	
BENGAL LLC *	-	0,00%	1.550.000	0,95%	1.550.000	0,59%	
OREGON LLC *	-	0,00%	2.483.761	1,52%	2.483.761	0,94%	
KING LLC *	-	0,00%	4.752.590	2,91%	4.752.590	1,81%	
LOBO I LLC *	-	0,00%	6.566.493	4,02%	6.566.493	2,50%	
PINCHER LLC *	-	0,00%	1.550.000	0,95%	1.550.000	0,59%	
PARKER I LLC *	-	0,00%	3.907.123	2,39%	3.907.123	1,49%	
Grupo AD							
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	20.784.204	12,72%	20.784.204	7,90%	
STANHORE TRADING INTERNATIONAL S.A.*	-	0,00%	7.416.944	4,54%	7.416.944	2,82%	
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	4.105.906	2,51%	4.105.906	1,56%	
PENINSULA PARTICIPAÇÕES S.A.	-	0,00%	2.641.102	1,62%	2.641.102	1,00%	
PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	656.845	0,40%	656.845	0,25%	
AÇÕES EM TESOURARIA	-	0,00%	232.586	0,14%	232.586	0,09%	
OUTROS	60.621	0,06%	96.900.420	59,31%	96.961.041	36,86%	
TOTAL	99.679.851	100,00%	163.368.608	100,00%	263.048.459	100,00%	

(*) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA								
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A								Posição em 30/06/2012 (Em unidades)
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais classe A		Ações Preferenciais classe B		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PENINSULA PARTICIPAÇÕES S.A.	20.375.000	50,00	-	-	-	-	20.375.000	27,00%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	24.650.000	100,00	10.073.824	100,00	55.098.824	73,00%
TOTAL	40.750.000	100,00	24.650.000	100,00	10.073.824	100,00	75.473.824	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
SUDACO PARTICIPAÇÕES S.A				Posição em 30/06/2012 (Em unidades)
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00
TOTAL	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.				Posição em 30/06/2012 (Em unidades)
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
RIO PLATE EMPREEND. E PARTIC. LTDA	515.580.242	100,00%	515.580.242	100,00%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	10.312	0,00%	10.312	0,00%
TOTAL	515.590.554	100,00%	515.590.554	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
PENINSULA PARTICIPAÇÕES S.A.						Posição em 30/06/2012 (Em unidades)
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	29.889.429	11,26%	3.000.000	42,86%	32.889.429	12,07%
JOÃO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	14,79%	1.000.000	14,29%	40.260.447	14,78%
ANA MARIA F.DOS SANTOS DINIZ D'AVILA	39.260.447	14,79%	1.000.000	14,29%	40.260.447	14,78%
PEDRO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	14,79%	1.000.000	14,29%	40.260.447	14,78%
ADRIANA F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	14,79%	1.000.000	14,29%	40.260.447	14,78%
RAFAELA MARCHESI DINIZ	39.260.447	14,79%	-	0,00%	39.260.447	14,41%
MIGUEL MARCHESI DINIZ	39.260.447	14,79%	-	0,00%	39.260.447	14,41%
TOTAL	265.452.111	100,00%	7.000.000	100,00%	272.452.111	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/06/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SEGISOR**	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00
TOTAL	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00

(**) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/06/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES S.A.	566.610.599	100,00	566.610.599	100,00
ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ	1	0,00	1	-
TOTAL	566.610.600	100,00	566.610.600	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
SEGISOR			Posição em 30/06/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
CASINO GUICHARD PERRACHON (*)	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00
TOTAL	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/06/2012						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94%	66.254.220	40,56%	165.873.551	63,06%
Administradores						
Conselho de Administração	-	0,00%	4.388	0,00%	4.388	0,00%
Diretoria	-	0,00%	723.441	0,44%	723.441	0,28%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,14%	232.586	0,09%
Outros Acionistas	60.520	0,06%	96.153.973	58,86%	96.214.493	36,58%
Total	99.679.851	100,00%	163.368.608	100,00%	263.048.459	100,00%
Ações em Circulação	60.520	0,06%	96.153.973	58,86%	96.214.493	36,58%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/06/2011						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94%	68.309.328	42,62%	167.928.659	64,60%
Administradores						
Conselho de Administração	-	0,00%	4.388	0,00%	4.388	0,00%
Diretoria	-	0,00%	660.500	0,41%	660.500	0,25%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,15%	232.586	0,09%
Outros Acionistas	60.520	0,06%	91.073.056	56,82%	91.133.576	35,06%
Total	99.679.851	100,00%	160.279.858	100,00%	259.959.709	100,00%
Ações em Circulação	60.520	0,06%	91.073.056	56,82%	91.133.576	35,06%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Brasileira de Distribuição
São Paulo - SP
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 25 de julho de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 16 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 23 de julho de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edimar Facco
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 138635/O-2